



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
**CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**ALESSANDRA RIBEIRO DUARTE**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E SEUS DESDOBRAMENTOS**  
**FRENTE AO PROCESSO DE REPROVAÇÃO ESCOLAR**

Manaus-AM

2019

**ALESSANDRA RIBEIRO DUARTE**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E SEUS DESDOBRAMENTOS  
FRENTE AO PROCESSO DE REPROVAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto

Manaus-AM

2019

D812o Duarte, Alessandra Ribeiro.

A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar. / Alessandra Ribeiro Duarte. – Manaus, 2019.

202 p.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2019.

Orientador: Prof.º Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto.

1. Educação profissional. 2. Reprovação escolar. 3. Gestão Participativa. 4. Trabalho – princípio educativo. I. Stefanuto, Vanderlei Antônio. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013

ALESSANDRA RIBEIRO DUARTE

## A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE AO PROCESSO DE REPROVAÇÃO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto.

Linha de Pesquisa: Gestão e Organização de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

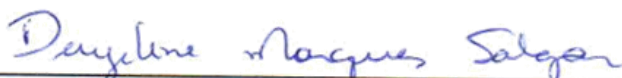
Aprovado em 22 de agosto de 2019.

### COMISSÃO EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto – Orientador  
Instituto Federal do Amazonas - IFAM



---

Profª. Dra. Deuzilene Marques Salazar - Membro Interno  
Instituto Federal do Amazonas - IFAM



---

Profª. Dra. Nádia Maciel Falcão – Membro Externo  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



ALESSANDRA RIBEIRO DUARTE


## GUIA DE INSTRUÇÕES MADE: MINHA AGENDA DIGITAL ESCOLAR

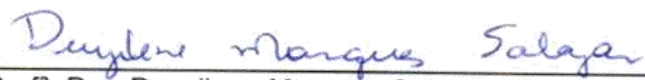
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto.

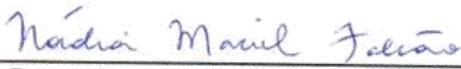
Linha de Pesquisa: Gestão e Organização de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 22 de agosto 2019.

### COMISSÃO EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto – Orientador  
Instituto Federal do Amazonas - IFAM

  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Deuzilene Marques Salazar - Membro Interno  
Instituto Federal do Amazonas - IFAM

  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Nádia Maciel Falcão – Membro Externo  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Dedico este trabalho a Deus que não me deixou desistir. Nas diversas provações da vida sempre estendeu sua mão para me abençoar.  
A palavra que me define: GRATIDÃO!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo que conquistei até agora, e peço a Ele para me dar sabedoria para conquistar muito mais.

Agradeço a minha família em especial a minha mãe Maria Mercês de Jesus Ribeiro, ao meu pai Manoel Veridiano Ribeiro, as minhas irmãs Andrea, Aliane e Adriene Ribeiro, ao meu esposo Jose Ribamar Duarte da Silva, e a todos os meus sobrinhos porque sempre me apoiaram e sempre torceram pelo meu sucesso.

Agradeço a minha filha Tamires Mariê Ribeiro Duarte, por ser minha razão de viver e existir, você é minha inspiração, minha motivação para tudo. Todas as minhas conquistas foram para você e por você. Mamãe te ama!

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto pela dedicação, empenho e zelo. Sempre com muitas ideias, e isso me fez ter a certeza de que eu não poderia ter tido a sorte de ser agraciada com outro orientador, senão ele.

Agradeço a todos os meus colegas da primeira turma de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Manaus Centro, pois nesta longa caminhada compartilhamos de várias vivências e experiências que resultaram em muitos aprendizados. Já entramos para a história da EPT!

Agradeço aos laços de amizade construídos durante essa jornada de estudos em especial aos colegas : Rilda Simone Maia da Silva, Josiane Moraes Marinho, Nieysila Simaria da Silva Castro Borges, Maria de Fátima dos Santos Brito, Sarah Correia, Robson Feitosa, Janielson Araújo Cavalcante e Ronaldo Martins Meireles.

Agradeço ao professor Fabrício Ribeiro docente do quadro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) por ter abraçado a ideia quanto à elaboração do produto educacional.

Agradeço ao Narciso, egresso do Curso de Manutenção e Suporte em Informática e aos alunos do Curso de Desenvolvimento de Sistemas envolvidos no projeto de criação do aplicativo pelo compromisso na construção deste instrumento.

Agradeço aos alunos, pais/responsáveis e docentes do Curso Técnico de Florestas Integrado ao ensino Médio que aceitaram a participar da pesquisa, com certeza foi muito enriquecedor para este trabalho tudo o que foi vivenciado neste período de coleta de dados.

Agradeço aos meus amigos que durante essa trajetória sempre me incentivaram com uma palavra de apoio, dando-me forças para vencer mais esta etapa na minha vida.

“Insistir na reprovação como recurso pedagógico é abrir  
mão de toda a riqueza humana e de toda força  
pedagógica e política que há na afirmação do outro.”  
(PARO, 2003).

## RESUMO

A reprovação escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) é um fenômeno complexo e contraditório, isso porque sua existência, permanência e manutenção no ambiente educacional se dá pela própria forma de Organização do sistema escolar brasileiro, pois ao mesmo tempo em que a combate, também a alimenta. Neste sentido, no intuito de se estudar a complexidade da reprovação pelo viés da Organização do trabalho pedagógico, este estudo teve por objetivo compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Óbidos. Este estudo se insere na linha de pesquisa Gestão e Organização dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica e trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Durante o percurso metodológico empregou-se a estratégia de investigação conhecida como Pesquisa Participante, utilizou-se a técnica de rodadas pedagógicas e a Análise de Conteúdo para os dados coletados - entrevista. Participaram das rodadas pedagógicas representantes dos segmentos docentes (06), discentes (20) e pais/responsáveis (07). As rodadas pedagógicas oportunizaram discussões e reflexões sobre a Organização do trabalho pedagógico do IFPA-Campus Óbidos e sua correlação com a reprovação escolar. O estudo possibilitou o entendimento de que a Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e seus desdobramentos frente ao processo reprovador sempre assumiu um papel de reprodução social, ou seja, sempre esteve direcionado para manter e consolidar a hegemonia da reprovação, não somente no campo educacional, mas também mantê-la como elemento de seletividade no campo social, explicitando a eterna luta de classes. Neste sentido, a reprovação escolar não se estrutura apenas como uma reprovação no e do ambiente da escola, pelo contrário, vai muito além disso, ela se constitui como uma reprovação social. Frente a isto, o produto educacional desenvolvido buscou estruturar uma proposta de (Re) Organização do Trabalho Escolar que diminuísse os índices de reprovação discente nos cursos técnicos integrados de nível médio. A proposta está atrelada ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação e fundamentada nos princípios estruturantes da Organização do Trabalho Pedagógico, nos quais são: a) o trabalho como princípio educativo e; b) a Gestão democrática da escola. Espera-se que o produto educacional possibilite um processo participativo e formativo, fomente a gestão participativa no ambiente escolar, possibilite o diálogo interativo entre escola e família e permita o acompanhamento pedagógico versátil e dinâmico do aluno.

**Palavras-Chave:** Reprovação Escolar. (Re) Organização do Trabalho Pedagógico. Gestão Participativa. Trabalho como princípio Educativo. Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

## ABSTRACT

School failure in High School Technical Vocational Education (EPTNM) is a complex and contradictory phenomenon, because its existence, permanence and maintenance in the educational environment is due to the very form of organization of the Brazilian school system. combat, also feeds it. In this sense, in order to study the complexity of failure by the bias of the Organization of pedagogical work, this study aimed to understand the phenomenon of school failure, from its relationship with the organization of pedagogical work in Technical Vocational Education of Middle Level from the Federal Institute of Pará - Campus Óbidos. This study is part of the research line Management and Organization of Pedagogical Spaces in Vocational and Technological Education and is a qualitative research. During the methodological course, the research strategy known as Participatory Research was used, the technique of pedagogical rounds and Content Analysis was used for the data collected-interview. Participated in the pedagogical rounds representatives of the teaching (06), students (20) and parents / guardians (07) segments. The pedagogical rounds provided discussions and reflections on the Organization of IFPA-Campus Óbidos pedagogical work and its correlation with school failure. The study made it possible to understand that the Organization of Pedagogical Work in Technical Vocational Education at Middle Level and its consequences in the face of the failing process always assumed a role of social reproduction, that is, it was always directed to maintain and consolidate the hegemony of failure. only in the educational field, but also maintain it as an element of selectivity in the social field, making explicit the eternal class struggle. In this sense, school failure is not only structured as a failure in and of the school environment; on the contrary, it goes far beyond that, it is constituted as a social failure. In view of this, the educational product developed sought to structure a proposal for (Re) Organization of school work that would reduce student failure rates in the integrated technical courses of high school. The proposal is linked to the use of Information and Communication Technology and is based on the structuring principles of the Pedagogical Work Organization, which are: a) work as an educational principle and; b) the democratic management of the school. The educational product is expected to enable a participatory and formative process, foster participatory management in the school environment, enable interactive dialogue between school and family, and enable versatile and dynamic student monitoring.

**Keywords:** School Failure. (Re) Organization of Pedagogical Work. Participative management. Work as an educational principle. High School Technical Vocational Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Movimentação da pesquisa. ....	50
Figura 2. Fluxograma das etapas do desenvolvimento da pesquisa. ....	66
Figura 3. Logotipo do Aplicativo MADE.....	100
Figura 4. Telas de acesso do App MADE.....	102
Figura 5. Tela Inicial e Tela de Detalhes do Perfil de Usuário Pai/Responsável. ....	104
Figura 6. Telas de Conversas e Tela de Fatos. ....	105
Figura 7. Tela Inicial e Tela de Menu Inicial do Perfil de Usuário Aluno.....	106
Figura 8. Tela Inicial e Tela de Tarefas do Perfil de Usuário Docente. ....	107
Figura 9. Tela de Conversas do Usuário Docente. ....	108
Figura 10. Tela Inicial do Perfil de Usuário Equipe Pedagógica. ....	110
Figura 11. Tela Inicial do Sistema de Gerenciamento do Aplicativo.....	111

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reprovação escolar nos últimos três anos.....	41
Tabela 2 - Quantitativo de Insucessos de Alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.....	422
Tabela 3 - Quantidade de total de reprovações por requisito .....	43
Tabela 4 - Participantes da pesquisa.....	52
Tabela 5 - Funcionamento da Escala de Likert .....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de Matrículas na Educação Profissional de nível Médio no Estado do Pará na forma de oferta Integrada. ....	40
Gráfico 2 - Taxas de repetência no Ensino Médio entre 2014 e 2015.....	46
Gráfico 3 - Média Final do T (inicial) e do Teste (final) - Categoria Pais/responsáveis.....	60
Gráfico 4 - Média Final do T (inicial) e do Teste (final) - Categoria Docente. ....	61
Gráfico 5 - Média Final do T (inicial) e do Teste (final) - Categoria Discente.....	62
Gráfico 6 - A reprovação escolar na perspectiva discente.....	80
Gráfico 7 - A reprovação na perspectiva dos Pais/Responsáveis.....	81
Gráfico 8 - A reprovação sob o olhar Docente. ....	82
Gráfico 9 - Porcentagem de Usuários que Participaram da Avaliação do Produto.....	115
Gráfico 10 - Avaliação da Usabilidade do Aplicativo pelos Usuários do MADE .....	116
Gráfico 11 - Avaliação do MADE como uma Ferramenta de Fortalecimento da Relação Família e Escola .....	117
Gráfico 12 - Avaliação do MADE como ferramenta estratégica para diminuir os índices da reprovação escolar.....	118

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2 - Proposta de redução dos índices de reprovação PDI-IFPA-2014 a 2018. ....	45
Quadro 3 - Critérios de inclusão e exclusão adotados para participação na pesquisa. ....	53
Quadro 4 - Descrição e Organização dos referenciais utilizados. ....	68
Quadro 5 – Descrição e organização do corpus da pesquisa. ....	69
Quadro 6 - Unidades de Registro. ....	70
Quadro 7 - Categorias iniciais a partir dos excertos das entrevistas. ....	71
Quadro 8 - Categorias intermediárias. ....	75
Quadro 9 - Síntese da progressão das categorias de análise. ....	76
Quadro 10 - Eixos Temáticos de Avaliação do Aplicativo MADE. ....	114
Quadro 11 - Diretrizes de Avaliação do Eixo I: Usabilidade do Aplicativo MADE. ....	115
Quadro 12 - Diretrizes Utilizadas para Avaliação do Eixo III. ....	117
Quadro 13 - Bloco de questões utilizadas para avaliação do Eixo IV. ....	118

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- AM- Aprendizagem Móvel
- CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica
- CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- EMI- Ensino Médio Integrado.
- EPT- Educação Profissional e Tecnológica
- EPTNM- Educação Profissional Técnica de Nível Médio
- FHI-Formação Humana Integral
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFs- Institutos Federais
- IFPA- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
- INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MADE- Minha Agenda Digital Escolar
- MEC- Ministério da Educação
- OE- Organização Escolar
- OTP- Organização do Trabalho Pedagógico
- PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional
- PNE- Plano Nacional de Educação
- PPP- Projeto Político Pedagógico
- RDPE- Regulamento Didático Pedagógico do Ensino.
- SIGAA- Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas
- SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- TIC- Tecnologia da Informação e Comunicação
- UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) E A REPROVAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>Fundamentos teóricos metodológicos da Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio .....</b>	<b>23</b>
2.1.1	A gestão democrática como preceito estruturante da organização do trabalho pedagógico.....	25
2.1.2	O trabalho como princípio educativo na Organização do trabalho pedagógico .....	29
<b>2.2</b>	<b>Fundamentos Legais da Organização do Trabalho Pedagógico na EPTNM.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3</b>	<b>A Reprovação Escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio .....</b>	<b>39</b>
2.3.1	A reprovação escolar à luz da Organização Didático-Pedagógica do IFPA-Campus Óbidos .....	44
<b>3</b>	<b>CAMINHOS TRILHADOS.....</b>	<b>50</b>
3.1	Local do Estudo .....	50
3.2	Sujeitos da pesquisa .....	51
3.3	Tipo de Pesquisa .....	54
3.4	Instrumento de Coleta de dados.....	55
3.5	Análise de Coleta de Dados .....	63
<b>4</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO IFPA-ÓBIDOS E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE AO PROCESSO DE REPROVAÇÃO ESCOLAR.....</b>	<b>67</b>
4.1	Categoria 1: O Sentido Distorcido da Reprovação Escolar e os Impactos na Formação do Aluno Reprovado.....	78
4.2	Categoria 2: Fatores Influenciadores da Reprovação Escolar na EPTNM.....	85
4.3	Categoria 3: A Interface Entre Escola e Família: Elementos Essenciais na (re) Organização do Trabalho Pedagógico .....	92
<b>5</b>	<b>O APLICATIVO EDUCACIONAL MADE COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA (RE)ORGANIZAR O TRABALHO ESCOLAR E MINIMIZAR OS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO.....</b>	<b>95</b>

5.1	A Aprendizagem Móvel Como Uma Possibilidade Para (Re) organizar o Trabalho Escolar .....	97
<b>5.2</b>	<b>Conhecendo Meu Aplicativo Educacional – MADE.....</b>	<b>98</b>
5.2.1	O logotipo .....	99
5.2.2	Informações técnicas .....	100
5.2.3	Entendendo as ferramentas .....	101
5.2.3.1	<i>Cadastro do perfil do usuário.....</i>	<i>102</i>
5.2.3.2	<i>Perfil do usuário pai/responsável.....</i>	<i>103</i>
5.2.3.3	<i>Perfil do usuário: Aluno .....</i>	<i>105</i>
5.2.3.4	<i>Perfil de usuário: Docente.....</i>	<i>107</i>
5.2.3.5	<i>Perfil de usuário: Equipe Pedagógica .....</i>	<i>108</i>
<b>5.3</b>	<b>O Processo de Alimentação do Produto.....</b>	<b>111</b>
<b>5.4</b>	<b>Da Aplicação e Validação do Produto Educacional .....</b>	<b>111</b>
5.4.1	Da aplicação do produto .....	111
5.4.2	Da validação do aplicativo educacional .....	114
<b>6</b>	<b>À GUISA DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>
	<b>APÊNDICES A – PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS .....</b>	<b>179</b>
	<b>APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR DE 18 ANOS .....</b>	<b>182</b>
	<b>APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS E/OU RESPONSÁVEIS) .....</b>	<b>184</b>
	<b>APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOCENTES .....</b>	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE F – ROTEIRO DA RODADA PEDAGÓGICA COM A CATEGORIA DE PAIS/RESPONSÁVEIS .....</b>	<b>192</b>
	<b>APÊNDICE G – ROTEIRO DA RODADA PEDAGÓGICA COM A CATEGORIA DE DISCENTES. ....</b>	<b>194</b>
	<b>APÊNDICE H – ROTEIRO DA RODADA PEDAGÓGICA COM A CATEGORIA DE DOCENTES. ....</b>	<b>195</b>
	<b>APÊNDICE I – FREQUÊNCIA DAS RODADAS PEDAGÓGICAS .....</b>	<b>196</b>

<b>APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO DE LIKERT APLICADO COM TODAS AS CATEGORIAS DE PARTICIPANTES (PAIS/RESPONSÁVEIS, ALUNOS E DOCENTES).....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE K – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A CATEGORIA DE PAIS/RESPONSÁVEIS .....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE L – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A CATEGORIA DE DISCENTES.....</b>	<b>200</b>
<b>APÊNDICE M – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A CATEGORIA DE DOCENTES .....</b>	<b>201</b>
<b>APÊNDICE N – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>202</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A reprovação escolar é um fenômeno que faz parte do sistema educacional brasileiro, quiçá da História da Educação. Sem maiores regulamentações no âmbito educacional, o ato de reprovar carrega consigo um sentido pejorativo e surge em diferentes situações da vida diária do ser humano. De acordo com Ferreira (2004, p. 315) reprovar é “não dar (em exame ou ato) por suficientemente instruído; condenar às penas eternas; censurar severamente, desaprovar, rejeitar”, ou seja, reprovar é não ter os “atributos” necessários para realizar algo, é alguém que foi julgado incapaz para realização de determinada tarefa (exame ou testes).

Na escola, a reprovação configura-se como um critério de classificação para medir o rendimento acadêmico discente, ou seja, medir aquilo que o aluno já aprendeu. Isso denota ser um tanto contraditório, já que não se pode medir algo que não é mensurável, ou seja, não se pode colocar numa balança as diferentes fases das aprendizagens estudantis.

Caracterizada como medidor de aprendizagem, a reprovação escolar, no sistema educacional, é conceituado quando um aluno, ao final do ano letivo, não foi aprovado, ou seja, o mesmo não foi promovido com êxito para a série seguinte. Nesta perspectiva, a reprovação é um instrumento de classificação utilizado pela escola e, por isso, inerente à ação educativa. Desde modo, a reprovação escolar é imputada ao aluno assim que ele chega à escola por meio de testes de aptidões, nos quais se constituem como as métricas de desempenho que caracterizam a eficiência e qualidade da aprendizagem, dos conhecimentos adquiridos pelos alunos.

A reprovação como parte integrante do processo de escolarização do aluno é ensejo de estudos pelos organismos nacionais de educação que tentam combatê-la, para isso anualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) realiza o censo escolar. Através deste mecanismo, a reprovação escolar é acompanhada e monitorada, no intuito de se reformular as políticas públicas educacionais visando elevar a qualidade da educação do país. Como vemos, o tema é bastante redundante e contraditório, visto que o próprio sistema educacional ao mesmo tempo em que a combate, também a alimenta.

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2018, divulgados pelo INEP, sobre as taxas de rendimento escolar, demonstram que o número de reprovações no Ensino Médio continua alto, se comparado aos índices de reprovações no Ensino Fundamental, ou seja, a etapa da educação escolar que mais reprova ao longo dos anos continua sendo o Ensino Médio. (Ver Tabela 1).

Não obstante, a partir do levantamento de dados realizado pela equipe pedagógica do

*campus* Óbidos<sup>1</sup>, locus da pesquisa, no primeiro semestre do ano de 2017, constatou-se que no curso de Desenvolvimento de Sistemas, dos 39 (trinta e nove) alunos matriculados no referido curso, 18 (dezoito) ficaram reprovados em algum componente curricular (46%). Além disso, o panorama no Curso de Florestas também se mostrou problemático, já que do total de 40 (quarenta) discentes matriculados, 26 (vinte seis) ficaram reprovados (65%).

Essa realidade foi a principal razão pela qual se decidiu estudar sobre a Reprovação Escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, já que este fenômeno vem sendo tratado como muito eufemismo dentro do ambiente escolar como forma de naturalizar este processo o que perpetua a etapa do ensino médio como aquela que mais reprova (RIBEIRO, 1991).

Por esta ótica, fica evidente que a reprovação escolar é um processo intrinsecamente relacionando a rotina da escola, e esse processo está tão arraigado na Educação Escolar Brasileira que em alguns momentos faz parecer que esse é o objetivo da escola. (PARO, 2003). Entretanto nos cabe questionar até que ponto é válido reprovar um aluno quando defendemos uma Formação Humana Integral? Partimos do entendimento de que é no chão da escola, através da Organização do Trabalho Escolar que se concretizam e consolidam o modelo de educação e de aluno que se quer formar. Assim, dependendo da resposta à pergunta anterior, a escola assume dois papéis: de formar para a cidadania ou reproduzir as normas vigentes, tratando a reprovação como elemento normativo do ambiente educacional.

Entretanto, para se compreender o fenômeno da reprovação é necessário adentrarmos na gama de informações, ações e práticas que permeiam o ambiente da escola. Precisamos entender como se estrutura a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) a partir dos seus fundamentos legais e das bases teóricas que o sustentam. Dessa forma, é necessário nos debruçarmos sobre a OTP e suas correlações com a reprovação escolar, já que partimos do pressuposto de que a (re) Organização do Trabalho Escolar implica diretamente no rendimento acadêmico do aluno, ou seja, na sua aprendizagem.

Neste sentido, o propósito desta pesquisa é de realmente provocarmos inquietudes, de tal modo que se esquadrinhem informações relevantes e sólidas que se possa favorecer o processo de ensino aprendizagem e as práticas pedagógicas da Instituição educacional, na

---

<sup>1</sup> O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Óbidos, lócus da presente pesquisa, o qual tem sede na Cidade de Óbidos, município localizado na região Oeste do Pará com população aproximadamente de 50 mil habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2018]), enfrentou no ano de 2017, quando ofertou as primeiras turmas de Ensino Médio Integrado, o ápice da reprovação escolar nos dois cursos Técnicos Integrados disponíveis no campus, nos quais são: Curso de Desenvolvimento de Sistemas e Curso de Florestas.

perspectiva de minimizar os indicativos de reprovação escolar. Portanto, a pesquisa teve como objetivo geral: Compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a Organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do IFPA – Campus Óbidos.

Para isso o estudo buscou trazer à tona o modelo de Organização do Trabalho Pedagógico do IFPA-Campus Óbidos, a partir de aspectos teórico-metodológicos e legais que envolvam o fenômeno da reprovação; investigar as principais causas da reprovação escolar na EPTNM; revelar, a partir dos discursos dos sujeitos, os sentidos atribuídos à reprovação escolar e seus impactos na formação do aluno. Além disso, buscou-se desenvolver um *software* (aplicativo) para acompanhamento pedagógico discente, como estratégia para (re) organizar o trabalho da escola e diminuir os indicativos de reprovações.

Para isso, a investigação se propôs a responder a seguinte pergunta norteadora: Qual o papel que a Organização do Trabalho Escolar, exerce sobre o fenômeno da reprovação discente na EPTNM? Além disso, o estudo se fixou nos seguintes questionamentos: A Organização do Trabalho Pedagógico em seus aspectos teórico-metodológicos e legais está direcionada para diminuir os índices de reprovação discente? Quais as causas da reprovação escolar na perspectiva docente, na própria perspectiva do aluno, e na perspectiva dos pais/responsáveis? De que forma podemos caracterizar as percepções dos sujeitos sobre a reprovação escolar? O acompanhamento Pedagógico interativo, a partir do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), contribui para minimizar os indicativos de reprovação?

Levando em consideração a realidade apresentada, e na perspectiva de buscar responder os questionamentos supracitados, a pesquisa se instaurou, tendo como base, os seguintes aportes teóricos: Borges (2008), Freitas (2012), Libâneo (2018), Oliveira (2008), Paro (2003), Patto (2015), Ramos (2008), Ribeiro (1991) e Saviani (2007). Entretanto, durante a construção e tessitura textual faremos a interpolação de outros autores e fontes referenciais que se fizerem necessárias para explicitar os fenômenos explícitos e implícitos dentro do contexto do universo da pesquisa.

A pesquisa está estruturada em 5 (cinco) partes. Buscamos no capítulo dois apresentar os fundamentos teóricos metodológicos e legais da Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, logo em seguida também direcionamos nosso olhar para o âmago da reprovação escolar a partir de embasados teóricos e dados estatísticos sobre a reprovação discente na EPTNM.

No terceiro capítulo apresentamos o caminho percorrido ao longo da tessitura da pesquisa com vistas ao desenvolvimento de uma estratégia para minimizar os indicativos de

reprovação escolar para o IFPA - Campus Óbidos na qual contemple a EPTNM. A metodologia empregada neste campo de pesquisa foi de cunho qualitativo, fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico dialético, tipificada como pesquisa participante, onde foram desenvolvidas rodadas pedagógicas com as três categorias de sujeitos: alunos, docentes e pais/responsáveis sobre a temática da Organização do Trabalho Pedagógico e da reprovação escolar. Além disso, aplicou-se como instrumentos de investigação o questionário baseado na escala de Likert, entrevistas semiestruturadas, além do diário de campo. Para as análises dos dados adotou-se a análise de conteúdo fundamentada nos estudos de Bardin (2016).

No quarto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa, trazendo à tona a Organização do trabalho pedagógico na EPTNM e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar. Para isso, mostraremos os sentidos atribuídos à reprovação escolar, a partir dos discursos dos participantes da pesquisa e seus impactos na Formação Humana Integral, além disso, apontaremos, sob a ótica dos diferentes sujeitos, possíveis determinantes da reprovação escolar no contexto do Ensino Médio Integrado. E logo após apontaremos a proposta de reorganização do trabalho pedagógico, sob a perspectiva de gestão compartilhada, com o objetivo de minimizar os índices de reprovação escolar, já que se evidenciou, a partir da literatura e dos dados analisados, que a forma como a escola organiza seu trabalho exerce influência no tipo de sociedade e de aluno que se quer formar.

No quinto capítulo apresentaremos o produto educacional no qual foi idealizado a partir da investigação a que se propôs esta pesquisa. Nesse sentido, trouxe à tona a possibilidade de (re) organizar o trabalho da escola sobre a perspectiva de gestão participativa atrelada ao uso das TICs com o intuito de minimizar a incidência de alunos reprovados. E por fim, expusemos as conclusões a que o estudo se propôs a responder, mostrando como se estrutura a Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar.

## **2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) E A REPROVAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

Ao relacionar a Organização do Trabalho Pedagógico ao fenômeno da reprovação escolar nos questionamos sobre qual o papel que a Organização do Trabalho Escolar exerce sobre tal fenômeno na Educação Profissional Técnica de Nível Médio? Ora, se formos analisar à luz das bases conceituais<sup>2</sup> que norteiam o construto da Educação Profissional e Tecnológica, teremos que as instituições de ensino devem se organizar de modo a suscitar a formação do aluno para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, buscando uma formação que possibilite ao sujeito compreender-se enquanto ser histórico social (RAMOS, 2008).

Por essa ótica, logo compreendemos que a função primordial da OTP é buscar se estruturar em princípios e finalidades que promovam o sucesso acadêmico do aluno e conseqüentemente contribuam para a redução dos indicadores de reprovação discente. Entretanto, para isso de fato se concretizar, a Organização do Trabalho Escolar necessita pautar-se numa ação coletiva, de responsabilidades compartilhadas, no qual devem estar ancoradas no princípio da gestão democrática (OLIVEIRA, 2008). É por esse viés que vamos nos debruçar sobre os estudos da OTP para que assim possamos tecer caminhos para minimizar os efeitos da reprovação escolar na EPTNM no IFPA - Campus Óbidos.

Neste sentido, embasados na conceituação de Oliveira (2008) entendemos que a OTP é campo de investigação na qual vai além do contexto intraclasse, pois inclui também as relações sociais estabelecidas pelas atividades escolares, as quais extrapolam inclusive os muros da unidade escolar. Desta forma, não estamos negando que o ambiente da sala de aula não seja ainda um espaço privilegiado para que possamos produzir debates às situações didático-pedagógicas, pelo contrário, este não é o único, tendo em vista de correremos o risco de esgotar e limitar as pesquisas sobre a temática em questão. Sobre isso Oliveira (2008) afirma:

A Organização do Trabalho Pedagógico é uma área que vai além do contexto intraclasse [...] é uma área que se ocupa também de estudar a organização global da

---

<sup>2</sup> De acordo com a literatura que se debruça a estudar a EPT, as bases conceituais fazem referência a três pilares que sustentam a Educação Profissional Tecnológica: A formação humana Integral, o Trabalho como princípio educativo e a politecnia.

escola, incluindo seus vínculos de ensino. Mesmo que consideremos a sala de aula como cenário principal do trabalho pedagógico, não podemos deixar de relacioná-la ao contexto que a envolve, sob pena de esvaziarmos a relevância social da escola. Na verdade, a escola não existe para si mesma, mas para a sociedade, para promover uma formação acadêmica e política que seja capaz de influir rumos da coletividade, e, de tal forma, que seja componente importante no processo da melhoria da qualidade da população. (OLIVEIRA, 2008, p. 47).

Levando em consideração que as questões didático-pedagógicas e inclui-se aqui também a questão da reprovação escolar envolverem o vasto e amplo campo da Organização do Trabalho Pedagógico que não somente a sala de aula, entendemos que o ato desaprovador arraigado nos ambientes educacionais não depende exclusivamente da responsabilidade docente, mas se relaciona com uma série de determinantes que vão ao encontro da reprovação escolar. Esses determinantes impregnados na cultura da não aprovação escolar é que moldam a escola e a forma como ela se organiza. (PARO, 2003). Neste sentido, Paro (2003, p. 98, grifo nosso) esclarece:

Utilizo a denominação geral de determinantes institucionais da resistência à aprovação escolar para me referir as condições materiais e estruturais da escola que condicionam a forma e as possibilidades de exercício da ação educativa que aí se realiza. Isto significa que a maior ou menor propensão para resistência à aprovação é sensível à forma mais ou menos adequada das condições de trabalho na escola **e ao modo como está se organiza.**

A cultura escolar da reprovação aponta um processo de culpabilização entre os indivíduos da escola, os docentes culpam os alunos, a escola culpa a família e assim vice-versa. Entretanto, para se compreender o processo reprovador é necessário realizar uma visão geral da escola, levar em consideração os conjuntos de fatores que entrelaçam o fazer educativo e pedagógico, ou seja, é necessário perceber a dinâmica do espaço educacional como um todo, sem tão pouco realizar reducionismos e parcialidades. Sobre isso Paro (2003, 2003, p. 99) afirma:

São no conjunto dos fatores constitutivos das práticas presentes no interior da escola que devem ser buscadas as causas de seus problemas e as fontes de suas soluções: no montante e na utilização dos recursos materiais e financeiros; na organização do trabalho; nos método de ensino, distribuição da autoridade e de poder na instituição; na relação com os membros da comunidade, no acompanhamento constante das práticas escolares; enfim em tudo que diz respeito à estrutura e ao funcionamento da escola.

Diante da conjectura delineada acerca da Organização do Trabalho Escolar, é possível inferir que a maneira como esta é construída e desenvolvida no ambiente escolar interfere diretamente no processo educativo, resultando, no sucesso ou insucesso do aluno na sua vida

acadêmica. Resumidamente, dependendo de como se organiza o trabalho na escola a reprovação escolar se emerge como princípio estruturante do ensino, na qual acaba sendo naturalizada e incorporada nas práticas pedagógicas como processo inerente à Organização do Trabalho Pedagógico.

Partindo desta premissa, nos debruçaremos, a seguir, a esmiuçar o modelo de OTP na Educação Profissional Técnica de Nível Médio a partir dos aspectos teóricos metodológicos e legais. Os aspectos legais nos possibilitam uma reflexão crítica sobre como a organização escolar e o trabalho pedagógico estão pautados nos moldes de organização da sociedade civil, na qual se estrutura a partir da exploração e marginalizações das camadas mais pobres da sociedade, do trabalhador assalariado utilizado como mão de obra barata para suprir os interesses econômicos capitalistas, evidenciando desde esses tempos o protótipo da reprovação como sinônimo de exclusão.

No que concerne aos aspectos teóricos metodológicos, o referencial está calcado no materialismo histórico dialético, pois busca-se debruçar acerca da Organização do Trabalho Pedagógico sob os diferentes olhares literários. Além disso, trazemos à tona uma reflexão sobre as possíveis formas de (re) organizar o trabalho escolar na EPTNM com o intento de propiciar uma formação cidadã e emancipadora os nossos alunos. Neste sentido, baseado na literatura, apresentamos duas categorias estruturantes da (re) organização do trabalho escolar: a gestão democrática e o trabalho como princípio educativo.

## **2.1 Fundamentos teóricos metodológicos da Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

A Organização do Trabalho Pedagógico está intrinsecamente relacionada à organização escolar, que por sua vez está relacionada ao contexto político e social no qual a escola está inserida. Ambos, a Organização do Trabalho Pedagógico e Organização Escolar (OE), apesar de apresentarem conceitos distintos, caminham para uma única finalidade estruturar as práticas educativas do ambiente educacional (OLIVEIRA, 2008).

A organização da escola, de acordo com Ramos (2009), corresponde à estrutura organizacional, na qual é coordenada pela gestão da escola, em parceria com demais sujeitos que compõem e constroem o ambiente educacional. Segundo a autora a Organização Escolar “[...] tem ação mobilizadora, transformadora e formuladora do conhecimento.” (RAMOS, 2009, p. 23).

Segundo Libâneo (2018), a Organização Escolar consiste em uma unidade social que

se reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios a fim de alcançar os objetivos da instituição. Por esta ótica a OE é o amplo conjunto de fatores, disposições e meio de ação reunidos em prol de uma finalidade comum.

Dessa forma, temos que a Organização do Trabalho Pedagógico se constitui como o cerne da Organização Escolar. Ou seja, é a partir da OTP que a instituição educacional desenha o seu projeto educativo, trazendo em seu bojo que tipo de aluno quer formar. Se é para transformar a realidade social na qual está inserido, ou se é para seguir os padrões socioculturais existentes, sem neles interferir.

Partindo dessas premissas, Oliveira (2010) aponta que a Organização do Trabalho Pedagógico apresenta um conceito econômico, pois se refere à divisão do trabalho na escola. Suscintamente pode ser definida como a forma que a escola é organizada para atingir os objetivos propostos. “Refere-se à forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos estão divididos, os ritmos determinados, a distribuição das tarefas e competências.” (OLIVEIRA, 2010, p. 01).

Alves (2012), por outro lado, afirma que a Organização do Trabalho Didático<sup>3</sup> não deve se limitar a execução de atividade puramente administrativa, nem tão pouco se resumem ao trabalho do professor na sala de aula. Pelo contrário, leva em consideração todo o contexto social em que a escola está imbuída.

Freitas (2012) esclarece que a OTP se constitui em uma macrocategoria, que dela apareceram diferentes vertentes orientando-se para um estudo mais específico nas diversas áreas, tais como: a avaliação, o currículo, a didática e a gestão escolar. O mesmo autor ainda aponta que a Organização do Trabalho Escolar está orientada pela concepção do materialismo histórico dialético<sup>4</sup>, dessa forma, para organizar o labor pedagógico, devem-se levar em consideração as contradições e as transformações sociais que permeiam o espaço educacional, relacionando-se dialeticamente ao modo de produção capitalista.

Nesta sentindo, conforme Freitas (2012) não se pode pensar a Organização do

---

<sup>3</sup>Alves (2012), por acepções de ordem ideológica, baseado nas teorias de Comenius, defende a linha teórica de que a Organização do trabalho desenvolvido na e para a escola, deve ser denominada de organização do trabalho didático, fazendo referência de que a didática envolve um vasto campo de atuação não se limitando a ser apenas parte integrante da pedagogia. Neste sentido a utilização do termo didática significa proposta de educação para a sociedade.

<sup>4</sup> Criado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Conceitualmente, o termo materialismo diz respeito à condição material de existência humana, o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história (GOMIDE, 2014).

Trabalho Pedagógico sem levar em consideração a divisão social do trabalho e suas conexões duais estabelecidas na sociedade contemporânea, por essa ótica aponta como alternativa contra hegemônica que o trabalho seja o princípio organizador do trabalho pedagógico.

Borges Netto e Lucena (2015) corroboram do mesmo pensamento de Freitas (2012) ao afirmarem que a escola é gestada e materializada na sociedade capitalista, sendo a contradição inerente ao seu processo de formação social, por isso é considerada instrumento contra hegemônico para a transformação social.

Além disso, os autores acima consideram que a OTP, no âmbito escolar, deve ser pensada na sua relação com o trabalho social e útil (produtivo), tanto no âmbito da gestão quando no campo da docência, de modo a primar pelo trabalho coletivo e produtivo como fundamento do trabalho pedagógico. Diante disso, consideram que a OTP deve, dentre outros atributos, promover a gestão democrática.

Levando em consideração os conceitos acima expostos pela base teórica que se debruçam a estudar a OTP, temos como parâmetro os seguintes preceitos acerca da organização do trabalho escolar: A OTP é uma área de atuação do campo educacional, sendo parte estruturante da organização escolar, de modo que é a partir dela que se constrói o projeto educativo da e para a escola, que por sua vez sofre influência do contexto social na qual está inserida e por isso deve estar orientada para construção de um trabalho pedagógico contra hegemônico.

Por esta ótica, a OTP não se caracteriza como trabalho técnico, organizador das meras rotinas administrativas, pelo contrário a Organização do Trabalho Pedagógico se arquiteta a partir das relações dialéticas na qual se estruturam o trabalho como princípio educativo e a gestão democrática dá e para a escola.

### 2.1.1 A gestão democrática como preceito estruturante da organização do trabalho pedagógico

A regra é clara:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – Participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica,

administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 2017 p. 11).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), mesmo de maneira sucinta, instituiu o princípio da gestão democrática. Sem descrever os pormenores de como e de que forma construir esse processo, colocou a responsabilidade para os sistemas de ensino, que logo atribuem essa imputabilidade à escola (OLIVEIRA, 2008).

A instituição escolar, por sua vez, está cada vez mais imersa às transformações sociais que ocorrem mundo do trabalho, onde o capitalismo vive um novo padrão de acumulação decorrente da globalização, o monopólio das tecnologias, o mercado globalizado, a partir das quais se estabelecem novas formas de relação entre trabalho, ciência e cultura, obrigando-a a buscar alternativas para (re) organizar constantemente suas práticas educativas, visto que a sociedade atual se caracteriza pela sua frequente versatilidade, decorrente dos processos de globalização (SILVA, 2012).

Neste sentido, há de se questionar sobre qual a importância da Gestão Democrática na Organização do Trabalho Pedagógico na era globalizada? Por hora, consideramos que a Gestão Democrática, sendo parte estruturante da OTP, permite à instituição escolar a possibilidade de (re) organizar seu trabalho em sentido contrário as práticas neoliberais da sociedade pós-moderna, dado pelo grau de autonomia pedagógica de que goza a escola. Com essa reflexão Dourado afirma que a Gestão democrática é um:

[...] o processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático, e conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais, e, no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO, 1998, p. 79).

Por este caminho, a gestão democrática se apoia na construção coletiva do trabalho pedagógico, redimensionando o papel da escola enquanto agência de formação para a cidadania com o intuito de cumprir com sua função social, opondo-se a vincular-se a mera lógica do mercado de trabalho.

Segundo Silva (2012) a Gestão Democrática supera o modelo fordista/taylorista, no qual serviu de base para estruturar a educação escolar durante longas datas, isso porque o processo de gerir democraticamente se constrói na coletividade, por meio da participação, se estabelecendo como um movimento dinâmico de ação, articulação e mobilização.

Oliveira (2008) destaca que a Gestão Democrática se orienta para cumprir a finalidade

da educação escolar, ou seja, atualizar o educando enquanto ser histórico social no intento de possibilitar o acesso ao saber produzido ao longo da humanidade, os domínios das ciências, das artes e da filosofia, dando-lhe suporte para prover suas necessidades materiais e de existência, independente do modelo de sistema econômico que se apresente. Nesta perspectiva, o autor elenca as vantagens da gestão democrática:

[...] tais como: a corresponsabilização dos resultados decorrente da interação entre gestores e demais participantes do trabalho escolar, maior potencial pedagógico-educativo das atividades acadêmicas mediante ampla participação dos envolvidos, desde as decisões até a execução de atividades; maior poder de pressão da unidade escolar diante do poder público na direção de ter contemplados os interesses da comunidade escolar; conquista de maior autonomia relativa aos aspectos pedagógicos e administrativos; maior eficiência do trabalho escolar tendo a ampla satisfação das necessidades dos educando e da comunidade local. (OLIVEIRA, 2008, p. 42).

Por essa ótica, temos que a Gestão Democrática se efetiva por meio do processo de participação do indivíduo nas decisões e construções das atividades político pedagógicas da escola. Assim a participação se manifesta como um elemento essencial no sucesso ou insucesso do aluno, isso porque dependem, em via de mão dupla, do envolvimento e comprometimento os diversos segmentos sociais, incluindo no âmbito principal a escola e família. Sobre isso Silva (2012, p. 56) afirma:

O sucesso de uma escola é medido pelo desempenho de seus alunos. Se os alunos, cada um no seu ritmo, conseguem aprender continuamente, sem retrocessos, a escola é sábia e respeitosa. [...] se os alunos estão sabendo ouvir, discordar, discutir, defender seus valores, respeitar a opinião alheia e chegar a um consenso, ela pode se orgulhar de estar formando cidadãos [...] esse sucesso, entretanto, é uma construção que se faz por meio da participação. [...] Uma educação disciplinada e amorosa é resultado da participação de todos os envolvidos: professores, alunos, funcionários pais e todos que são responsáveis por uma ação que se desenvolva na e para a escola.

Por esta vertente, Oliveira (2008) acrescenta que a Organização do Trabalho Pedagógico relacionada à gestão escolar democrática, necessita estar pautada na descentralização do poder, pois constata que os debates acerca das situações didático pedagógicas da escola tendem a se limitar dentro da sala de aula. Entretanto, a Organização do Trabalho Pedagógico, segundo ele, é uma área que vai além do contexto intraclasse, pois inclui as relações sociais estabelecidas pela escola para assim conseguir-se o objetivo maior: a formação do cidadão.

Por essa ótica, o autor estabelece que a Organização do trabalho escolar, pelo viés da gestão democrática, envolve três áreas de abrangência: a sala de aula, a organização global da

escola e as relações sociais extraescolares, nos quais se configuram elementos essenciais para a descentralização do poder na escola.

Para o mesmo autor, a sala de aula constitui-se como “lócus” privilegiado para atuar em termos de descentralização escolar, já que a prática docente é a principal arma para se opor ao projeto hegemônico do Estado, que por sua essência impõe diversos mecanismos de controle para disseminar objetivos de cunho capitalistas.

No que tange à Organização do Trabalho Escolar, o projeto político pedagógico é o principal instrumento para garantir o grau de autonomia da escola, sendo considerada uma instância mediadora entre a sala de aula e as relações sociais mais abrangentes. (Extraescolares). Quanto às relações sociais extraescolares, o autor afirma que esta tem um alcance direto no processo formativo do cidadão, haja vista que a descentralização escolar possibilita o exercício da cooperação, a da participação e influi diretamente no aprendizado.

Assim temos estabelecido a área de abrangência da organização do trabalho pedagógico: a sala de aula; a organização global da escola; e as relações sociais extraescolares. No que se refere a sala de aula destacamos o binômio objetivos avaliação. A rigor a escola capitalista encarna certos objetivos que adquirem do contorno da sociedade e estabelece certos critérios de avaliação do seu trabalho, no sentido de garantir o controle dos seus resultados. Esse processo é um eficiente instrumento de poder, sendo possível, pelo seu exercício, controlar todas as atividades e finalidades do trabalho escolar [...] quanto à esfera intermediária da organização do trabalho pedagógico – a organização global da escola – destacamos o processo de elaboração do projeto político pedagógico [...] finalmente a organização do trabalho pedagógico como estratégia de descentralização do poder nas escolas tem um alcance direto no processo formativo do aluno. (OLIVEIRA, 2008, p. 49).

Partindo desta premissa, temos que as áreas de abrangência OTP consolidam a gestão democrática como princípio estruturante da Organização do trabalho escolar. Uma vez que as descentralizações das decisões promovem maior participação dos atores sociais na construção e consolidação de práticas educativas transformadoras. Neste sentido, tem-se que descentralização e participação materializam a Gestão democrática, esta, por sua vez, se constitui o viés prático da Organização do trabalho pedagógico. É o aprender fazer.

Por essa ótica, compreende-se que a Gestão Democrática é um processo inerente à prática escolar, e por isso elemento inerente à (re) organização do trabalho pedagógico. É através da gestão escolar que se estabelecem as relações contra hegemônica e se consolida o projeto educativo da escola. É através do trabalho coletivo que a escola reorganiza suas ações e cria novas formas de organização, pois a escola por si só é produto de criação humana. É a partir do ato de (re) organizar que também estabelecemos novas relações entre trabalho,

ciência e cultura, na qual também se constitui um novo princípio educativo. (SILVA, 2012, p. 17).

### 2.1.2 O trabalho como princípio educativo na Organização do Trabalho Pedagógico

Pensar o trabalho como princípio educativo na Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio é trazer à tona toda a complexidade que envolve a relação trabalho e educação ao longo da história e sua relevância no contexto da educação profissional e tecnológica.

A história do trabalho e educação tem suas raízes desde os tempos mais remotos, quando o homem por meio do trabalho garantia suas funções básicas de sobrevivência. Para produzir cotidianamente sua existência, ele estabeleceu uma relação de exploração, de maneira ativa e intencional com seu habitat natural na intenção de garantir seu próprio sustento e se apropriar de ferramentas necessárias à manutenção da sua vida (SAVIANI, 2007).

Assim, percebe-se que a relação trabalho e educação é atividade intrínseca à vida humana, que serviu para que o homem pudesse manter sua subsistência e estabelecer suas relações sociais e econômicas, na qual foi se modificando pelas transformações ocorridas na sociedade. “Trabalho e Educação são atividades especificamente humanas. Isto significa dizer que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa.” (SAVIANI, 2007, p. 153).

Ao passo que as fases dos processos produtivos para o trabalho se modificaram, começaram a se estabelecer as relações sociais por classe, fato este que interferiu diretamente na educação do homem, pois com isso o trabalho passou a ser dual, existindo dois tipos de trabalho: o manual e o intelectual, assim originando a divisão social do trabalho.

Dentro dessa conjuntura, o trabalho manual estava restrito às classes trabalhadoras e trabalho intelectual limitado a classe burguesa, reconfigurando a educação até então vivenciada pela sociedade naquele momento. Neste sentido, Saviani (2007) esclarece que “[...] o impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção [...]”, a partir disso surge, então, a divisão do homem para a sociedade em dois grandes grupos:

[...] aqueles das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico; e aqueles das

profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar, nos diferentes setores da sociedade. (SAVIANI, 2007, p. 159).

A revolução Industrial acabou promovendo uma também revolução Educacional, já que coube ao Estado organizar seus sistemas de ensino buscando adequar seus currículos e práticas para atender os processos produtivos, sendo a escola o instrumento necessário para consolidar este objetivo.

Entretanto, para romper com os moldes de uma educação escolar dual, com a estratificação entre educação geral e profissional, surge a necessidade de se compreender o sentido do trabalho como princípio educativo em sua amplitude. Ramos (2008) conceitua o trabalho como princípio educativo da seguinte forma:

[...] O trabalho como mediação da relação entre ciência e produção – seja compreendido como a forma concreta pela qual se realiza historicamente a produção e a reprodução material e espiritual da existência humana. Compreender assim o trabalho – isto é, como meio social de produção da existência – possibilita compreender que, para que a humanidade exista todos têm que trabalhar. E se alguns não o fazem, é porque vivem da exploração do trabalho dos outros. Ter o trabalho como princípio educativo na educação básica, portanto, impede que crianças, adolescentes e jovens naturalizem a condição de exploração em que vivem e que não se formem, assim, “mamíferos de luxo”, isto é, homens e mulheres que, por viverem da exploração do trabalho dos outros deixam de exercer aquilo que lhes conferem ontologicamente a condição de seres humanos, a capacidade de produzir social e coletivamente sua existência. (RAMOS, 2008, p. 6).

Por essa ótica, o trabalho como princípio educativo é a base para a organização do trabalho pedagógico na educação profissional técnica de nível médio, uma vez que, ao longo da história da Educação Profissional, o Ensino Médio profissionalizante sempre esteve estruturado para o adestramento de determinadas habilidades, sem possibilitar ao indivíduo o domínio dos fundamentos científicos necessários para a compreensão das dimensões socioprodutivas da sociedade moderna, ou seja, a EPTNM sempre assumiu o princípio da politecnicidade na sua essência mais simplista, qual seja o domínio das várias técnicas.

Acerca dessa temática, Ramos (2008) pontua que o trabalho como princípio educativo na organização do Ensino Médio deve superar a disputa com a educação profissional. Para Saviani (2007), o trabalho como princípio educativo, na construção ou organização do Ensino Médio, deve estar orientado para além das funções básicas de se manusear o processo produtivo, mas sim direcionados para a formação de politécnicos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A politecnicidade é percebida como Educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas. (RAMOS, 2008).

Nesta perspectiva, entender o trabalho como princípio educativo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura, dimensões essas essenciais e fundamentais para vida humana. É perceber que o Trabalho como Princípio Educativo se constitui como parte da formação humana, pois o homem só existe pela relação dialógica que há entre sua relação com a natureza e o modo que ele a modifica para conseguir sobreviver, e essa relação só é possível através do trabalho.

Neste sentido, temos que trazer à tona o trabalho como princípio educativo, como elemento estruturante da organização do trabalho pedagógico é possibilitar a indissociabilidade entre teoria e a prática social, construindo-se como base para uma nova abordagem para produção de conhecimento.

A finalidade da Organização do trabalho pedagógico deve ser a produção de conhecimento, por meio do trabalho com valor social a prática social, refletindo-se na forma de teoria que devolvida à prática, num circuito indissociável e interminável de aprimoramento. (FREITAS, 2012, p. 100).

## **2.2 Fundamentos Legais da Organização do Trabalho Pedagógico na EPTNM**

Nesta seção iremos nos deter a detalhar a Organização do Trabalho Pedagógico a partir das proposituras legais educacionais, baseada nas duas versões da LDB, e na lei nº 5692/71, buscando direcionar um olhar crítico e reflexivo sobre a OTP nesses documentos base que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica.

A organização do trabalho pedagógico das instituições educacionais sempre esteve diretamente relacionada ao tipo de sociedade que estava estabelecida na história da natureza humana. Sendo assim, sempre acompanhou as transformações sociais vivenciadas ao longo da humanidade, isso porque a escola é e sempre será considerada o lugar ímpar de produção, difusão de saber, sejam eles os saberes científicos ou empíricos, para emancipar o homem ou limitá-lo a atender a lógica de mercado.

Com base nisso, mostraremos os aspectos da OTP à luz da LDB e suas diferentes versões ao longo da história da Educação Profissional no Brasil, relacionando-a ao modo como a reprovação escolar se estabelecia neste processo organizativo. Desta maneira, neste tópico, abordaremos o recorte temporal, a partir da Primeira República até os dias atuais, apresentando de maneira sucinta os estágios da Educação Profissional no contexto brasileiro.

De acordo com Garcia, Dorsa e Oliveira (2018) a Educação Profissional passou por diferentes fases, com seu início no Brasil Império, perpassando pelas Escolas de Aprendizes e

Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar à atualidade, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Entretanto, Wittaczik (2008) aponta que a Educação Profissional e Tecnológica acompanha a evolução das práticas humanas desde os tempos mais remotos da história da humanidade, quando o homem (re) produzia seus modos de sobrevivência e construía sua cultura. Na sua relação com o outro transferiam seus saberes profissionais baseados na observação, na prática e na repetição, pelas quais repassavam conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes servissem e facilitassem o cotidiano.

Apesar das diferentes fases da História que registram as etapas de evolução da ETP, Garcia, Dorsa e Oliviera (2018) apontam que marco principal da Educação Profissional ocorreu em 1909, com a instauração de 19 escolas de aprendizes artífices, no governo do presidente Nilo Peçanha pelo Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909 criadas inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, destinados ao ensino profissional, primário e gratuito.

Por outro lado, Romanelli (1980) esclarece que a Constituição da República de 1891, nesta época, apresentou o formato da organização do ensino, na qual instituiu o sistema federativo de governo, consagrou a descentralização do ensino e a dualidade de sistemas, que delegou à União a criação e o controle do Ensino Superior e o Ensino Secundário. Assim, aos Estados coube criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional.

Mais recentemente, Tavares (2012) acrescenta que a organização da educação brasileira foi impregnada pela filosofia positivista<sup>6</sup>, e durante essa Primeira República a educação profissionalizante era destinada aos desvalidos da sorte, assim chamados às pessoas das classes menos favorecidas como os pobres, pessoas com deficiência, loucos, ex-escravos, órfãos, dentre outros. Neste sentido, a Educação Profissional teve como papel oferecer ensino profissionalizante aos grupos marginalizados socialmente para assim minimizar os índices de criminalidade e impulsionar o progresso do país.

Implementando o contexto de estudo, Demartini (2013), a partir de um estudo sociológico, aponta que os alunos das classes menos favorecidas deixavam a escola para que

---

<sup>6</sup> A República Brasileira nasceu sob a influência e inspiração do Positivismo de Augusto Comte que marca, sobretudo, sua visão educacional. Com isto, opunha-se explicitamente ao ideário católico, propondo a liberdade e a laicidade da educação, investindo na publicização do ensino e em sua gratuidade. Além disso, buscava-se superar a tradição clássica das humanidades acusada de responsável pelo academicismo do ensino brasileiro, mediante a inclusão de disciplinas científicas, no currículo escolar, segundo o modelo positivista. (OLIVEIRA; MARTINIAK, 2018)

pudessem desenvolver algum tipo de ofício para ajudar no sustento da família, por sua vez, os alunos que permaneciam na escola e prosseguiam aos estudos eram os filhos de fazendeiros e comerciantes. Desse modo, o autor destaca que mesmo que o rendimento dos estudantes fosse considerado bom, não se conseguia evitar o abandono escolar.

Deste modo, a diferença de oportunidades baseadas na dualidade estrutural da sociedade, mostra que a reprovação do aluno na escola estava calcada na sua exclusão pelo próprio sistema que não lhe dava opções de permanecer na escola e prosseguir seus estudos, pois o ensino propedêutico estava indisponível para os estudantes pobres.

Patto (2015) destaca, a partir de um estudo social e histórico sobre o fracasso escolar, que durante a Primeira República, predominou-se pela classe dominante, como forma de justificar a desigualdade social, a Teoria da Hereditariedade da inteligência onde os negros, índios, mestiços e pobres são considerados inferiores intelectualmente, acarretando assim a uma naturalização do baixo desempenho escolar no que diz respeito às classes menos favorecidas.

No período da Segunda República, a Educação Profissional passa a ser considerada uma Política Pública no Brasil. Sobre isso Picanço (1995) afirma que a Educação Profissional sofreu forte estímulo a partir de 1937, pois houve crescente necessidade de mão de obra qualificada para atender as demandas do processo de industrialização que se instaurava no país, uma vez que a oligarquia cafeeira se encontrava nos seus últimos suspiros.

De acordo com os documentos do Ministério da Educação (SETEC/MEC), inúmeros acontecimentos marcaram a Educação Profissional neste período, entre esses episódios estão: as novas escolas industriais, a criação do Ministério da Educação e da Saúde, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, na qual supervisionava as escolas de aprendizes artífices, que logo após a inspeção passou a denominar-se Superintendência do Ensino Profissional.

Além disso, a Constituição de 1937 foi a primeira Carta Magna a versar sobre ensino técnico, profissional e industrial, neste tempo também foram realizadas entre 1942 e 1946, final do Estado Novo, uma série de leis que “remodelaram” e “reorganizavam” o ensino em todo o país, na qual denominou-se de Reforma Capanema<sup>7</sup> contrapondo-se aos ideais do

---

<sup>7</sup> Durante o Estado Novo (1937-1945) a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. (RIBEIRO, 2007).

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932<sup>8</sup>. Com a Reforma e a Constituição de 1937, o ensino apresentava um caráter pré-vocacional, profissional de cunho assistencialista, destinado às classes menos favorecidas, ficando organizado da seguinte maneira:

O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL, [201-], p. 4).

Com a reforma realizada no âmbito do ensino, deu-se início a implementação do Sistema S que ganharam grande impulso durante o Terceiro período Republicano. Tavares (2012) afirma que durante esse período deu-se grande ênfase à teoria do capital humano<sup>9</sup>, isso porque as multinacionais começaram a se instalar no Brasil, tornando-o dependente do capital internacional, o que levou a requisitar investimentos na qualificação da mão de obra.

Ainda segundo o autor supramencionado, neste período ocorreu a substituição do modelo agrário-exportador pelo nacional-desenvolvimentista, surgindo a indústria automobilística como o grande ícone da consolidação da indústria nacional, seguido pela abertura do Brasil à entrada do capital internacional, no então governo de Juscelino Kubitschek.

De acordo com Picanço (1995) o ensino profissional passa a ser responsabilidade não somente do Estado, como também dos grandes empresários que veem a partir dos Sistemas S<sup>10</sup> a possibilidade de qualificar mão de obra para atuar nas atividades industriais. Para, além disso, essa coparticipação entre Estado e empresários submete a classe trabalhadora à disciplina fabril baseados no modelo taylorista, desencadeando assim o trabalho alienado, preparando-os para serem apenas “apertadores de parafusos”, as máquinas humanas.

---

<sup>8</sup> Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. O documento defendia a educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório. (MENEZES; SANTOS, 2001).

<sup>9</sup> A Teoria do Capital Humano desenvolvida na universidade de Chicago por Schultz a partir da década de 1950, expressa que, para desenvolver a economia, os ganhos produtivos do trabalhador e, por sua vez, a melhoria das condições sociais dos países semicoloniais, era necessário investir na educação dos trabalhadores, gerando capital humano. Essa necessidade de capital humano está estritamente relacionada às exigências cada vez maiores por mão-de-obra capaz de absorver e se enquadrar nas novas tecnologias de produção capitalista na atualidade. (SOARES, 2016).

<sup>10</sup> As escolas do Sistema S são financiadas e geridas pelos empresários por via de recolhimento de 1% sobre a folha de salários e fiscalizadas pelo Poder Público. Representantes dos governos federais e estaduais fazem parte de todos os conselhos deliberativos, e o Tribunal de Contas da União examina a aplicação dos recursos de todo o Sistema S. O modelo do Sistema S espalhou-se rapidamente por toda a América Latina. (WITTACZIK, 2008).

Constituir pelo consenso, e não pela coerção, uma força de trabalho de um tipo especial, que se submetesse à disciplina fabril e aos ritmos do novo padrão de cunho taylorista, tornava-se condição necessária para a difusão de “uma nova mentalidade do povo brasileiro”. E é neste contexto, do empresariado assumindo sua participação nesse processo, que, sob a égide do Estado brasileiro, são criados, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), a serem assumidos pelas organizações empresariais. (PICANÇO, 1995, p. 94).

No ano de 1959 as escolas industriais e técnicas, configuram-se como autarquias e são denominadas como Escolas Técnicas Federais, com isso intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização (GARCIA; DORSA; OLIVEIRA, 2018). É neste contexto que emerge a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/1961, na qual levou treze anos de debates até o texto chegar à sua versão final, sendo foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart.

No que tange à Educação Profissional, Coutinho e Silva (2015) afirmam que a LDB 4024/1961 mostrou poucos progressos, pois o Ensino Técnico de Nível Médio abrangia cursos de natureza industrial, agrícola e comercial e que o mesmo era equivalente ao ensino propedêutico. Contudo, os cursos de formação propedêutica oferecidos pela rede particular de ensino continuavam sendo mais valorizados pela sociedade em detrimento dos cursos oferecidos pela rede estadual de educação, deixando em evidência as marcas da divisão social do trabalho ferozmente presente da sociedade Industrial.

A dualidade estrutural presente na maneira como a ensino estava organizado na Lei nº 4024/1961 limitava a atuação do aluno que encerrava o Ensino Médio Profissionalizante, e deseja almejar o Ensino Superior, já que não lhe era permitido escolher outro curso senão dentro da sua área de atuação técnica. Enquanto que, aos oriundos do ensino propedêutico poderiam escolher livremente a carreira desejada. Esta dualidade estabelecida nos preceitos da lei reforça e incentivar a ideia tão difundida na sociedade capitalista acerca a divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual.

A Lei nº 5692/71, instaurada em plena ditadura militar, acompanha a mesma finalidade expressa na LDB de 1961 sobre a educação profissional, qual seja: a formação de mão de obra. Entretanto, conforme Coutinho e Silva (2015), devido a crescente e acelerada demanda de profissionais qualificados para ingressar no setor industrial, a forma de organização da educação escolar foi modificada sob a justificativa de carência de técnicos de nível médio, deste modo instituiu-se a profissionalização compulsória em todos os cursos de segundo grau.

Contudo, Tavares (2012) acrescenta que a falta de recursos materiais sucateou as escolas, estagnou a política de fomento do ensino profissionalizante, pois as instituições escolares não dispunham de instrumentos básicos e necessários para ofertar o ensino técnico, acarretando a desqualificação da mão de obra. Sobre isso Coutinho e Silva (2015) esclarecem:

Com o objetivo velado de uma escola única para todos verifica-se que essa lei foi um fracasso, aumentando ainda mais a dualidade estrutural presente na educação. As escolas, especialmente as estaduais, sem recurso, sem estrutura e sem quadro docente qualificado, não faziam uma coisa nem outra, se limitando a oferecer cursos em que se exigia baixa qualificação, gerando um contingente enorme de desempregados, de alunos sem qualificação técnica para se inserir no mercado de trabalho e sem o ensino propedêutico de qualidade que lhe desse a condição de ingressar no ensino superior. (COUTINHO; SILVA, 2015, p. 6).

Segundo Tavares (2012), o estilo de organização da escola ampliava ainda mais as diferenças entre ricos e pobres, alargava a distância entre educação propedêutica e profissional, fomentava a teoria do capital humano e da meritocracia, tendo em vista a necessidade de formação de mão de obra cada vez mais qualificada para atender as demandas do mercado.

Lima e Silva Júnior (2016) apontam que durante esta década a evasão e a repetência, atingiram índices muito altos. Para solucionar ou tentar diminuir estes índices, governos estaduais contratavam alunos normalistas (Ensino Médio) para atuarem em classes de recuperação.

Patto (2015) afirma que as características liberalistas, presentes desde o início do Período Republicano, e as teorias racistas, que descriminalizavam os negros, índios e mestiços trazidos do século passado, faz emergir uma nova teoria para validar o discurso capitalista, manter a hegemonia dominante e explicar o fracasso escolar, na qual se originou a teoria da carência cultural. Tal teoria depositava a responsabilidade do fracasso escolar ao aluno ou na sua própria inadequação ao sistema ou a fatores externos eximindo o sistema educacional de qualquer reponsabilidade.

É nesta conjuntura que se percebe o discurso camuflado das referidas leis, que trazem à tona uma matriz liberal de propostas desiguais, onde se institui o princípio da meritocracia na escola. Para Martins, Varani e Domingues (2016, p. 21),

O capital humano é tido como produto do esforço pessoal, que elimina e deixa fora de análise a responsabilidade do sistema escolar que criou condições desiguais para alguém saber mais e outro saber menos. Essa ideia disseminada pela escola traz em seu escopo a reprovação como sinônimo de reponsabilidade estritamente subjetiva e de exclusão escolar.

A reponsabilidade subjetiva e a exclusão escolar ocorrem pelo *modus operandi* da própria lógica de organização da legislação educacional em vigor, dadas pelas interferências socioeconômicas da sociedade da época. A inculcação de ideários baseado no princípio do mérito, sob a perspectiva de que o ser humano é capaz de prosperar somente com suas capacidades sem precisar da ajuda da sociedade, Estado ou família, é colocar em xeque as limitações da própria autossuficiência do ser humano como forma de justificar uma possível autorreprovação.

Dentro dessa mesma lógica de organização do sistema educacional, fixado na LDB de 4024/1961, a exclusão escolar surge como punição àqueles que não conseguiram desenvolver suas habilidades e competências técnicas para executar seu ofício na sociedade moderna, impedindo o aluno de prosseguir seus estudos. “Art. 18. Nos estabelecimentos oficiais de ensino médio e superior, será recusada a matrícula ao aluno reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas.” (BRASIL, 1961, p. 5).

O que se percebe é que o objetivo da Lei nº 4024/1961 e Lei nº 5692/71 sempre foi reformular, taticamente, o Ensino Médio Profissionalizante na perspectiva de retrucar cada vez mais cedo os jovens para suprir as necessidades fabris e industriais. Todos os ditames colocados nas leis impossibilitavam os jovens de ingressarem na Universidade, eliminando a existência de uma ascensão profissional, pois a finalidade do Estado era manter a alienação da classe trabalhadora, fornecendo-lhe pouco conhecimento para possuir baixa capacidade de reflexão e, assim sendo, mantê-la sobre domínio.

Para Ramos (2009), o projeto educativo esquematizado pelo Estado sempre teve como foco a reformulação o Ensino Médio, já que a sociedade se construía pela grande maioria de jovens em busca de ascensão pessoal e profissional. Neste sentido, o papel opressor do Estado para disseminar a cultura da desigualdade, orientava-se para a elaboração de instrumentos legais, no intuito apenas de fomentar o sistema econômico vigente.

Segundo Tavares (2012), na década de 80, com a redemocratização do Brasil, a expansão da educação ocorreu prioritariamente na rede privada sob a forte influência da lógica neoliberal. Enquanto que, a rede pública atravessava um processo de estagnação.

Patto (2015) mostra que foi em meados da década de 70 para início dos anos 80 que os estudos sobre o fracasso escolar redimensionaram seu enfoque sobre as causas da reprovação, e retirou-se, em parte, o olhar sobre as características psicossociais do aprendiz, dando origem a novos determinantes para elucidar o baixo rendimento, surgindo os fatores interescolares e suas seletividades sociais operadas dentro da escola.

Coutinho e Silva (2015) apontam que é nesse contexto da busca pela retomada do Estado de direito - redemocratização do Brasil - onde surgem novas discussões sobre o sistema educacional, que resultara na aprovação da LDB nº 9394/96, desde então vigente até os dias atuais.

Neste âmbito, a nova legislação trouxe em seu bojo uma nova organização para escola, pois elenca a educação profissional como uma modalidade educacional, bem como institui o princípio da gestão democrática, ainda que este surja de maneira muito superficial, e ainda traz à baila elementos de uma concepção de integração de currículos para Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

De acordo com Ramos (2008), a nova roupagem da LDB foi fruto dos inúmeros discursos, ainda no projeto de lei, que culminaram nas mudanças trazidas pela nova legislação educacional. Entretanto deixa claro que as alterações apresentadas apenas iniciam os debates sobre a implementação das medidas propostas, uma vez que, mesmo com esses avanços obtidos, ainda não se garantiu a efetividade da concepção de Escola Unitária.

Nesta direção, a autora acima mencionada assinala que para a Educação Profissional romper com o modelo capitalista, de formação de mão de obra para o mercado de trabalho, é necessário criar estratégias para a integração entre os saberes e defende a concepção de escola Unitária para superar a dualidade da formação para o trabalho manual e trabalho intelectual, na qual se assentam os seguintes princípios base contra hegemônicos: A formação humana integral, o trabalho como princípio educativo e politecnia.

Por outro lado, Pacheco (2012) afirma que a organização da nova LBD, no que tange a Educação Profissional Técnica De Nível Médio é assumida como ensino profissionalizante ao passo que sua função é a preparação para o exercício de profissões técnicas. O autor acrescenta que a educação técnica de nível médio se reduziu ao domínio de competências, enfatizando a fragmentação do conhecimento, com o intuito de atender o mercado de trabalho e aumentar a empregabilidade.

Nesta mesma perceptiva, Mubarrac Sobrinho (2008) afirma que estamos diante de revolução tecnológica, perante uma nova dinâmica do processo produtivo e organizacional com aumento na produção e na produtividade exigindo do trabalhador competências que vão além da simples execução de tarefas estabelecidas pelos modelos de produção taylorista e fordista.

Neste sentido, o autor aponta que as escolas são lugares estratégicos para difundir e promover o desenvolvimento das novas capacidades e competências do trabalhador pós-

moderno, nas quais são estabelecidas e disseminadas através da violência simbólica<sup>11</sup>, tão presente na Organização do Trabalho Pedagógico das instituições educacionais atuais. “A violência simbólica se expressa na imposição legítima e dissimulada, com interiorização da cultura dominante, reproduzindo as diversas relações do mundo de maneira natural e inevitável”. (MUBARAC SOBRINHO, 2008, p. 26).

Para tanto, neste ponto da pesquisa tomamos a liberdade para elaborarmos um quadro (Quadro 01) para sintetizar os principais aspectos da organização do trabalho escolar na EPTNM a partir da análise histórico/legal das LDB, pontuando alguns aspectos da reprovação escolar em cada período.

A partir dessa análise histórica da educação profissional desde a primeira república até a Lei nº 9394/96, têm-se que a organização do trabalho escolar em diferentes tempos sempre atendeu a ótica do modelo socioeconômico vigente. O Ensino Médio sucessivamente configurou-se com um cenário propício para as reorganizações curriculares e pedagógicas, considerado etapa escolar estratégica para movimentar o sistema econômico vigente. Além disso, a reprovação escolar sempre esteve atrelada ao fracasso pessoal do próprio sujeito, sem que mais ninguém tivesse responsabilidade sobre isso, nem mesmo a escola.

### **2.3 A Reprovação Escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade de educação que abrange os diversos níveis e modalidades de Ensino (BRASIL, 2017). Com a lei de criação dos Institutos Federais (IFs), Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institucionalizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Educação Profissional passou a ser alvo de ações de políticas públicas educacionais (BRASIL, 2004).

No âmbito dessas ações, para se propagar a EPT, os Institutos Federais de Educação têm como papel ofertar a educação profissional e tecnológica, de preferência por meios de cursos integrados, bem como aponta a Lei nº 11.892/2008:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; [...] ministrar educação profissional técnica de nível médio,

---

<sup>11</sup> O conceito de violência simbólica a foi elaborado por Bourdieu para descrever o processo pelo qual a classe que domina econômica e socialmente se impõe e reproduz seus mecanismos de ação, percepção e julgamento aos dominados. (MUBARAC SOBRINHO, 2008).

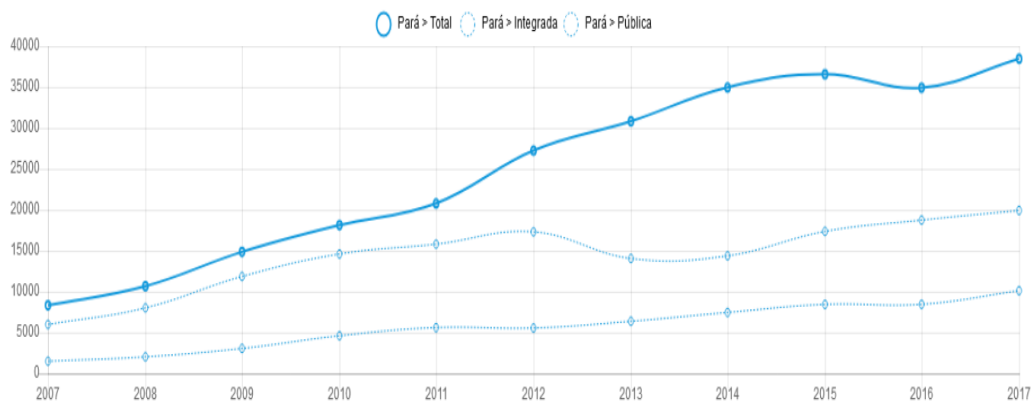
prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008, p. 7).

Neste contexto, as instituições de ensino no âmbito federal são obrigadas a priorizar a oferta de cursos na forma integrada, da qual tomam como parâmetro legal as Diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio regulamentada pela resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, a Lei 11.892/2008, assim como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Todas as legislações direcionam-se para ações expansionistas na área da educação profissional e tecnológica, sendo a EPTNM uma das principais etapas da educação escolar para o avanço do ensino profissionalizante.

Com a previsão de oferta obrigatória de cursos de educação profissional técnica de nível médio na rede Federal de ensino, a lei de criação dos IFs especifica que no desenvolvimento de sua ação acadêmica, essas instituições deverão garantir no mínimo 50% das vagas para a EPTNM na forma de oferta integrada. Levando em consideração a obrigatoriedade da lei, a oferta do ensino médio integrado é a mola propulsora que movimenta os IFs para cumprirem com seus objetivos legais.

A política de fomento para a educação profissional e tecnológica baseia-se nos números de alunos ingressantes em cada período letivo. Dessa forma é válido destacarmos que o número de matrícula nos cursos de Ensino Médio Integrado, especificamente, do IFPA vem aumentando gradativamente, conforme destaca o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Porcentagem de Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio no Estado do Pará na forma de oferta Integrada



**Fonte:** Observatório do PNE, (2018).

Entretanto, garantir a permanência e o êxito discente não é tarefa fácil, isso porque a

reprovação escolar é um fenômeno obscuro que assola os ambientes educacionais e pode ser considerado um entrave no processo formativo do aluno. Ribeiro (1991) aponta que a reprovação está naturalizada no sistema educacional brasileiro, já que o ato de reprovar acaba se normatizando dentro da escola.

Entende-se por reprovação escolar a conceituação utilizada por Faria (2011), na qual destaca que o processo reprovador é estruturado a partir de um sistema seriado e ocorre ao final de um ano letivo impedindo o discente de prosseguir seus estudos para a série seguinte. Sobre isso Faria esclarece (2011, p. 04):

[...] a reprovação muitas vezes é confundida com a repetência. Embora os dois conceitos estejam relacionados, indicam situações diferentes. Um aluno ao final de um ano letivo pode estar em três situações diferentes quanto ao seu rendimento escolar: ter sido aprovado, ter sido reprovado ou ter abandonado os estudos. A reprovação escolar é uma situação do aluno em relação à série cursada, que o impede de cursar a série adiante no ano letivo posterior.

É importante pontuarmos o conceito de reprovação, pois comumente o associam com a repetência como se fosse um só processo, como também o restringem ao fracasso escolar. Contudo, conforme Patto (2015), a reprovação é apenas uns dos elementos no qual se estrutura o fracasso do aluno na escola que engloba os aspectos do baixo rendimento, da reprovação da repetência e da evasão escolar.

De acordo com Silva (2015), o Brasil é um dos países da América Latina que mais reprova, principalmente no Ensino Médio, ocupando a 3ª posição no ranking, só perdendo para a Argentina (1ª) e para a Bolívia (2ª). Segundo as informações contidas na Tabela 1 nos três últimos anos os índices de reprovação escolar no Brasil apresentaram oscilações de queda e crescimento. Entretanto a reprovação no Ensino Médio continua elevada, se comparado aos índices do Ensino Fundamental.

Tabela 1 - Reprovação escolar nos últimos três anos

<b>Etapa Escolar</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Anos iniciais</b>	5,8%	5,9%	5,2%
<b>Anos finais</b>	11,1%	11,4%	10,1%
<b>Ensino Médio</b>	11,6%	12,0%	10,9%

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS (2017).

Nota: Elaborado e adaptado pela autora.

Buscando a contextualização com a temática da pesquisa, ao se realizar um levantamento, no Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas (SIGAA) do IFPA - Campus Óbidos, sobre a situação de matrícula dos discentes desde o primeiro ano de vigência dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Integrada ao Ensino Médio, que ocorreu em 2017, extraímos os seguintes dados: em 2017 o número de matrículas no Ensino Médio Integrado, totalizavam 80 (oitenta) registros, já no período letivo de 2018, esse universo subiu para 116 (cento e dezesseis), totalizando 196 (cento e noventa e seis) matrículas ativas.

Em relação à reprovação escolar o regulamento didático pedagógico do IFPA (2015) estabelece os seguintes requisitos para reprovação: a) o aluno que ficar reprovado em até 2 (dois) componentes curriculares poderá dar prosseguimento aos estudos obrigando-se a cursar os componentes, em regime de dependência. b) o estudante reprovado em 03 (três) ou mais componentes curriculares ficará automaticamente reprovado no período letivo, devendo cursar no período letivo seguinte apenas os componentes curriculares em que ficou reprovado.

Levando em consideração os requisitos apresentados acima, os dados extraídos revelaram as seguintes informações: em 2017 aproximadamente 60% dos alunos ficaram reprovados em alguma ou várias disciplinas. No período letivo de 2018 esse percentual aumentou em 10%, pois 70% do corpo discente estava reprovado em algum ou vários componentes curriculares. A Tabela 2 demonstra o número de matrículas e reprovações durante este biênio de oferta da EPTNM na forma Integrada ao Ensino Médio no IFPA - Campus Óbidos.

Tabela 2 - Quantitativo de Insucessos de Alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

<b>Período letivo</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ingressantes</b>	80	80	160
<b>Matriculados</b>	71	126	297
<b>Reprovados</b>	43	89	132

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. (2019).

Nota: Elaborado e adaptado pela autora.

Desse percentual total de reprovações, os dados mostraram que no ano letivo de 2017, 35% dos discentes enquadravam-se no requisito A e 25% desses alunos no requisito B. Em contrapartida, no período letivo de 2018 o número de reprovações no requisito A diminuiu para 30% e as reprovações pelos critérios dos requisitos B totalizaram 40% das reprovações.

Tabela 3 – Quantidade total de reprovações por requisitos

Período letivo	2017	2018	TOTAL
<b>Reprovados</b>	43	89	132
<b>Reprovados pelo requisito A</b>	28	24	52
<b>Reprovados pelo requisito B</b>	15	65	80

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. (2019).

Nota: Elaborado e adaptado pela autora.

Partindo desta premissa, é possível perceber que a Pedagogia da reprovação continua fortemente impregnada e enraizada nos ambientes escolares, constituindo-se como um processo natural, que ao longo dos anos incorporou-se com muito eufemismo no trabalho da escola (RIBEIRO, 1991).

Nones (2006) afirma que o fenômeno não efêmero da reprovação escolar é produto das construções sociais, ocorre em contextos distintos, e não se constitui com um processo natural, pelo contrário, se consolida no processo de socialização do indivíduo. Dessa forma, a reprovação se estabelece como um elemento complexo, peculiar que leva ao desengajamento do estudante da vida estudantil, por isso necessita ser estudado para que possa ser possível esquadriñar saídas e se criar mecanismos na perspectiva de minimizar seus efeitos.

A reprovação escolar não é um fenômeno natural, mas produto de uma construção social e, como tal, constitui-se em contextos específicos e, por conseguinte, possui características distintas, não padronizadas, as quais não podem ser universalizadas, tampouco generalizadas, pois variam conforme as configurações de cada contexto. Ou seja, não é algo que está dado, predefinido, mas tecido no processo de socialização, na relação com o outro. (NONES, 2006, p. 77).

Dore (2013) ressalta que a reprovação escolar na educação profissional técnica de nível médio é um dos indicadores que leva ao abandono discente. Na perspectiva da autora, a forma como ocorre o engajamento escolar é um dos fatores que contribui para o sucesso ou o fracasso do aluno na escola. Baseado nos estudos de Dore (2013), o engajamento escolar engloba duas modalidades: o engajamento de aprendizagem e o engajamento social, ambos tratam diretamente do capital social existente entre o aluno e os demais membros sociais no qual ele se relaciona.

O engajamento de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. A forma como o estudante se relaciona com essas duas

dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola. (DORE, 2013, p. 776).

Por essa ótica, a reprovação escolar é produto das relações sociais, e o desalinhamento causado pelas diversas maneiras do ato de se relacionar interfere na forma como o aluno aprende e apreende. Assim o desalinhar constitui-se nas diversas situações acadêmica e de vida que o aluno enfrenta durante toda sua formação.

Paro (2003) ratifica que a reprovação escolar é um problema recorrente na educação Brasileira, sendo necessário criar estratégias de (re) organizar o trabalho pedagógico na perspectiva de contribuir para a aprendizagem do aluno, sem com isso impedi-lo de prosseguir nos estudos. Contudo adverte que é necessário existir um compromisso de todos os envolvidos no processo de aprendizagem do estudante, professores, gestão da escola, família e toda a comunidade escolar.

Neste sentido, para reorganizar o trabalho escolar, necessitamos compreender como se estrutura a reprovação escolar no IFPA - Campus Óbidos a partir dos documentos norteadores que se sustentam o fazer pedagógico.

### 2.3.1 A reprovação escolar à luz da Organização Didático-Pedagógica do IFPA - Campus Óbidos

A organização didático-pedagógica do IFPA - Campus Óbidos, no que tange aos aspectos relacionados à reprovação está pautado nos seguintes documentos: no Plano de Desenvolvimento institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Regulamento Didático Pedagógico do Ensino (RDPE).

O PDI é um instrumento de planejamento estratégico, no qual elenca diversas metas para serem alcançadas durante determinado espaço de tempo. É elaborado para nortear as ações de gestão com a finalidade atender as demandas sociais no qual está inserido. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, 2014).

Em face disto, o plano se arquiteta a partir de objetivos para que se cumpra a missão, visão e os valores propostos pela instituição educacional, qual seja, promover uma educação de qualidade direcionada para a inclusão do cidadão para o mundo do trabalho possibilitando uma formação cidadã.

Para cumprir com sua finalidade, o plano está estruturado em três eixos: a) Melhoria da qualidade do ensino; b) fortalecimento do Ensino, extensão pesquisa e inovação e; c) fortalecimento das políticas de acesso, permanência dos estudantes.

No que tange ao eixo para fortalecimento das políticas de acesso e permanência, tem-se como uma das metas, diminuir as taxas de retenção nos componentes curriculares. Segundo as informações contidas no Quadro 2, para garantir a permanência e o sucesso do aluno na escola, sem que este fique retido ou até mesmo abandone o ambiente escolar, o plano prevê uma expectativa de redução da reprovação escolar de 10% para cada ano de vigência do PDI. Enquanto instrumento de planejamento estratégico da instituição, aos campi será destinada a tarefa de operacionalizar este objetivo.

Quadro 1 - Proposta de redução dos índices de reprovação PDI-IFPA-2014 a 2018

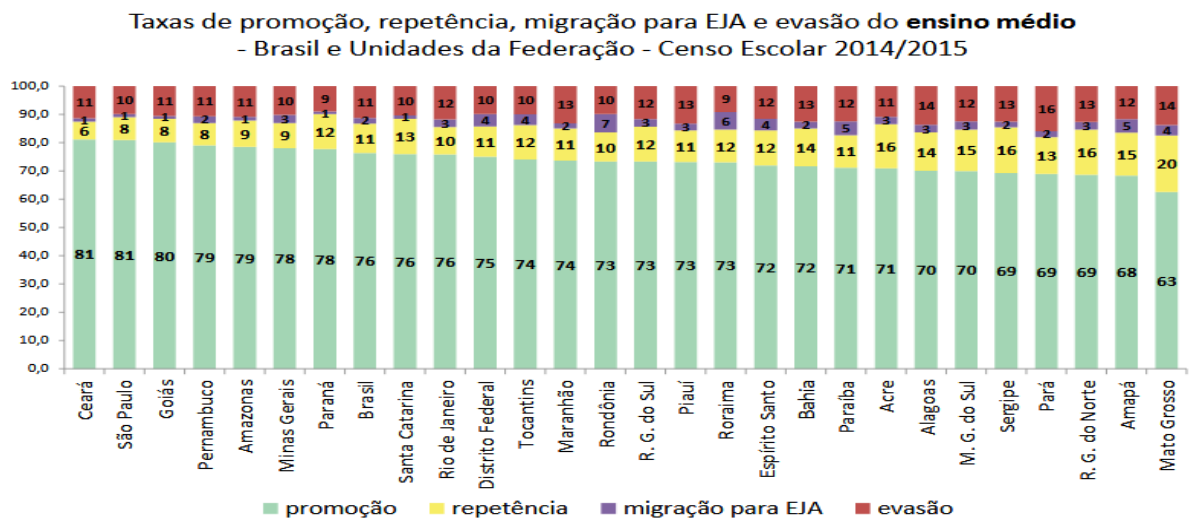
<b>META 3 – Diminuir a taxa de retenção nos componentes curriculares.</b>				
<b>INDICADOR:</b> Percentual de reprovação por componente curricular.				
<b>RESPONSÁVEL:</b> PROPPG; PROEN; PROEX; Campi				
<b>ANO 2014</b>	<b>ANO 2015</b>	<b>ANO 2016</b>	<b>ANO 2017</b>	<b>ANO 2018</b>
54%	50%	40%	30%	20%

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (2014).

A proposta de redução da reprovação em até 10% para cada ano se justifica pelo fato de que o Estado do Pará apresentou elevados índices de repetência no Ensino Médio, entre 2014 e 2015 e liderando o ranking entre os Estados com maior percentual de evasão. De acordo com os dados do Gráfico 2, o Estado do Pará apresentou taxa de 16% de alunos que evadiram da escola, a maior em relação aos outros Estados brasileiros, com o Mato Grosso e Alagoas que apresentaram taxas de evasão de 14%. No que tange ao fenômeno da repetência, o Estado do Pará ocupou a 6ª colocação apresentando um percentual de 13% de alunos que repetiram alguma série durante seu percurso no Ensino Médio.

Diante dessa realidade, reduzir os números de reprovação era condição *sine qua nom* para escolas de Ensino Médio no Estado do Pará e objetivo primordial a ser alcançado pelo IFPA. Neste sentido, coube as instituições escolares a árdua tarefa de buscar e criar mecanismos para minimizar esses índices de reprovação, a fim de garantir ao aluno sua permanência na escola. Ainda sob a ótica de trazer à baila a organização do trabalho pedagógico do nosso local de pesquisa, temos o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, este documento versa sobre a organização das atividades didáticas pedagógicas. O objetivo deste instrumento é reger todos os procedimentos que estão relacionados à atividade de ensino.

Gráfico 2 - Taxas de repetência no Ensino Médio entre 2014 e 2015



Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS (2017).

No que concerne aos aspectos que envolvem a reprovação escolar, esse documento é bastante sucinto e restritivo, pois apenas delimita, de maneira precária, o conceito e os critérios de reprovação que deverão ser observados, caso haja descumprimento em uma das regras pelo discente. O sistema de reprovação descrito no documento apenas aponta a reprovação como um medidor de desempenho da aprendizagem do estudante, com o intuito de atender a finalidade dos órgãos educacionais de educação, ou seja, o monitoramento quantitativo da educação no país. Além disso, de maneira bem genérica, atribui ao professor a responsabilidade de prover meios para corrigir as deficiências de aprendizagem dos estudantes e consequentemente evitar o fenômeno reprovador.

Nos cursos de regime semestral, o estudante reprovado em 03 (três) ou mais componentes curriculares ficará automaticamente reprovado no período letivo, devendo cursar no período letivo seguinte apenas os componentes curriculares em que ficou reprovado. [...]. Nos cursos de regime anual o estudante reprovado em até 3 (três) componente curricular poderá dar prosseguimento aos estudos obrigando-se a cursar os componentes, em regime de dependência, em turmas e horários diferenciados do qual se encontra regularmente matriculado. [...] Caso a Média Final seja inferior a 7,00 (sete), o estudante será considerado reprovado no componente curricular. [...] Ao estudante que não realizar a(s) atividade(s) de verificação da aprendizagem será considerado reprovado, devendo ser registrada a nota 0 (zero). (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, 2015, p. 77).

Apesar da LDB apontar como responsabilidade docente a elaboração de mecanismos

para correção das deficiências de aprendizagem, vale ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma ser de responsabilidade de todos à educação desse público. Nesta perspectiva, para se contribuir com a educação escolar de crianças e adolescente cabe, a não somente ao professor esta reponsabilidade, mas a todos os envolvidos no processo de aprendizagem do aluno. Nesta perspectiva, a escola, como instância mediadora do conhecimento, deve promover espaços que fomentem a participação de todos os segmentos da escola, a fim de cooperar para o processo formativo do aluno.

Por essa ótica, temos que a concepção de educação escolar que é adotada pela escola, revela e muito sobre que caminho ela quer trilhar e quais os objetivos ela quer alcançar, e qual é a formação que ela quer oferecer aos seus alunos. Partimos do entendimento de que é através da organização do trabalho escolar que se concretizam e consolidam o modelo de educação e de aluno que se quer formar. Assim, a escola assume dois papéis: ou formar para a cidadania ou reproduzir as normas vigentes, tratando a reprovação como elemento normativo do ambiente educacional.

Nesta direção, apontamos que o PPP é o documento que define o papel da escola, já que este documento representado a identidade da instituição educacional. De acordo com Veiga (2012) “A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade.”

Ainda conforme a autora supramencionada, o Projeto Político Pedagógico centra-se em instaurar uma forma de organização de trabalho que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola. Neste sentido, temos que um projeto bem articulado com seus membros tende a buscar, na coletividade, soluções para os problemas educacionais, como a reprovação.

Nesta direção, o PPP como instrumento de gestão participativa, configura-se como uma ferramenta fundamental que possibilita à escola gerir democraticamente seu processo educativo, não permitindo que ela se esvazie em si mesma, ou seja, não conduza a organização do trabalho pedagógico de maneira unilateral e impositiva. Assim, buscando identificar a concepção de educação em que se assenta o IFPA - Campus Óbidos apresentamos o excerto abaixo, no qual foi retirado do Projeto Pedagógico da instituição escolar.

A concepção de Gestão do *Campus Óbidos* se organiza funcionalmente a partir do indicado no organograma institucional. Internamente também busca assegurar a gestão democrática proposta para o ensino público, princípio indicado no Título II, Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), e defendido pelo Projeto Político Institucional (PPI) do IFPA. Assim, agrega ao seu cotidiano

proposições e práticas que buscam instituir e/ou manter um cenário onde a democratização das relações humanas se institucionalizem na consecução de um projeto político pedagógico comprometido com valores éticos e solidários, necessários à formação dos diferentes sujeitos no contexto da cidadania. Nessa perspectiva as práticas de gestão do campus Óbidos pautam-se nos seguintes princípios: descentralização, participação e trabalho coletivo. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, 2017, p. 32).

Diante do que foi exposto sobre a organização do trabalho pedagógico do IFPA - campus Óbidos e o trato com a reprovação escolar tem-se que, pouco se tem instituído de como fazer para combater a reprovação escolar. É neste contexto que se dá a importância do PPP, pois, a partir dele, é possível à escola realizar as ações necessárias em prol do desenvolvimento do aluno. Para isso, os horizontes a serem galgados pelo educandário devem valorizar as ações participativas a fim de tomarem as decisões mais assertivas que contribuam significativamente na formação do aluno.

Enveredando por este caminho, ao se construir e desenvolver as propostas educacionais é necessário se ter um olhar formativo para além do ato de reprovar o estudante, para não incorrer no erro de fragilizar a relação dialógica entre teoria e prática. Nesta perspectiva, ao se elaborar as propostas escolares, é preciso levar em consideração a seguinte reflexão: até que ponto é válido e aceitável reprovar um aluno quando se discute sobre formação humana integral?

De acordo com Ramos (2008), a formação integral é a efetividade no desenvolvimento pleno das habilidades cognitivas do aluno colocando-o como um ser produtor e propagador de conhecimento. Assim, a formação humana integral traz em sua essência uma formação que possibilite ao sujeito compreender-se enquanto ser histórico.

A mesma autora assinala que a formação omnilateral só é possível quando se compreender e se vivenciar efetivamente o sentido de integração. Ou seja, “[...] a formação humana integral sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho, entre a ação de pensar, dirigir ou planejar.” (RAMOS, 2008, p. 23).

Nesta conjuntura, a formação para a omnilateralidade requer a emancipação humana que se constrói a partir das práticas sociais direcionadas para o desenvolvimento da capacidade crítica, de reflexão e de análise realizadas pelo próprio homem. É a partir da formação para a cidadania que o homem compreenderá os entraves do seu processo histórico e ontológico. Dessa forma, o papel da escola é conduzir o sujeito a essa reflexão e análise contínua dentro do processo de construção de saberes.

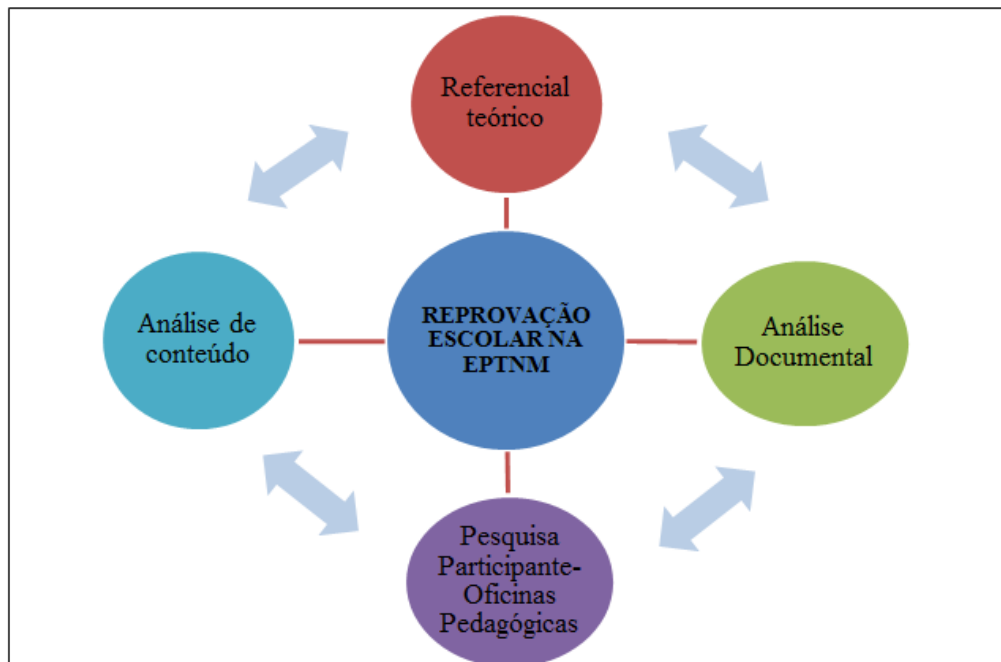
Assim, conforme Ciavatta (2005) o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Enfim, buscando compreender este fenômeno dentro da escola, partir da perspectiva da organização do trabalho pedagógico, trilhou-se um longo caminho que nos permitiu inúmeras reflexões e a buscar estratégias que minimizem os índices da reprovação escolar.

### 3 CAMINHOS TRILHADOS

O percurso metodológico que trilhamos com vista ao desenvolvimento de uma estratégia para minimizar os indicativos de reprovação escolar para o IFPA - Campus Óbidos, na qual contemple a EPTNM foi desenhado em quatro momentos interligados que se articulam em torno do objetivo da pesquisa. A seguir, a Figura 1 apresenta o fluxo da pesquisa, onde mostramos os caminhos percorridos no decorrer do processo construtivo, reflexivo e crítico do estudo.

Figura 1 - Movimentação da pesquisa.



Fonte: Autora (2018).

#### 3.1 Local do Estudo

O Estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Óbidos, na cidade de Óbidos. O município de Óbidos está localizado na região Oeste do Pará, erguida à margem esquerda do Rio Amazonas, onde o trecho do rio torna-se mais estreito e o seu canal mais profundo, formando, como se diz na região, a “garganta do rio Amazonas”.

A cidade presépio<sup>12</sup> do interior da Amazônia é considerada uma área de difícil acesso, pois a principal alternativa de locomoção é por via fluvial, ficando distantes 1.100

<sup>12</sup> Assim chamada pela semelhança com um presépio natalino, quando vista de longe.

quilômetros de Belém. Atualmente tem população estimada em 51.964 habitantes, e apresenta índice de desenvolvimento humano de 0,594, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento humano baixo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2018]).

A base da economia local é a produção agrícola, sobressaindo-se a produção da mandioca, além de milho, soja e arroz; o extrativismo vegetal, por ser considerada uma das principais produtoras de castanha, além do extrativismo de sementes oleaginosas e aromáticas; o Extrativismo Animal também se constitui a base da econômica da cidade, destacando-se a pesca e o rebanho bovino e no Setor Industrial tem-se o beneficiamento da madeira, fábricas de açaí e castanha.

O município possui apenas duas escolas que ofertam o Ensino Médio e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus de Óbidos que tem sede na respectiva cidade e atua na região da Calha Norte<sup>13</sup> ofertando cursos de nível médio técnico nas formas de oferta integrada, subsequente e concomitante. Fruto da terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Óbidos foi criado em 16 de agosto de 2011, e inaugurado em 28 de novembro de 2014, contudo, as atividades iniciaram em 07 de outubro de 2013.

A oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrado ao Ensino Médio, teve início no ano de 2017 com duas turmas: de Desenvolvimento de Sistemas e de Florestas. Atualmente o campus conta com um total de 490 alunos matriculados que estão distribuídos nos diferentes cursos sob as diversas formas de oferta. O campus está localizado entre a zona urbana e rural da cidade e se tornou referência na oferta de Educação Profissional Técnica De Nível Médio na região da Calha Norte.

### 3.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos selecionados para o nosso universo amostral foram: (a) Discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio da turma de Florestas que ingressaram em 2017; (b)

---

<sup>13</sup> O **Programa Calha Norte** (PCN) foi criado em 1985 pelo Governo Federal diante de uma preocupação dos militares sobre a causa amazônica. Naquela época, se propagava a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do país. Desde 1999 sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. O **programa abrange 379 municípios**, distribuídos em oito estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia e Roraima. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

pais/responsáveis legais deste total de discentes; (c) Docentes que atuam no referido curso Técnico Integrado ao Ensino Médio de Florestas. Para tanto, segue a Tabela 3 com a descrição das categorias, total da população amostral e o percentil das categorias amostradas em relação ao total geral existente para cada classe.

Tabela 3 - Participantes da pesquisa

<b>Segmento</b>	<b>Total da população</b>	<b>Participantes</b>
Discentes	168	20 (11,5%)
Docentes	31	6 (19,35%)
Pais/responsáveis	142	7 (4,92%)
<b>Total de participantes</b>		<b>34 (9,97%)</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Vale ressaltar que a pesquisa buscou respeitar o interesse e a livre vontade do participante, no qual se realizou o convite de participação, e após a aceitação dos sujeitos, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices B, C, D e E), com a finalidade de garantir o compromisso formal de sigilo quanto aos dados coletados. Oliveira (2016) afirma que é de suma importância que todo o pesquisador quando se propõe a construir um novo conhecimento, dê atenção à ética da pesquisa.

Uma vez definido os participantes da pesquisa, procedemos a elencar os critérios de inclusão e exclusão, para que assim conseguíssemos alcançar o objetivo do estudo. Os critérios nos possibilitam o estabelecimento do perfil do sujeito participante (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2018). Sobre isso temos:

Sem tais critérios não se tem clareza de quem será o sujeito da pesquisa. Os critérios de inclusão são as condições que fazem com que tal indivíduo seja sujeito participante de uma pesquisa. Os critérios de exclusão, por sua vez, são aquelas condições que retiraria o sujeito da pesquisa uma vez que este preenchesse os critérios de inclusão. Assim, os critérios de exclusão não podem ser uma negativa dos critérios de inclusão, o que levaria a uma contradição, pois se eu incluo o indivíduo por uma razão X, não será esta a mesma a excluí-lo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2018, p. 01).

Assim, podemos compreender que os critérios de inclusão são pré-requisitos utilizados pelo pesquisador para escolher os sujeitos que serão convidados a participar da pesquisa, dada as suas características subjetivas e peculiares. Em contrapartida, os critérios de exclusão são atributos que são verificados nos sujeitos selecionados que os impedem de participar, por não atenderem os objetivos da pesquisa, ou por uma condição momentânea, como o estado de

saúde que pode tolhir esse sujeito de participar. Como por exemplo, a gravidez, a doença, entre tantos outros motivos (FACULDADE ESPECIALIZADA EM ÁREA DA SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL, 2016). Os critérios de inclusão e exclusão utilizados na pesquisa estão discriminados no Quadro 3.

Quadro 2 - Critérios de inclusão e exclusão adotados para participação na pesquisa

<p><b>CATEGORIA DE PARTICIPANTE: DOCENTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério de Inclusão:</b> Alunos do segundo ano do Curso Técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio que estejam com matrícula ativa no Sistema de gerenciamento de Atividades acadêmicas e tenham sido reprovados em algum componente curricular durante sua vida acadêmica.</li> <li>• <b>Critério de Exclusão:</b> Alunos que estejam impossibilitados de participar da pesquisa por motivos de doenças ou situações similares.</li> </ul>
<p><b>CATEGORIA DE PARTICIPANTE: DISCENTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério de Inclusão:</b> Docentes que estavam com disciplinas cadastradas no Sistema Gerenciamento de Atividades Acadêmicas para esta turma</li> <li>• <b>Critério de Exclusão:</b> Docentes que não ministraram aula no curso e/ou estejam impossibilitados de participar da pesquisa por motivo de saúde ou similares.</li> </ul>
<p><b>CATEGORIA DE PARTICIPANTE: PAIS/RESPONSÁVEIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério de Inclusão:</b> Um representante legal por aluno. (Pais ou responsáveis).</li> <li>• <b>Critério de Exclusão:</b> Representantes legais dos alunos que sejam analfabetos.</li> </ul>

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Destaca-se ainda que a referida pesquisa atende aos aspectos éticos preconizados nas orientações das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016. Tais documentos norteiam as atividades de pesquisa realizadas com seres humanos, na perspectiva de garantir as condições necessárias para participação dos sujeitos pesquisados, bem como preservar a sua privacidade e minimizar os riscos em todas as etapas do processo.

### 3.3 Tipo de Pesquisa

A pesquisa em questão é de cunho qualitativo. Para Tozoni–Reis (2010) a abordagem qualitativa permite uma análise mais profunda das relações humanas e sociais, dos processos e dos fenômenos existentes nessas relações e que não podem ser compreendidos sem instrumentos próprios que busque revelar, compreender, analisar e interpretar essas relações.

Na visão de Creswell (2014) a pesquisa qualitativa é utilizada quando se quer explorar um determinado problema, pois tal abordagem possibilita uma observação mais detalhada do segmento a ser analisado. É possível compreender os contextos em que os participantes se encontram, além do que, ela é essencial para explicar os mecanismos e fenômenos ligados à pesquisa quantitativa.

Além disso, este tipo de pesquisa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados, permite uma autorreflexão, possibilita ao pesquisador analisar seus dados indutivamente, centra-se em entender o processo como o todo em vez de simplesmente se deter aos resultados e ao produto (TRIVIÑOS, 2017).

Neste contexto, a pesquisa qualitativa engloba os objetivos do trabalho em tela, pois conforme aponta Creswell (2014) a mesma oportuniza ao pesquisador: a) um habitat Natural; b) o próprio pesquisador como um instrumento-chave; c) múltiplos métodos; d) significado dos participantes; e) raciocínio complexo; f) reflexão e g) visão holística.

Nesta direção, visando sustentar os objetivos propostos, empregamos a estratégia de investigação conhecida como Pesquisa Participante. Para Gerhardt e Silveira (2009) a mencionada pesquisa “[...] se caracteriza pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 40).

Desta forma, a pesquisa participante permite a interação do pesquisador com o objeto pesquisado, uma vez que o pesquisador se insere no ambiente natural do grupo, participa das atividades, para assim vivenciar os interesses e fatos do grupo e assume o papel de integrante deste grupo para atingir os objetivos de suas ações.

Imergindo nesse cenário, citamos três características da pesquisa participante segundo Brandão (1987, p. 224):

Primeiro: A possibilidade lógica política de sujeitos e grupos serem produtores diretos do próprio saber orgânico da classe, um saber que nem por ser popular deixe de ser científico ou crítico. Um saber que oriente a ação coletiva e que justamente por refletir a prática do povo, sejam plenamente críticos e científicos, do seu ponto de vista. Segundo: o poder de determinação do uso e do destino político do saber produzido pela pesquisa tenha ela ou não a participação de sujeitos populares em

todas as suas etapas. Terceiro: O lugar e as formas de participação do conhecimento científico e erudito e do seu agente profissional de saber, no trabalho com o povo que gera a necessidade da pesquisa e na própria pesquisa que gera a necessidade da sua participação.

A pesquisa participante ganha destaque por apresentar um método dialético, e por ser de natureza qualitativa reduz diferenças entre o pesquisador e o objeto pesquisado, se propõe em investigar o problema buscando o envolvimento de todos, propicia a interação do próprio pesquisador com os sujeitos, exercendo sempre o ato da ação-reflexão-ação de modo que tal procedimento auxilie o grupo envolvido a identificar por si mesmo os seus problemas, a realizar a análise crítica e a buscar soluções adequadas.

Levando em consideração as características da pesquisa participante, a abordagem filosófica e interpretativa adotada neste trabalho ampara-se no materialismo histórico dialético. “Esta abordagem possibilita ao pesquisador o estudo da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos.” (TRIVIÑOS, 2017, p. 73). Assim, por meio do Materialismo Histórico Dialético o ambiente natural é a fonte de pesquisa, e o pesquisador é o principal instrumento na pesquisa qualitativa, uma vez que demanda bastante trabalho de campo num contato direto e prolongado entre o pesquisador e o objeto de pesquisa.

Borges e Dalberio (2007, p. 7) afirmam que a pesquisa baseada no método dialético “[...] revelam a historicidade do fenômeno e suas relações, em nível mais amplo, situam o problema dentro de um contexto complexo, e, ao mesmo tempo, estabelece e aponta as contradições possíveis dentre os fenômenos investigados.”

Também utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que a investigação exige o estudo/análise de documentos relacionados à temática abordada. Para Moreira e Calefe (2008) na pesquisa documental a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não.

Por este prisma, para dar sentido a proposituras da nossa pesquisa qualitativa, adotamos os seguintes instrumentos de coleta de dados, conforme tópico a seguir.

### **3.4 Instrumento de Coleta de dados**

De acordo com o Creswell (2014) a coleta de dados é um processo cíclico, pois envolve uma série de atividades que se relacionam entre si, exigindo-se do pesquisador dinamismo e empatia neste processo para que se possam obter dados verídicos e reais. “O passo mais importante no processo é encontrar pessoas ou locais para estudar, obter e

estabelecer um *rapport* com os participantes de modo que eles forneçam bons dados.” (CRESWELL, 2014, p. 122).

A coleta de dados é a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar. “O instrumental técnico elaborado pelo pesquisador para o registro e a medição dos dados deverá preencher os seguintes requisitos: validade, confiabilidade e precisão.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69).

Para Oliveira (2016) os instrumentos de coleta de dados devem estar adequados aos objetivos da pesquisa. Por considerar que a pesquisa é um ato criativo, não exige um padrão fixo, estático de técnicas a serem empregadas pelo pesquisador, assim deve-se utilizar instrumentos que se adequem ao seu objeto de pesquisa e empregar técnicas que captem a realidade na qual se quer desvendar. Diante disso, utilizamos como técnicas de coletas de dados: a pesquisa bibliográfica, as rodadas pedagógicas com aplicação de questionário de Likert e a entrevista, todas as etapas serão detalhadas a seguir.

### **Etapa 1: Levantamento bibliográfico.**

Gerhardt e Silveira (2009) certificam que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo recolher informações ou conhecimentos prévios sobre os problemas na qual se procura respostas. Neste sentido, o estudo teve início com um levantamento bibliográfico com o objetivo de realizar uma busca acerca dos autores que tratam sobre a Organização do Trabalho Pedagógico e a reprovação escolar.

Para Marconi e Lakatos (2002) o levantamento bibliográfico permite ao pesquisador o contato com tudo que foi escrito sobre determinado assunto dando-lhe condições para solucionar problemas já conhecidos. Entretanto, a pesquisa bibliográfica não se configura como uma mera repetição do que já foi escrito sobre determinado assunto, pelo contrário, propicia um novo olhar, um novo enfoque, uma nova abordagem sobre um mesmo tema com intuito de oferecer reflexões e conclusões inovadoras.

Neste sentido, a fim de apresentar um novo olhar sobre o fenômeno da reprovação escolar, nos debruçamos a compreendê-la a partir da organização do trabalho pedagógico. Para isso realizou-se uma busca bibliográfica em três bases de dados: Bases de Dados de Teses e Dissertações (BDTS), portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Scholar, buscando e selecionando literaturas que tratavam da temática.

Vale frisar que o resultado do levantamento bibliográfico fundamentou a construção do segundo capítulo da pesquisa, pois este apresenta os aspectos teóricos metodológicos e legais que englobam o fenômeno da reprovação escolar a partir da organização do trabalho

pedagógico. Para isso, nós apoiamos principalmente, nos seguintes autores: Ramos (2008), Oliveira (2008), Paro (2003), Patto (2015), Ribeiro (1991), Freitas (2012), Saviani (2007), dentre outros que embasaram nosso estudo dentro das propostas da pesquisa.

### **Etapa 2: As rodadas Pedagógicas e a Pesquisa Participante.**

Utilizamos a pesquisa participante objetivando, por meio da técnica de Rodadas Pedagógicas, traçar uma estratégia que pudesse colaborar para (re) organizar o trabalho pedagógico da escola e contribuir para o sucesso acadêmico do aluno.

O principal objetivo das rodadas pedagógicas é dar voz aos sujeitos participantes para que eles pudessem expressar suas opiniões e visões sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pelo IFPA - Campus Óbidos e o trato com a reprovação escolar.

O processo de rodadas pedagógicas busca criar e modelar um conjunto específico de ideias sobre como a escola pode aprender a partir de sua própria prática, desenvolver um entendimento mais agudo do problema que necessita resolver e assumir o controle de sua própria aprendizagem de forma que tenham mais probabilidade de obter uma melhoria continuada (CITY, 2014, p. 195).

As rodadas pedagógicas são um espaço que permite a escola articular-se com os demais atores sociais para que discutam sobre as dificuldades e os problemas relacionados ao processo de aprendizagem e juntos busquem alternativas para solucionar o problema através do processo de corresponsabilização. (CITY, 2014).

A execução das Rodadas Pedagógicas foi organizada em três momentos distintos com os nossos sujeitos participantes: pais/responsáveis, alunos e docentes (Apêndices F, G e H). Cada rodada era composta por três etapas: logo após as apresentações iniciais foi aplicado o questionário baseado na escala de Likert, em seguida ocorreu os debates sobre o tema reprovação escolar e organização do trabalho pedagógico e para finalizar novamente aplicou-se o questionário de Likert.

Assim temos que as rodadas pedagógicas configuram um valioso instrumento de trabalho em grupo, visto que na interação e nos debates é possível traçar caminhos para se aperfeiçoar o trabalho pedagógico do IFPA - Campus Óbidos. As rodadas configuram-se como um momento de muito aprendizado, de troca de ideias e reflexão, visto que por meio do diálogo é possível se construir e apontar caminhos em benefício da aprendizagem dos nossos alunos.

Para Cohen e Lotan (2017) o trabalho em grupo é um método eficaz para se chegar a uma compreensão adequada de conceitos abstratos, no entanto a mesma autora também adverte que existem condições *sine qua nom* para que o trabalho em grupo facilite a

aprendizagem conceitual. Das quais são:

A atividade de aprendizagem requer pensamento conceitual, em vez da mera aplicação de um algoritmo ou memorização de informações factuais. O grupo tem recursos necessários para realizar a tarefa com sucesso, que incluem competências cognitivas e habilidades linguísticas adequadas, informações relevantes instruções devidamente preparadas para a tarefa. (COHEN; LOTAN, 2017, p. 10).

O trabalho em grupo faz-se necessário devido à possibilidade subjetiva do pesquisador de acompanhar o processo de construção e compreensão do assunto abordado, no qual é possível registrar por meio de diário de campo e filmagens as informações, percepções e conclusões mais relevantes. Por este caminho, todas as rodadas foram gravadas em áudio, bem como foi utilizado o diário de campo para assim realizar as reflexões e registrar importantes falas dos participantes.

[...], o diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las. [...]. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término. (ARAÚJO et al., 2013, p. 54).

Durante as rodadas pedagógicas, utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário de Likert baseado na escala de 5 (cinco) pontos (Apêndice J). Uma escala tipo Likert é composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o discordo totalmente (nível 1), até ao concordo totalmente (nível 5, 7 ou 11). Neste sentido Cunha (2007) esclarece que a elaboração da lista de frases deve manifestar opiniões radicais (claramente positivas ou negativas) em relação à atitude que se está a estudar tendo o cuidado de cobrir as diferentes vertentes que se relacionam com o assunto.

Dalmoro e Vieira (2013) assinalam que a escala de Likert de 5 (cinco) pontos apresenta grande precisão nos dados e mostrou-se ser mais fácil para se utilizar em pesquisas qualitativas. Por essa ótica, o funcionamento da escala de Likert ocorre de seguinte maneira: cada ponto representa uma categoria de análise, como se trata de uma escala em 5 (cinco) pontos serão apresentadas 5 (cinco) categorias, no qual os participantes deverão atribuir um valor para cada categoria. Assim, o valor atribuído à categoria Discordo valerá 1, e o valor atribuído a categoria Concorde valerá 5. A Tabela 4 exemplifica o funcionamento da escala.

Tabela 4 - Funcionamento da Escala de Likert.

<b>Categorias</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo em parte</b>	<b>Não concordo/ Nem discordo</b>	<b>Discordo em parte</b>	<b>Discordo</b>
<b>Valores</b>	5	4	3	2	1

Fonte: Nascimento (2016).

Nascimento (2016) utilizou-se deste método em seus estudos, na qual conclui que os questionários se configuram como um “[...] valioso instrumento no processo de ensino e aprendizagem, considerando a partir dos resultados, os avanços obtidos pelos alunos através dos testes aplicados durante o processo pedagógico.” (NASCIMENTO, 2016, p. 60).

Partindo desta premissa, o questionário de Likert teve como principal objetivo trazer à tona as percepções de cada sujeito sobre a temática da reprovação e organização do trabalho escolar, para isso, tanto o T1 quanto T2 apresentavam as mesmas questões, contendo 08 (oito) assertivas idênticas. Assim como foram assinalados acima, foram aplicados dois testes sobre a temática, um ao início das rodadas pedagógicas e outro ao final do encontro. O Teste Inicial tinha como propósito revelar as informações que os participantes possuíam sobre o tema. Por outro lado, o Teste Final teve o intento de verificar se as discussões realizadas durante as rodadas pedagógicas tinham contribuído para reformular os conceitos sobre o tema da reprovação.

Neste sentido, o questionário de Likert nos deu suporte para selecionar os três participantes de cada categoria de sujeitos para participarem da nossa última etapa de coleta de dados, a entrevista. Para isso, adotamos o seguinte critério de escolha: a diferença entre as médias aritméticas das assertivas do primeiro e do segundo teste, considerando os seguintes aspectos:

1<sup>a</sup>... Que pelo menos um dos três participantes apresentasse média aritmética inferior após a aplicação dos testes;

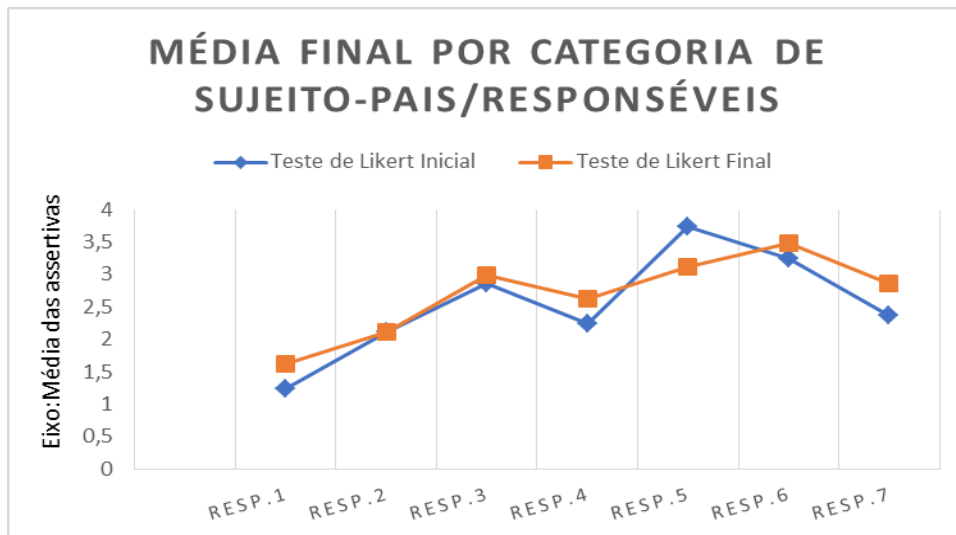
2<sup>a</sup>... Que pelos menos um dos três participantes apresentasse média superior após a aplicação dos testes e o terceiro participante não apresentasse média neutra.

O nosso primeiro passo aqui foi tabular os dados de todas as questões por categoria de participantes. Em seguida somamos a pontuação de cada participante e dividimos pelo número total de questões que constam no questionário, assim encontramos a média individual de cada sujeito. Fizemos esse procedimento para os dois testes. Ao final, encontramos tanto a média inicial quanto à media final de cada participante. Após isso, realizamos a comparação das médias individuais, o que nos possibilitou escolher aqueles participantes que viessem a

contribuir significativamente com objetivo da pesquisa, levando em consideração os critérios acima mencionados. Os Gráficos 3 e 4 mostram os resultados das médias aritméticas do primeiro e do segundo teste por categoria de participantes, no qual justificou a escolha dos sujeitos que participariam da entrevista.

De acordo com o Gráfico 3, dos 7 (sete) participantes das rodadas pedagógicas, integrantes da categoria de pais/responsáveis observou-se: o participante RESP.2 apresentou média neutra, a média final do sujeito RESP.5 decaiu após a aplicação do teste e os indivíduos RESP.1, RESP.3, RESP.4, RESP.06 e RESP.07 apresentaram aumento da média após a aplicação das rodadas pedagógicas.

Gráfico 3 - Média Final do T (inicial) e do Teste (final) - Categoria Pais/responsáveis

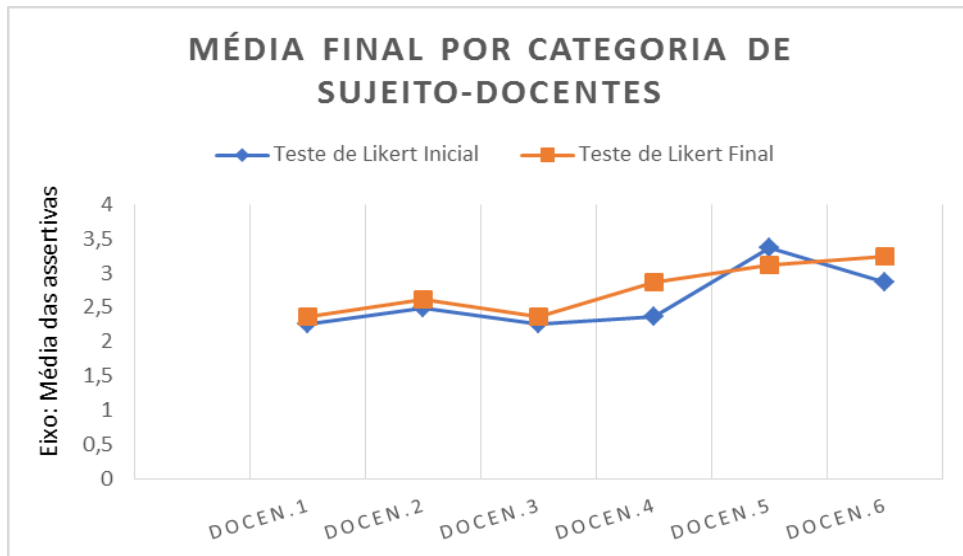


Fonte: Autora (2019).

Sendo assim, seguindo os requisitos para a seleção, obrigatoriamente o indivíduo RESP.2 foi descartado, pois apresentou média neutra; obrigatoriamente o indivíduo RESP.5 foi selecionado, pois sua média baixou e dentre os participantes RESP.1, RESP.3, RESP.4, RESP.06 e RESP.07, onde a média apresentou acréscimo, selecionamos os sujeito RESP.4 e RESP.07, pois o percentil de concordância/discordância entre a média inicial e final apresentou significativo aumento.

Dos sujeitos da categoria docente, que participaram das rodadas pedagógicas, temos as seguintes informações: Os DOCEN.1, DOCEN.2, DOCEN.3, DOCEN.4, DOCEN.6 apresentaram aumento da média após as rodadas pedagógicas, o DOCEN.5 apresentou declínio de média e nenhum participante apresentou média neutra, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Média Final do T (inicial) e do Teste (final) - Categoria Docente



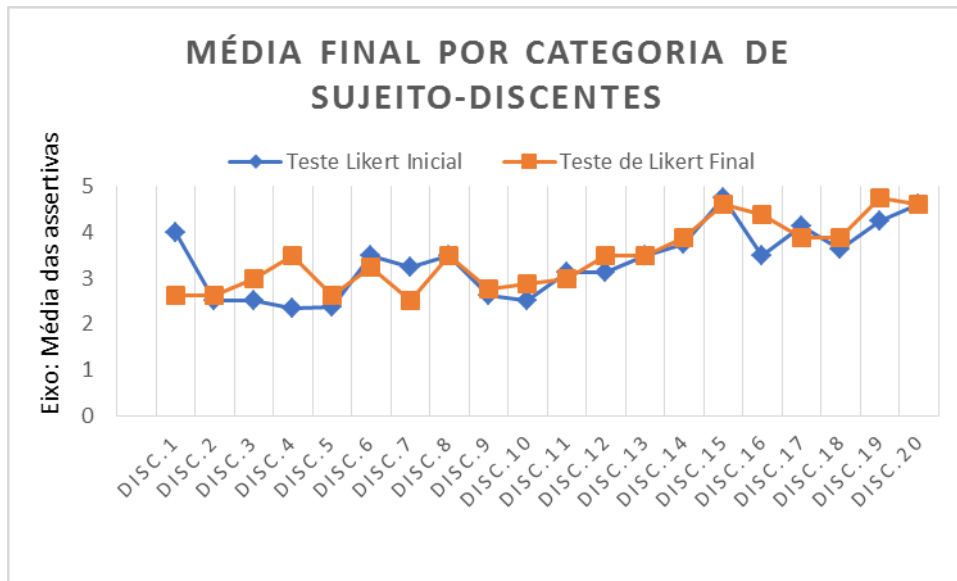
Fonte: Autora (2019).

Levando em consideração os dados apresentados, selecionamos os seguintes indivíduos: O DOCEN.5, pois foi o único participante em que sua média decaiu após a aplicação do teste final, e DOCEN.4 e DOCEN.6, pois o percentil de concordância/discordância entre a média inicial e final apresentou significativo aumento em relação as médias dos DOCEN.1, DOCEN.2 e DOCEN.3.

Acerca dos sujeitos selecionados para a entrevista da categoria discente, ressaltamos que além de levarmos em consideração os critérios de escolha estabelecidos acima, incluímos um quarto critério: seu responsável deveria ter participado das rodadas pedagógicas, pois poderíamos selecionar alunos em que o seu responsável não tivesse assinado o Termo de Livre Consentimento Esclarecido da pesquisa. A inclusão desse requisito nos garantiu a eficácia no procedimento de escolha, sem comprometer os dados da pesquisa.

Os dados dos questionários aplicados com os discentes realçaram as seguintes informações: permaneceram com média neutra nas assertivas os DISC.2, DISC. 8, DISC.13, DISC.14 e DISC.15. Após as rodadas pedagógicas, houve aumento de média pelos DISC.03, DISC.4, DISC.5, DISC.09, DISC.10, DISC.12, DISC.16, DISC.18, DISC.19, DISC.20. Entretanto, o teste de Likert mostrou que alguns discentes apresentaram a média das respostas diminuídas, nos quais foram: DISC.1, DISC.6, DISC. 7 DISC. 11 e DISC.17, de acordo com o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Média Final do T (inicial) e do Teste (final) - Categoria Discente



Fonte: Autora (2019).

Desta forma, visando selecionar os 3 (três) participantes desta categoria de sujeito, descartaram-se da seleção todos os discentes que apresentaram a média neutra, no caso 5 (cinco) alunos. E com o intuito de atender todos os requisitos impostos elegemos para a fase da entrevista os estudantes: DISC.4, DISC.16, pois apresentaram média crescente e o DISC.7 que apresentou média decrescente.

Finalizada toda essa análise de escolha, prosseguimos com a última etapa da nossa coleta de dados, que está discriminada logo abaixo.

### **Etapa 3: Entrevista**

O terceiro e último momento da nossa coleta de dados foi destinado para a realização da entrevista semiestruturada (Apêndices K, L e M). A entrevista como técnica de coleta de dados é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional (MARCONI et al., 2002). Neste sentido, a entrevista permite ao entrevistado um contato verbal, metódico que permite um contato face a face com o entrevistador e possibilitando as informações necessárias.

As entrevistas foram realizadas com 3 (três) participantes de cada seguimento, ou seja, foram entrevistados 03 (três) alunos, 03 (três) professores e 03 (três) pais/responsáveis, o que nos permitiu trazer à tona as percepções de cada sujeito sobre as causas da reprovação escolar, e suas interferências na formação do aluno reprovado e as possibilidades de reorganizar o trabalho escolar para conter este fenômeno.

Os participantes selecionados para a entrevista foram aqueles que se enquadraram

entre os limites pré-estabelecidos pela pesquisa durante a aplicação da Escala de Likert. Desta forma, esses sujeitos selecionados foram submetidos à entrevista semiestruturada, com roteiro organizado e pré-definido com o intuito de revelar seus conhecimentos sobre o objeto investigado.

Enfatizamos que foram realizados o pré-teste com o intuito de se modular as questões dos questionários e do roteiro da entrevista para garantir que tais instrumentos atendessem aos interesses da pesquisa. Este procedimento configura-se como uma versão preliminar que é imprescindível no processo metodológico, já que permite ao pesquisador identificar, alterar ou eliminar possíveis itens que trarão desvios aos objetivos propostos.

O pré-teste das rodadas pedagógicas contou com a participação de 2 (dois) docentes, 2 (dois) alunos e 2 (dois) pais/responsáveis, ocorreu em um único encontro que durou em média 60 minutos. A partir desse pré-teste decidiu-se por realizar as rodadas pedagógicas em diferentes momentos para cada segmento, já que durante o pré-teste foi perceptível que alunos se sentiram acanhados, pois as falas eram curtas e diretas. Os pais não participaram ativamente, mas observavam as falas dos docentes.

O pré-teste das entrevistas foram realizadas com um participante de cada segmento. A Questão 01 sofreu lapidações, já que não tínhamos acrescentado o termo escolar para situar o entrevistado sobre que tipo de reprovação estava-se abordando. Com o pré-teste pudemos calibrar o tempo estimado para cada entrevista que durou em média 40 minutos no total, contabilizando o tempo para as devidas apresentações e esclarecimentos sobre o estudo pela pesquisadora. Ao concluirmos todo esse processo de coleta, partimos para a fase de análise dos resultados obtidos.

### **3.5 Análise de Coleta de Dados**

Para analisar os dados coletados tomaram-se como parâmetro os apontamentos de Marconi et al. (2002), ao inferir que a análise das informações constitui o núcleo central da pesquisa, pois são a partir do tratamento destes dados que se trarão respostas as hipóteses levantadas.

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise. (MARCONI et al., 2002, p. 168)

Creswell (2014) afirma que o processo de análise dos dados envolve vários passos e constituem-se como atividades inerentes a este processo, permitindo um movimento cíclico no qual denominou de espiral da análise dos dados. As categorias que contemplam este procedimento analítico são: a) organização dos dados; b) leitura preliminar da base de dados; c) codificação e organização dos temas; d) representação dos dados; e) formulação e interpretação dos dados.

Assim, uma análise de dados com o rigor técnico necessário possibilitará ao pesquisador a compreensão e as informações necessárias para que se realize ou se proponha modificações e pistas de reflexão para a pesquisa.

Diante disso, a análise de dados adotada nesta pesquisa foi a Análise de Conteúdo baseada em Bardin (2016). De acordo com o Bardin (2016), a Análise de Conteúdo corresponde a um grupo de técnicas de análises das comunicações que possibilita ao pesquisador o rigor da objetividade, fecundidade e da subjetividade, tendo em vista que “absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem.” (BARDIN, 2016, p. 15).

Assim, buscando evidenciar o que está latente e escondido acerca o fenômeno da reprovação escolar, a análise de conteúdo se estruturou como categoria imprescindível para o estudo desta pesquisa. De acordo com Bardin (2016) a análise de conteúdo apresenta diferentes fases que se organizam sobre três perspectivas em uma ordem cronológica de execução, das quais são: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Cada uma dessas fases nos deram o suporte necessário para encontramos nossas categorias de análise sobre o processo de organização do trabalho pedagógico suas influências sobre o fenômeno reprovador e nos proporcionando um novo enfoque, uma nova abordagem de analisar o tema.

A fase da pré-análise compreende a organização de um corpus no qual se caracteriza pelo conjunto de dados que se procede a leitura dos resultados. “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” (Bardin, 2016, p. 126). Entretanto, a elaboração do corpus da pesquisa ocorre no desenvolver de atividades sistêmicas, assim só é possível construí-lo quando é realizada a escolha dos documentos. Vale frisar que o corpus da nossa pesquisa foi construído a partir das entrevistas, rodadas pedagógicas, diários de campo e questionário de Likert.

Existem também outras engenharias que complementam a pré-análise, como é o caso da leitura flutuante, esta consiste em analisar e conhecer o texto exposto. É a partir desta

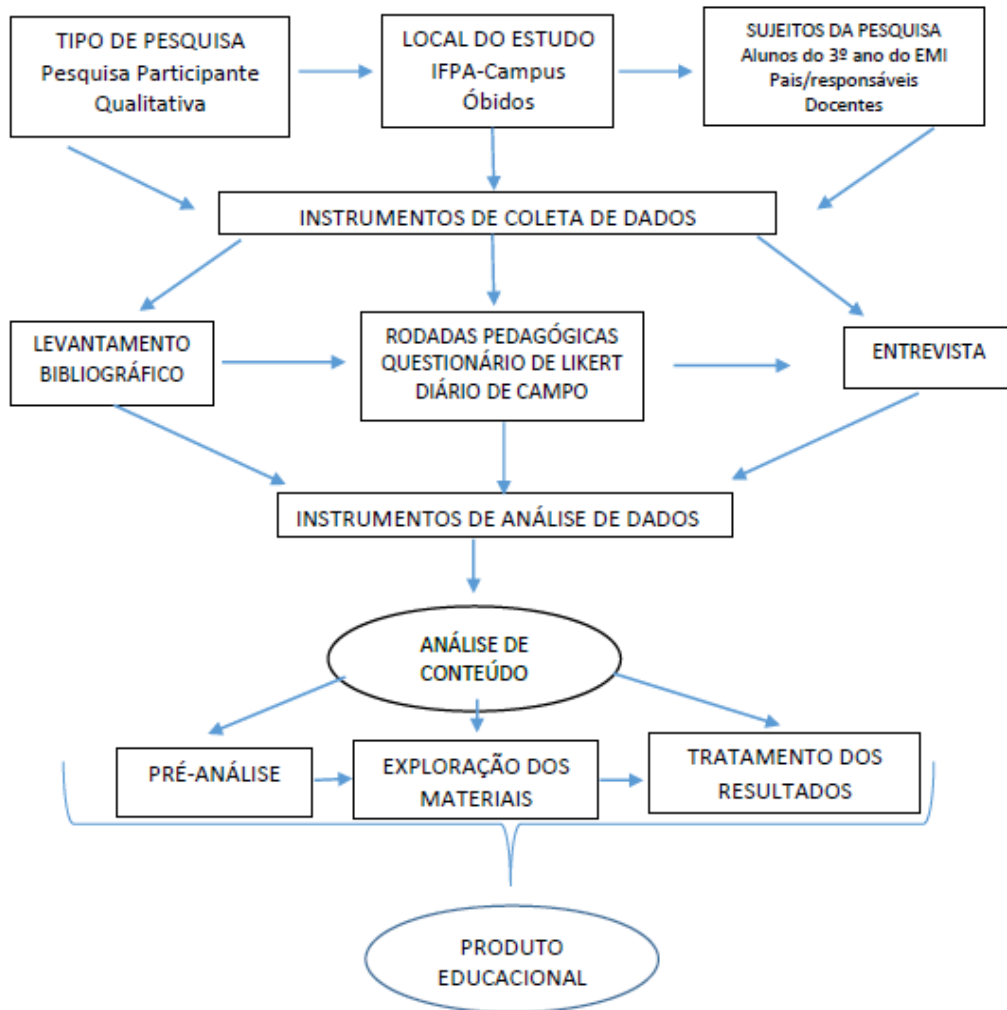
leitura que serão retiradas as primeiras impressões, ou seja, essa categoria permite o primeiro contato com os dados ali revelados. A leitura flutuante nos permitiu organizar todo o material coletado, agrupando-os em áreas de conhecimento para a etapa posterior, o que nos permitiu uma visão global do estudo.

Finalizada a etapa de pré-análise, seguiu-se para a exploração do material, na qual corresponde a fase de tratamento de dados. Nesta fase ocorreu a decodificação do material coletado. Segundo Bardin (2016, p. 131), a exploração do material consiste “essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas.” Nesta fase realizamos os recortes necessários a partir dos materiais coletados e os agrupamentos por temáticas, deixando os códigos mais refinados. Neste processo de codificação encontramos nossas unidades de registro que, após vários refinamentos, agrupamentos analíticos estruturamos nossas categoriais de análise para esse estudo. Nesta fase a codificação, a classificação e a categorização são básicas (BARDIN, 2016).

Após a exploração dos dados, foi realizado o tratamento dos resultados obtidos, a interpretação, e as inferências. Resumidamente, esta fase apresenta as descobertas realizadas durante o processo de coleta. É nesta etapa que prevalece a intuição, a análise reflexiva e crítica.

Enfim, seguindo a proposta metodológica da análise de conteúdo, conseguimos realizar as análises para o que se propôs esta pesquisa. Ou seja, as três fases nos deram o respaldo necessário para analisar os dados obtidos e fazermos as inferências e interpretações. Com base nesse percurso metodológico, sintetizamos o processo construtivo da pesquisa que nos deram subsídios e respaldo para a construção do produto. (Figura 2).

Figura 2 - Fluxograma das etapas do desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Bardin (2016). Adaptado pela autora.

#### **4 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO IFPA-ÓBIDOS E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE AO PROCESSO DE REPROVAÇÃO ESCOLAR**

Neste capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa, trazendo à tona os desdobramentos do processo reprovador na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para isso, mostraremos os sentidos da reprovação escolar, a partir dos discursos dos participantes da pesquisa e seus impactos na formação humana integral, além disso, apontaremos, sob a ótica dos diferentes sujeitos, possíveis determinantes da reprovação escolar no contexto do Ensino Médio Integrado.

Posteriormente, apontaremos a proposta de reorganização do trabalho pedagógico, sob a perspectiva de gestão compartilhada, com o objetivo de minimizar os índices de reprovação escolar, já que se evidenciou, a partir da literatura e dos dados analisados, que a forma como a escola organiza seu trabalho exerce influência no tipo de sociedade e de aluno que se quer formar. Vale frisar, que para se chegar a essas descobertas utilizamos a Análise de Conteúdo baseada nos estudos de Bardin (2016).

Neste caminho, ao finalizarmos a etapa de coleta de dados, passamos a analisá-los cuidadosamente, seguindo os passos da Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2016). De acordo com essa autora, a Análise de Conteúdo permite ao pesquisador a análise crítica e reflexiva dos discursos dos participantes da pesquisa, onde se busca classificar e categorizar as falas com o intuito de se compreender o que está por trás dos discursos.

Desta maneira, para a preservação do sigilo, os participantes da pesquisa foram codificados por meio de letras e números, a saber: DISC.1, DISC.2 e DISC.3, (referem-se aos participantes da categoria discente); DOCEN.1, DOCEN.2, DOCEN.3 (referem-se aos participantes da categoria docente); RESP.1, RESP.2, RESP.3 (referem-se aos participantes do segmento pais e/ou responsáveis).

Ao iniciar a nossa análise realizamos a leitura geral de todo material coletado e em seguida organizamos nosso quadro referencial agrupados em três blocos. Para tanto o Quadro 4 detalha a forma como foi organizada a base de referências utilizadas para dar suporte às nossas análises.

Quadro 3 - Descrição e Organização dos referenciais utilizados

Bloco 1 – Organização do trabalho pedagógico na EPTNM em seus aspectos teóricos metodológicos e legais.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trajetória da EPT no Brasil</li> <li>• Trajetória da reprovação Escolar no Brasil</li> <li>• Organização do trabalho escolar na História do Brasil</li> </ul>	<p>PATTO, Maria Helena Souza. <b>A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia</b>. - São Paulo: Intermeios, 2015.</p> <p>BORGES, Heloisa da Silva. (Org.) <b>A Organização do Trabalho Pedagógico e gestão Escolar</b>. –Manaus: Edições UEA/Ed. Valer, 2008.</p>
Bloco 2 – A reprovação escolar na EPTNM e Formação Humana Integral.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A realidade da reprovação escolar no Brasil.</li> <li>• A reprovação escolar no ensino Médio.</li> <li>• Impactos da reprovação na formação do aluno.</li> </ul>	<p>PARO, Vitor Henrique. <b>Reprovação Escolar: renúncia à educação</b>. - São Paulo: Xamã, 2003.</p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. <b>A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia</b>. - São Paulo: Intermeios, 2015.</p> <p>CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. <b>Revista Trabalho Necessário</b>, v. 3, n. 3, 2005.</p> <p>RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. <b>Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias</b>, v. 8, 2008.</p>
Bloco 3– (re) Organizando o trabalho da escola e minimizando os indicativos de reprovação escolar.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão democrática da escola Pública.</li> <li>• Trabalho como princípio educativo.</li> </ul>	<p>BORGES, Heloisa da Silva. <b>A Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar</b>. –Manaus: Edições UEA/Ed. Valer, 2008.</p> <p>LIBANEO, Jose Carlos. <b>Organização e Gestão da escola</b>. 6. ed. Ver. e ampl. – São Paulo: Heccus Editora, 2018.</p> <p>SILVA, Naura Sírnia Corrêa da. <b>Gestão Educacional e Organização do trabalho Pedagógico</b>.1. ed., ver. – Curitiba: IESDE Brasil, 2012.</p> <p>SAVIANI, Dermeval et al. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. <b>Revista brasileira de educação</b>, 2007.</p>

Fonte: Autora (2019).

Logo após a organização de todo o referencial, na qual serviu de base para a nossa análise, realizamos a estruturação dos dados coletados: (a) as rodadas pedagógicas, (b) o questionário de Likert, (c) os diários de campo e (d) as entrevistas. Segundo Silva e Fossá (2015) o corpus da análise é todo o material coletado, que será analisado pelo pesquisador e necessita ser organizado para que assim se inicie a exploração das informações coletadas.

Abaixo, produzimos o Quadro 5 que constitui o corpus da nossa pesquisa. O corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 2016).

Quadro 4 – Descrição e organização do corpus da pesquisa

<b>Instrumentos</b>	<b>Quantidade de registros</b>	<b>Descrição das atividades</b>
a) Rodadas pedagógicas	03	Primeiro instrumento utilizado para dar voz a cada categoria de sujeitos participantes: Pais, alunos e docentes sobre a temática Organização do Trabalho Pedagógico e reprovação escolar.
b) Questionário de Likert	34	Aplicado durante as rodadas, com a aplicação de teste inicial e final, tendo como uma das finalidade de selecionar os sujeitos para entrevista.
c) Diários de campo	06	Foram elaborados a partir de anotações das rodadas pedagógicas e entrevistas.
d) Entrevistas	09	Geradas a partir das rodadas pedagógicas e da aplicação dos questionários de Likert.

Fonte: Autora (2019).

Finalizada essa etapa inicial, na qual Bardin (2016) denominou de Pré-Análise, onde realizamos a leitura do material coletado (leitura flutuante), escolhemos os documentos e constituímos o corpus da nossa pesquisa. Sequencialmente passamos para a segunda fase da Análise de Conteúdo: A exploração do material coletado.

Para Bardin (2016) o corpus estabelecido deve ser estudado mais criteriosamente, é neste momento que todo material coletado é recortado (fala das entrevistas, texto das anotações do diário de campos e das rodadas pedagógicas) e se tornarão unidades de registro.

De acordo com Mendes e Miskulin (2017) as unidades de registro são a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas. “São unidades de registro os parágrafos de cada entrevista, assim como textos de documentos, ou anotações de diários de campos, dando origem as categorizações.” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 04).

Os registros podem ser a palavra, o tema, o personagem, o item. Nesta pesquisa, nossa unidade de registro foi por tema, já que de acordo com Mendes e Miskulin (2017) quando

determinado assunto envolve não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos, e emocionais a unidade de registro por tema representa uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado.

Neste sentido, para dar origem as nossas unidades de registro, reunimos e lemos todo o material coletado, separamos as mensagens e desmembramos de acordo com o tema. Reunimos ao final 09 (nove) unidades de registro realizando os devidos agrupamentos, conforme exposto no Quadro 6. Assim, para a triangulação dos dados obtidos, utilizamos os recortes das rodadas pedagógicas, das entrevistas, dos diários de campos e dos questionários de Likert, onde encontramos nossas categorias analíticas na qual realizamos as inferências e as interpretações. O quadro 6 expõe nossas unidades de registro a partir da triangulação do nosso corpus de análise.

Quadro 5 - Unidades de Registro

<b>Unidades de registro (Temas)</b>	<b>Observações sobre os agrupamentos</b>
1- A organização do trabalho pedagógico no IFPA-campus Óbidos.	Relatos e discursos das rodadas pedagógicas e aplicação do questionário de Likert sobre suas percepções quanto à Organização do trabalho pedagógico do IFPA- Campus Óbidos.
2- O Trabalho Escolar e cooperação mútua.	Nesse tema agrupamos as considerações realizadas durante as rodadas pedagógicas e anotações dos diários de campo sobre a percepção dos sujeitos quanto à importância da participação de todos os seguimentos escolares no trabalho da escola partir do teste de Likert.
3- As impressões sobre a reprovação escolar.	Reunimos as reflexões sobre as percepções da reprovação escolar a partir dos dados da entrevista e do teste de Likert.
4- A organização do trabalho pedagógico e o trato com a reprovação escolar.	Comentários sobre as dificuldades da escola se organizar para combater a reprovação escolar presente nos discursos das rodadas pedagógicas e anotações dos diários de campo.
5- A reprovação escolar e os impactos na formação do aluno reprovado.	Agrupamos respostas do teste de Likert aplicado durante as rodadas pedagógicas e dos posicionamentos durante a entrevista sobre as interferências da reprovação na formação do aluno reprovado.
6- As motivações da reprovação escolar.	Respostas da entrevista sobre as causas da reprovação escolar.
7- A tomada de decisão para minimizar os efeitos da reprovação.	Considerações dos participantes durante a entrevista sobre a sua responsabilidade para combater a reprovação escolar.
8- As percepções sobre o acompanhamento pedagógico como uma estratégia interativa entre escola e família.	Agrupamento realizado a partir do teste de Likert e Discussões a importância da relação entre família e escola.
9- (re) Organização do trabalho pedagógico.	Discussões durante as rodadas pedagógicas sobre uma estratégia que facilite a comunicação entre a escola e a família.

Fonte: Autora (2019).

Após essa etapa, onde realizamos a codificação, que se deu a partir da repetição de temas, e foi triangulada com os resultados observados, nas quais constituímos nossas unidades de registro, passamos então a efetuar a categorização progressiva. De acordo com Bardin (2016) a formação das categorias se concretiza a partir das unidades de registro, com a identificação de cada palavra chave das entrevistas, bem como de todos os documentos coletados, nas quais dão origem a uma primeira categorização. Essas primeiras categorias são agrupadas de acordo com os temas correlatados e dão origem às categorias iniciais.

Neste caminho, construímos nossas categorias iniciais embasadas nos estudos de Silva e Fossá (2015) o qual versam sobre a aplicação da Análise de Conteúdo em pesquisas qualitativas. De acordo com esses autores, as quantidades de categorias ficam contingenciadas à quantidade do corpus de dados coletados anteriormente. As categorias iniciais configuram-se como uma das primeiras impressões acerca da realidade estudada e constituem-se a partir dos trechos selecionados das falas dos entrevistados com respaldo do referencial teórico. Enveredando por este caminho, e seguindo os passos metodológicos apontados, o Quadro 7 apresenta as categorias iniciais que emergiram do agrupamento dos trechos falas dos participantes da pesquisa.

Quadro 6 - Categorias iniciais a partir dos excertos das entrevistas

<b>Categorias iniciais</b>	<b>Trechos selecionados</b>
1-A reprovação Escolar como instrumento de segunda chance.	DOCEN.3: “A reprovação tem o objetivo de fazer o aluno repensar, observar seus erros refletir sobre suas atitudes bem como ela se caracteriza como uma nova oportunidade de ele estudar e aprender novamente ou reforçar pontos que não foram aprendidos. ” RESP.2: “Serve para dar uma nova oportunidade ao aluno como forma de reaprendizado, rever os erros cometidos e se reinventar dando continuidade a vida escolar.”
2- A Reprovação Escolar como requisito indispensável para aprendizagem	DOCEN.2- “Tanto a aprovação como a reprovação são termômetros para medir a capacidade, nível de conhecimento adquirido naquele ano, ou seja, se o aluno não foi aprovado, ou seja, foi reprovado. Essa reprovação serve para ele voltar lá atrás para aprender o que ele deixou de aprender durante o semestre. ” RESP.1: “Para mim a reprovação escolar em alguns casos serve para que o aluno de mais valor aos estudos e desenvolva métodos eficientes para que no próximo ano escolar ele não reprove. ” RESP.3: “Serve para que o aluno que não alcançou uma nota mínima em alguma matéria possa ter a oportunidade ao repetir de ano aprender e compreender bem a matéria que por ventura o aluno não tenha se saído muito bem.”
3- A falácia da Reprovação Escolar.	DOCEN.1: “Depois da reprovação, já pude observar alguns alunos se conscientizarem que precisam se dedicar mais aos estudos e até mesmo a participação dos pais. ” RESP.1: “Eu vi pontos positivos na reprovação do meu filho, vi que ele se esforçou mais e se dedicou mais para que não ficasse reprovado, eu vi um pouco mais de interesse nele nos estudos depois da reprovação. ” DISC.2: “Quando eu reprovei, eu me esforcei mais e aprendi aquilo que eu não tinha apreendido. ”

<p>4- O revés da reprovação escolar na Formação Humana Integral (FHI).</p>	<p>DOCEN.2: “O primeiro impacto que acontece que o mais imediato é autoestima dele é sempre baixa, a vontade que o aluno tem é de desistir de estudar porque acha que é um fracassado, então isso a gente percebe na vida do aluno.”</p> <p>DOCEN.3: “Mas de modo geral o impacto negativo que eu vejo é no sentido de aumentar as exigências tendo em vista que o ensino profissionalizante, profissional integrado é muito puxado, então quando você aumenta muito o número de reprovações o aluno tende a ficar mais atarefado. Então de modo geral, esse aumento do aluno ficar bem atarefado e também essa questão de ser algo que vá motivar a desistência dos cursos, principalmente quando o aluno está no primeiro ano quando ele não tá acostumado ao ensino integrado.”</p> <p>RESP.1: “Sim, eu vi pontos negativos na questão da autoestima e no cansaço mental. Ele tinha que estudar as disciplinas da classe regular e também da dependência.”</p> <p>RESP.2: “O aluno sempre vê a reprovação como uma coisa ruim, se acha incapaz, acha que irá reprovar novamente.”</p>
<p>5- A reprovação escolar como aparelho segregador.</p>	<p>DISC.2: “Serve para separar a turma, tipo os que se dedicaram mais, os que tiveram melhor nota e aqueles que não são tão bons alunos assim.”</p> <p>DISC.3: “Serve para segregar, separa o grupo dos que sabem mais e daqueles que não sabem nada.”</p>
<p>6- A reprovação escolar e o desenvolvimento biopsíquico.</p>	<p>RESP.1 “ela pode servir muitas vezes como ponto negativos porque através da reprovação escolar, muitos alunos eles desenvolvem problemas psicológicos e até mesmo de autoestima e muitas vezes abandonando a escola e isso prejudicando sua trajetória escolar.”</p> <p>DISC.1: “Ficar reprovado é ficar com uma tristeza, para baixo, e além do mais é cansativo.”</p> <p>DISC.2: “Eu me senti excluída, me senti burra.”</p> <p>DISC.3: “Fiquei surpresa, pois nunca tinha reprovado. Sempre fui dedicada e uma boa aluna. Fiquei me perguntado o que estava acontecendo comigo. Eu nunca tive um acompanhamento muito presente dos meus pais na escola, eles nunca tiveram problemas comigo sempre fui muito elogiada por todos os meus professores. Fiquei mal, chorava por não conseguir. Pensei que não ia conseguir porque eu já tinha deveres em casa que tinha que cumprir.”</p>
<p>7-A exclusão como sinônimo de ausência de inteligência</p>	<p>DISC.2: “Sim, eu me senti rejeitada pela minha turma, ninguém quer fazer trabalho com quem ficou reprovado. Por exemplo, eu fiquei reprovada em Química, aí o professor passa um trabalho e quem quer fazer trabalho com quem ficou reprovado em química.”</p> <p>DISC.3: “Os impactos negativos é que gera uma certa exclusão na sala de aula. Ficar reprovado não significa que o aluno é menos inteligente que os demais. Alguns só demoram mais para compreender o assunto. A condição social também influencia na aprendizagem.”</p>
<p>8-A incapacidade relativa de aprender</p>	<p>DISC.1: “Não foi desinteresse, eu senti que não conseguia entender o que o professor dizia.”</p> <p>DISC.2: “Eu não tinha capacidade de estudar, não era tão boa, eu não buscava, eu era muito fechada.”</p> <p>DISC.3: “no meu caso o que influenciou foi a minha dificuldade em não conseguir entender o assunto no mesmo tempo que meus colegas e também o cansaço, pois tinha que ficar o dia todo no IFPA, para estudar e não tinha como ir em casa e voltar e na minha casa não ter uma estrutura para fazer minhas atividades.”</p>
<p>9-O desinteresse explica o baixo rendimento.</p>	<p>DOCEN.1: “Um dos principais motivos é a falta de dedicação do estudante.”</p> <p>DOCEN.2: “O que eu vejo ultimamente, principalmente nos alunos de Óbidos, parece que é só aqui nesse campus. É a questão do desinteresse pela disciplina. O aluno chega ao campus Óbidos ele vem com o comportamento lá de fora, que lá da escola pública né, que parece que é mais fácil passar lá e quando ele chega no campus Óbidos que a realidade é bem diferente, que ele precisa estudar, que ele precisa se empenhar, que ele não estuda, não se</p>

	<p>empenha isso aí leva ele a reprovação. Então na minha opinião as causas da reprovação quase que 90 % é questão de interesse e não ter ritmo de estudo.”</p>
10- A adaptação do aluno no Ensino Médio Integrado	<p>DOCEN.3: “Óbidos tem uma realidade pouco diferente dos demais campus do IFPA. Primeiro que Óbidos a gente não tem escola particular, então 100% dos alunos que moram no município todos os alunos vêm de uma educação pública e a educação pública é bem complicada, e além do mais se a gente for comparar o ritmo do IFPA com o que eles tinham antes é bem complicado. De modo geral, de início, tem um choque de ir estudar no IFPA, ele não consegue se adaptar e logo de início isso aumenta muito as reprovações.”</p> <p>RESP.1: “As dificuldades de adaptação, as metodologias do IFPA, porque eles vieram do ensino básico, do ensino fundamental, relacionado ao ensino do IFPA é muito fraco, esse processo de adaptação para eles, eu percebi que foi um pouco dificultoso, as metodologias do campus, a forma como os professores cobravam os trabalhos. Eles não estavam acostumados com esse tipo de cobrança. Eu acho que essa foi uma das principais causas da reprovação, a adaptação dele no IFPA.”</p>
11-Ausência familiar	<p>DOCEN.1: “Os motivos aqui expostos são meramente especulações. [...] A falta de estrutura familiar é um dos motivos que levam a reprovação escolar dos estudantes.”</p> <p>DOCEN.3: “A reprovação é um conjunto de agentes que está ali envolvido que faz com que isso ocorra, eu acho que o papel do professor no fracasso escolar, ele é o menor, acho que tem que haver a aproximação da família com a escola, os pais, de certa forma, têm que está mais envolvidos na vida escola desse aluno, dessa criança”.</p>
12-A importância da observação compartilhada	<p>DOCEN.2: “Desde logo, nos primeiros dias de aula, quando eu começo a passar os primeiros assuntos, eu logo observo o comportamento do aluno. Se o aluno está interessado, se ele brinca muito, se fica muito no celular, se utiliza muito o fone de ouvido. Geralmente nas minhas observações aluno que é muito disperso, geralmente esse aluno reprova por que é aquele aluno que não presta atenção na aula e também não estuda em casa. Então geralmente eu faço esse alerta a todos os alunos e na medida do possível eu também comunico a equipe pedagógica do Instituto sobre os alunos que estão tomando esse rumo.”</p> <p>DOCEN.3: “Acho que quando se trabalha observando isso a gente tem grandes chances de entender melhor nosso aluno e colabora ainda mais no seu processo educativo, porque a gente vai trabalhar sempre atendendo a demanda dele. Eu tenho certeza que a questão da reprovação pode diminuir muito com essas atitudes.”</p>
13-Acompanhamento pedagógico e a redução da reprovação	<p>DOCEN.3: “Eu penso que é necessário um acompanhamento mais de perto, caminhar juntos, pegar na mão mesmo, porque o que se observa é que o desempenho escolar na maioria das vezes, não se deve a fatores internos, mas a fatores externos, tentar compreender isso também. [...] dessa forma, que nossa avaliação não fique somente em uma prova, ah porque tirou menos que 7 tá reprovado, mas também compreender melhor quais os fatores que estão influenciando no rendimento do nosso aluno.”</p> <p>RESP.1: “Sim, ajudo ele, ajudo tirando algumas dúvidas sobre alguns assuntos fazendo acompanhamento das notas dele, tentando motivar ele por causa do cansaço. Tento ajudar ele dessa forma.”</p> <p>RESP.2: “Tento sempre ser presente, dialogando, apoiando e ajudando nas programações que auxiliam o ensino secular.”</p> <p>RESP.3: “Bom, depois dele ter reprovado né, eu agora ajudo lembrando ele de fazer os exercícios, pergunto se tem algum assunto que não tenha entendido, a gente pesquisa e tenta entender o assunto e então eu ajudo bastante nessa parte. Então agora ele tem tirando um tempo para ele estudar.”</p> <p>DISC.2: “O acompanhamento também pode ajudar.”</p>
14-O diálogo como ponto de partida para reorganizar o trabalho pedagógico.	<p>DOCEN.3: “Bom, quando eu percebo que o aluno está indo mal, eu particularmente procuro sempre que possível conversar, verificar, comunicar os setores competentes como a equipe pedagógica para verificar o que está</p>

	<p>acontecendo com esses alunos, muitas vezes pode ser questões que a gente pode orientar e ele conseguir contornar de maneira fácil. Também comunicar aos pais para que eles possam também acompanhar o aluno para que ele possa participar do atendimento ao aluno, buscar contornar suas dificuldades, procurar ajuda, enfim, a atitude que eu como docente tomo é tentar de alguma forma saber o que tá acontecendo, a dificuldade desse aluno, e daí então possa enxergar de uma forma diferente e aí ajudar esse aluno. ”</p> <p>RESP.2: “Ter um diálogo e ser presente na vida escolar do filho, mostrar o quanto ele pode ser capaz de se reerguer e enfrentar os desafios que virão, que por mais que ele ache que seja a mesma coisa, sempre desafios novos virão e aperfeiçoamentos diários. ”</p>
15-A sensibilidade na hora de avaliar o aluno	<p>DOCEN.3: “Eu penso que essa visão de orientar ajudar, direcionar esse aluno é fundamental, eu penso que se a gente for mecânico, e não atingiu o 7 está reprovado, muitas vezes se a gente tomar essa atitude a gente vai acabar trazendo uma reprovação em massa, ou quase 100 por cento ou muito próximo de 80 por cento dos alunos com reprovações, então é muito importante ter essa sensibilidade, tanto por parte dos professores, quanto por parte equipe pedagógica, enfim a escola como um todo, os pais também, no sentido de tentar entender e compreender para ajudar esse aluno a conseguir contornar sua dificuldade e assim reduzir o número de reprovações.”</p>
16-Fortalecimento da relação família e escola	<p>DOCEN.2: “acho que tem a ver com a aproximação da família com a escola, os pais de certa forma têm que está mais envolvido na vida escola desse aluno, dessa criança. O que a gente tem percebido é que quanto mais próximo o pai esta da escola, mais sucedido é aquele aluno. [...]. Acho que a melhor maneira de combater o fracasso escolar é essa a aproximação da escola com a família. Se esses dois não se aproximarem fica meio complicado ter uma solução. ”</p> <p>DISC.1: “trazendo a família para dentro da escola, porque a família também é uma base motivadora para que seus filhos não se sintam fracassados.”</p>
17-OTP e o trabalho coletivo	<p>DOCEN.1: “Professor; buscar meios para identificar a causa de o aluno não compreender os assuntos expostos e assim não adquirindo conhecimento sobre tais assuntos a fim de sanar tais dificuldades. Pais acompanhar os estudos de seus filhos, buscando informação de frequência do aluno, suas notas acompanhar cadernos, verificar se este aluno está realizando as atividades na escola e fora dela, incentivar, estimular o estudante a buscar sanar suas dificuldades. Equipe Pedagógica; Organização de estratégias para motivar os alunos, incentivo a participação dos responsáveis na vida escolar dos filhos, revisão de práticas punitivas para manter na escola um aluno que corre o risco de reprovar, evadir, acolher, dialogar e (re) planejar a rotina são estratégias muito mais eficazes que a punição”.</p> <p>REP.2: “Por mais difícil e cansativo que seja o fato de reprovar, o incentivo para continuar e dar o melhor de si é primordial na vida escolar, cada um fazendo a sua parte. A escola e a família trabalhando juntas.”</p>

Fonte: Autora (2019).

Após realizarmos os agrupamentos e reunir os códigos, chegamos as nossas categoriais iniciais. Entretanto, foi necessário refinarmos os códigos, pois ainda existia um volume muito grande de informações. Silva e Kalhil (2017) destacam as duas finalidades no qual é necessário o refinamento dos códigos: o primeiro é para ver se a codificação pode ser feita de outro modo, e a segunda, por representar uma oportunidade de tornar os códigos mais analíticos e menos descritivos. Nesta perspectiva, foi necessário adentrarmos num nível mais categórico, analítico e teórico da decodificação para assim emergirmos às categorias intermediárias.

Neste sentido, os códigos foram reagrupados novamente levando em consideração os que tivessem semelhanças entre si e o mesmo significado. O agrupamento das categorias iniciais resultou em 06 (seis) categorias intermediárias, conforme elencadas no Quadro 8. Assim obtivemos como categorias intermediárias: I- As percepções acerca da Reprovação Escolar e o enfraquecimento da Organização do Trabalho Pedagógico, II- Os impactos da reprovação na Formação Humana Integral, III- Determinantes biopsíquicos da reprovação, IV- Os determinantes socioculturais da reprovação na EPTNM, V- Possibilidades de organizar o Trabalho Pedagógico e minimizar os efeitos da reprovação, VI- Reconstruindo o papel da escola e (re) organizando o trabalho pedagógico. Lembrando que o Quadro 7 apresenta a aglutinação das categorias iniciais até chegarmos às categorias intermediárias.

Quadro 7 - Categorias intermediárias

<b>Categoria inicial</b>	<b>Conceito norteador</b>	<b>Categoria intermediária</b>
1-A reprovação Escolar (RE) como instrumento de segunda chance.	Evidencia a visão minimalista da reprovação Escolar.	I- As percepções acerca da reprovação Escolar e o enfraquecimento do OTP.
2- A RE como requisito indispensável para aprendizagem.	Destaca a importância da reprovação no processo de ensino aprendizagem.	
3 - A falácia da Reprovação Escolar.	O sentido distorcido da reprovação escolar.	
4- O revés da reprovação escolar na FHI.	As percepções sobre os impactos da reprovação escolar.	II- Os Impactos da reprovação na formação Humana Integral.
5- A reprovação escolar como aparelho segregador.	Realça os entraves da reprovação escolar na formação do aluno.	
6- A reprovação escolar e o desenvolvimento biopsíquico.	Destaca-se os entraves da reprovação na formação do aluno.	III-Determinantes biopsíquico da reprovação Escolar.
7-A exclusão como sinônimo de ausência de inteligência.	Evidencia os estereótipos que permeiam o fenômeno da reprovação escolar.	
8-A incapacidade relativa de aprender.	Percebe-se a condição de insuficiência cognitiva do sujeito reprovado.	
9-O desinteresse explica o baixo rendimento.	Destaca a responsabilidade da reprovação centrada no aluno aprendiz.	
10- A adaptação do aluno no Ensino Médio Integrado.	Destaca a dificuldade do aluno ao cursar o EMI	IV-Determinantes socioculturais da reprovação escolar na EPTNM.
11-A ausência familiar.	Demonstra a importância do acompanhamento familiar.	
12-A importância da observação compartilhada.	Evidencia os aspectos de trabalho em equipe.	V-Possibilidades de organizar o trabalho pedagógico e minimizar os efeitos da reprovação.
13-Acompanhamento pedagógico e a redução da reprovação.	Destaca-se como elemento essencial para	

	diminuir os índices de reprovação.	
14-O diálogo como ponto de partida para reorganizar o trabalho pedagógico.	Evidencia-se o papel da OTP frente a problemática reprovação .	
15- A sensibilidade na hora de avaliar o aluno.	Destaca-se a importância dos múltiplos olhares sobre a avaliação formativa do aluno.	
16-Fortalecimento da relação família e escola.	Evidencia os aspectos de gestão democrática	VI-Reconstruindo o papel da escola e (re) organizando o trabalho pedagógico.
17- OTP e o trabalho coletivo.	Destaca o trabalho como princípio educativo.	

Fonte: Autora (2019).

Continuando com a fase de exploração do material, a fim de lapidar e tratar os dados continuou-se a estabelecer novas combinações de modo a formar nossas categorias finais, ou seja, as categorias analíticas. “As categorias iniciais e intermediárias amparam a construção das categorias finais, na qual são construídas no intuito de respaldar as interpretações e inferir resultados.” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 11).

Nesta direção, refinamos e integramos todas as categorias intermediárias, nas quais foram cuidadosamente analisadas e sistematizadas, atendendo sempre os princípios propostos por Bardin (2016) para a análise de conteúdo, a saber: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade. Assim, este trabalho minucioso permitiu o estabelecimento das categorias finais, ponto crucial da nossa análise, mirando sempre na questão da investigação, no objetivo da pesquisa. O Quadro 9 evidencia, de forma sistemática, a construção progressiva das categorias de análises que emergiram através da coleta de dados, na qual esta pesquisa se propôs a investigar. Neste sentido, as categorias iniciais e intermediárias constituíram-se em filtros para atingirmos o cerne da pesquisa em pauta.

Quadro 8 - Síntese da progressão das categorias de análise

Iniciais	Intermediárias	Finais
1-A reprovação Escolar como instrumento de segunda chance.	I- As percepções sobre a reprovação Escolar e o enfraquecimento da OTP.	1-O sentido distorcido da reprovação escolar e os impactos na formação do aluno reprovado.
2- A RE como requisito indispensável para aprendizagem.		
3- A falácia da Reprovação Escolar.		
4- O revés da reprovação escolar na FHI.	II- Os Impactos da reprovação na formação Humana Integral.	
5- A reprovação escolar como aparelho segregador.		
6- A reprovação escolar e o desenvolvimento biopsíquico.	III-Determinantes biopsíquico da reprovação Escolar.	2- Fatores influenciadores da reprovação escolar.
7-A exclusão como sinônimo de		

ausência de inteligência		
8-A incapacidade relativa de aprender.		
9-O desinteresse explica o baixo rendimento.		
10- A adaptação do aluno no Ensino Médio Integrado.	IV-Determinantes socioculturais da reprovação escolar na EPTNM.	
12- Ausência familiar.		
13-A importância da observação compartilhada.	V-Possibilidades de reorganizar o trabalho pedagógico e minimizar os efeitos da reprovação.	3- A interface entre escola e família: Elementos essenciais na (re) organização do trabalho pedagógico.
14-Acompanhamento pedagógico e a redução da reprovação.		
15-O diálogo como ponto de partida para reorganizar o trabalho pedagógico.		
16- A sensibilidade na hora de avaliar o aluno.		
17-Fortalecimento da relação família e escola.	VI-Reconstruindo o papel da escola e (re) Organizando do Trabalho Pedagógico.	
18- OTP e o trabalho coletivo.		

Fonte: Autora (2019).

Finalizado esse processo indutivo, onde às categorias iniciais são aglutinadas tematicamente e dão origem as categorias intermediárias e estas, agrupadas em função da ocorrência do tema, resultam nas categorias finais. Neste processo inferencial buscou-se não somente compreender o sentido da fala, mas também trazer à tona uma significação, através da primeira mensagem. Bardin (2016) explica que o processo de significação é a passagem sistematizada pelo estudo formal do código, ou seja, dos conteúdos emergem-se significações segundas que as primeiras escondem e que a Análise de Conteúdo procura extrair.

Nesta direção, adentramos na última fase da Análise de Conteúdo, onde realizamos os tratamentos dos resultados, através das inferências, baseadas na interpretação, intuição e análise reflexiva.

Todo o corpus coletado é analisado minuciosamente para que conseguíssemos captar os conteúdos manifestos e latentes contido em todo o material. Como resultado de todo esse processo produzimos um texto para cada uma das três categorias analíticas, a partir dos objetivos da nossa pesquisa, construídas com o intuito de respaldar as interpretações e inferir resultados, a saber: I- O sentido distorcido da reprovação escolar e os impactos na formação do aluno reprovado, II- Fatores influenciadores da reprovação escolar. III- A interface entre escola e família: Elementos essenciais na (re) organização do trabalho pedagógico.

#### 4.1 Categoria 1: O Sentido Distorcido da Reprovação Escolar e os Impactos na Formação do Aluno Reprovado

Esta categoria emergiu a fim de revelar os impactos da reprovação na formação do aluno reprovado a partir da percepção de cada participante.

Os sentidos distorcidos da reprovação escolar são evidenciados nos discursos consolidados pró-reprovação, apresentando-se como um efeito contraposto para motivar o discente a estudar, manifestando-se como forma de superação e de orgulho discente. Neste caminho, os sentidos distorcidos da reprovação trazem em seu bojo as seguintes características: a reprovação como instrumento de segunda chance, a reprovação escolar como requisito indispensável para a aprendizagem.

Levando em consideração o exposto, o ato desaprovador surge como uma alternativa pedagógica, uma válvula de escape para o aluno reprovado. Nessa visão, o ato de reprovar é tido com bom, é válido e aceitável. Essa visão minimalista e reducionista da reprovação como elemento essencial no trabalho escolar só comprova que a reprovação se manifesta como parte integrante e orgânica da realidade da escola elementar, como se sem ela, o processo todo perdesse o sentido. (PARO, 2003). Este discurso foi reproduzido nas falas de todas as categorias de sujeitos: pais/responsáveis, alunos e docentes, conforme os excertos a seguir:

RESP.1: “Para mim a reprovação escolar em alguns casos serve para que o aluno dê mais valor aos estudos e desenvolva métodos eficientes para que no próximo ano escolar ele não reprove.”

RESP.2: “Serve para dar uma nova oportunidade ao aluno como forma de reaprendizado, rever os erros cometidos e se reinventar dando continuidade a vida escolar com visão futura para nível superior proporcionando uma perspectiva de que há sempre uma chance nova para aprender.”

RESP.3: “Serve para que o aluno que não alcançou uma nota mínima em alguma matéria possa ter a oportunidade ao repetir de ano aprender e compreender bem a matéria que porventura o aluno não tenha se saído muito bem.”

DOCEN.1: “No âmbito mais amplo como no âmbito do IFPA a reprovação serve como indicativo de que o aluno que não adquiriu o conhecimento que deveria ter atingido para passar ao nível seguinte de sua trajetória de formação.”

DOCEN.2: “A reprovação tem o objetivo de fazer o aluno repensar, observar seus erros refletir sobre suas atitudes bem como ela se caracteriza como uma nova oportunidade de ele estudar e aprender novamente ou reforçar pontos que não foram aprendidos.”

DOCEN.3: “Tanto a aprovação como a reprovação são termômetros para medir a capacidade, nível de conhecimento adquirido naquele ano, ou seja, se o aluno não foi aprovado, ou seja, foi reprovado, essa reprovação serve para ele voltar lá atrás para aprender o que ele deixou de aprender durante o semestre.”

DISC.1: “Server para aqueles determinados assuntos que foram ministrados pelo professor naquele semestre sejam aplicados de uma forma mais didática para aquele aluno reprovado e que ele entenda realmente o assunto.”

Sobre o fenômeno da reprovação emerge-se uma visão tão espontânea, que não faz parte somente das percepções do corpo docente, como também dos próprios pais, e até mesmo dos próprios alunos que aceitam a reprovação com uma segunda chance, uma segunda oportunidade para melhorar sua nota, e assim para “aprender” de fato o conteúdo curricular.

Ribeiro (2018) expõe que os sentidos atribuídos à reprovação estão associados à maneira como o ser humano foi educado e ensinado quando estava na condição de aprendiz e isso interfere na construção de sua identidade. O que justifica essa crença de acreditar no lado benéfico da reprovação, valida-se pelo modelo de educação tradicional que predominava no ambiente escolar durante muito tempo, no qual se valorizava os procedimentos mecânicos de aprendizagem, entre elas a reprovação.

Neste caminho, o mesmo autor ratifica que a partir de experiências vividas (informações, dos saberes, modelos de pensamento) e transmitidas pela tradição, educação e pela comunicação social, ao se relacionarem com a cultura e com a ação e experiência do professor, interfere na relação entre o indivíduo e sua maneira pela qual ele enxergará o aluno, pois o modelo de educação na qual foi doutrinado interviu na constituição de sua identidade.

Por outro lado, Nones (2006) destaca que a reprovação escolar é uma construção social expressa por trajetórias escolares fracassadas, e por isso está correlacionada à socialização primária da criança. Neste sentido, a autora realça que o fracasso escolar do aluno está atrelado, muitas vezes, a forma como os próprios pais construíram para si sua trajetória escolar, suas vivências e sentidos sobre a escola.

Para Paro (2003) acreditar na crença de que a reprovação é um processo normativo da escola é aderir a essa prática como inquestionável, que possui razões mais profundas do que uma simples opção metodológica visando dar conta de problemas de ensino. Ou seja, a aceitação da reprovação está difundida na sociedade, e não se restringe ao ambiente da docência.

Neste caminho, os sentidos distorcidos da reprovação escolar não foram sendo construídos porque os sujeitos estão na condição de pais/responsáveis, aluno ou docente. Na verdade, essas percepções foram incorporadas à vida do indivíduo logo quando iniciou seu processo de socialização com o mundo. Por esta ótica, cabe afirmar que a reprovação não é uma conduta original adstrita ao ensino, mas deriva de atributos mais abrangente e arraigado na personalidade das pessoas, na qual já foram sendo construídos durante sua interação com o mundo social e isso impacta na maneira como encaram o outro na condição de sujeito.

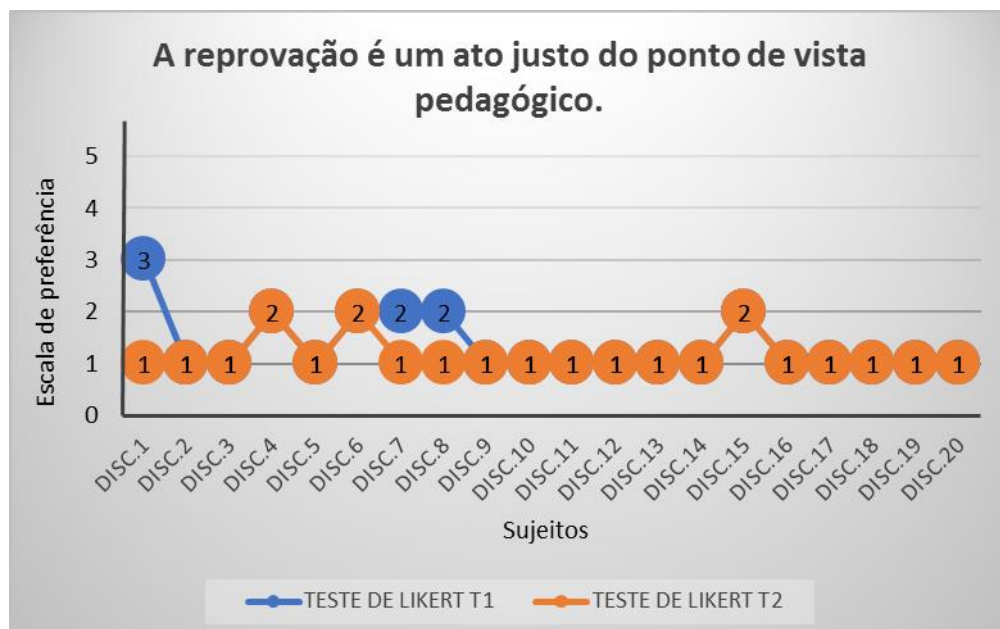
Assim, o sentido distorcido da reprovação escolar acaba tendo aceitação popular de que escola boa é aquela escola que mais reprova, levando a acreditar que a reprovação é uma

medida eficaz do ponto de vista pedagógico (RIBEIRO, 2018). Como bem se observou na aplicação do teste de Likert, quando se questionou se a reprovação é um ato justo do ponto de vista pedagógico e os participantes continuaram a afirmar, mesmo após a aplicação do teste final, que a reprovação é uma medida eficaz e eficiente. Os Gráficos 6 e 7 revelam o entendimento dos sujeitos.

Os testes iniciais e finais, como bem ressaltamos na metodologia, estavam baseados na escala de Likert de 5 (cinco) pontos, na qual se constitui como uma escala de preferência de resposta, onde a escala número 1- significa Concordo, 2- significa Concordo em parte; 3- Não concordo/Nem discordo; 4- Discordo em parte; 5- Discordo.

De acordo com o Gráfico 6, os testes aplicados com os discentes antes das rodadas pedagógicas mostraram que 10% concordaram em parte que a reprovação é um ato válido, 5% nem concordam nem discordam que essa reprovação é justa do ponto de vista pedagógico e 85% dos participantes afirmam que a reprovação tem um cunho educativo e pedagógico e por isso é necessário reprovar, já que mesmo após as discussões nas rodadas pedagógicas sobre o aspecto da reprovação escolar, pouco se notou avanços quanto a este pensamento, após a aplicação do segundo teste.

Gráfico 6 - A reprovação escolar na perspectiva discente

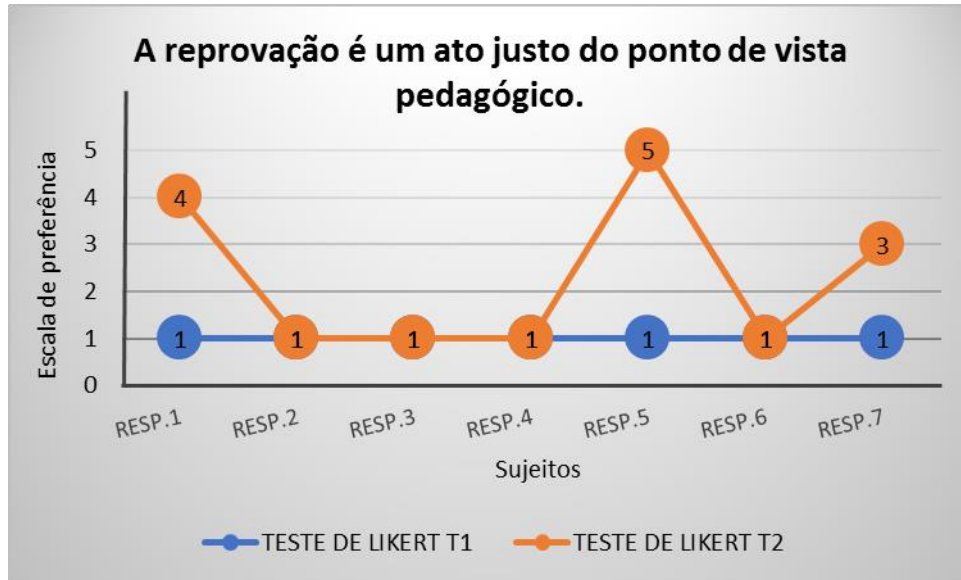


Fonte: Autora (2019).

Ao analisarmos as informações contidas no Gráfico 7 acerca das percepções da categoria pais/responsáveis sobre os sentidos da reprovação escolar, os dados obtidos a partir dos testes iniciais e finais, evidenciaram um pequeno avanço de posicionamentos dos sujeitos

sobre a temática.

Gráfico 7 - A reprovação na perspectiva dos pais/responsáveis

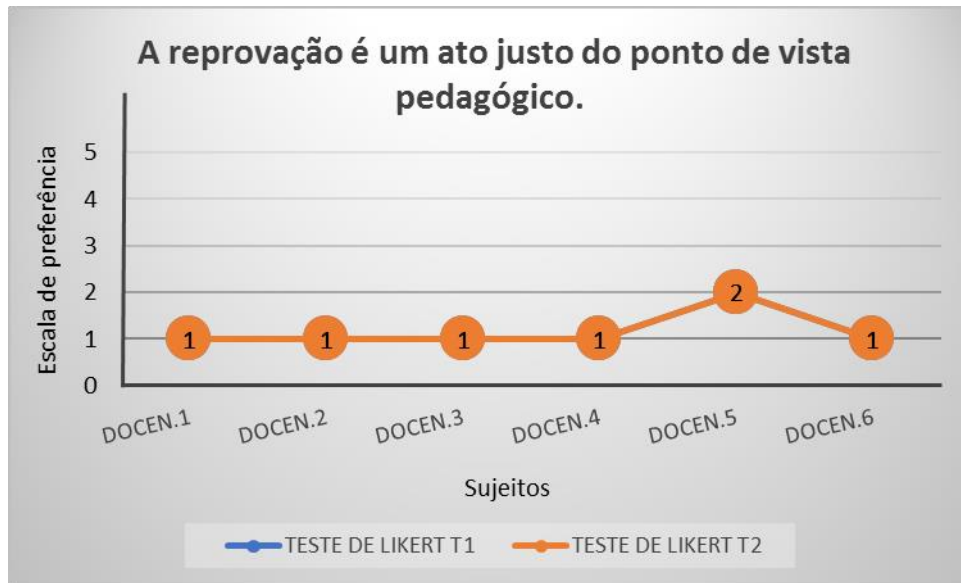


Fonte: Autora (2019).

Sobre a compreensão dos pais/responsáveis acerca da reprovação ser considerada uma medida pedagógica adequada, têm-se os seguintes resultados: no teste inicial, aplicados antes dos debates realizados sobre o tema reprovação e organização do trabalho pedagógico por meio da pesquisa participante, 100% dos sujeitos concordaram que a reprovação é uma ação que a escola deve priorizar nas suas práticas pedagógicas. Na aplicação do teste final, apesar de notar algumas mudanças quanto aos posicionamentos dos sujeitos sobre esta visão distorcida temos os seguintes resultados: 58% continuaram concordando com a percepção desvirtuada sobre o ato de reprovar e 42% redimensionaram seu olhar sobre o assunto. Sendo assim, 14% passaram a afirmar que não concordavam, mas também não discordavam, 14% discordaram em parte e 14% discordaram totalmente desta concepção.

Baseada nas informações do Gráfico 8, a reprovação para a categoria Docente, é uma prática inerente ao processo de ensino aprendizagem.

Gráfico 8 - A reprovação sob o olhar Docente



Fonte: Autora (2019).

As percepções dos docentes acerca da reprovação mostram exatamente os mesmos resultados tanto na aplicação do T1, quanto na aplicação do T2. Sendo que 83% concordam que a reprovação é justa do ponto de vista pedagógico e 17% concordam em parte com esse entendimento.

Ao realizarmos a análise comparativa entre as três categorias, observamos que os alunos pouco modificaram seus posicionamentos sobre esta visão distorcida da reprovação, a categoria de Docentes mostrou resistência em seus ideais, deixando evidente que a reprovação sempre terá vez e lugar no ambiente da escola. Já a categoria de pais/responsáveis, mesmo que de maneira bem frágil, alteraram seu olhar sobre o ato justo da reprovação.

Levando em consideração os dados apresentados pelas três categorias de sujeitos, tem-se que a valorização da reprovação pelos participantes demonstra que a escola está imbuída de significações nas quais foram incorporadas da sociedade em que vivemos, e este ato é reforçado através das vivências e experiências adquiridas das relações sociais estabelecidas com outro. Isso quer dizer que, a reprovação faz parte da vida cotidiana. Por esta ótica temos que o fenômeno da reprovação escolar é produto das construções sociais, ocorre em contextos distintos, e não se constitui com um processo natural, pelo contrário, se consolida no processo de socialização do indivíduo.

Para Paro (2003) o apego à reprovação surge como motivação para o estudo, que urge de uma motivação intrínseca, no qual direciona o aluno a estudar e aprender “de verdade”. Entretanto, ressalta que há um equívoco em supor que a presença da reprovação seja um

motivo essencial defensável para conduzir o aluno ao estudo.

É perceptível que, apesar de os alunos considerarem que a reprovação faz parte do processo de aprendizagem, sendo incorporando como uma rotina na prática pedagógica, ele não quer reprovar novamente e isso fica evidente, pois os registros de memória sobre a reprovação, apresentados durante as entrevistas destacam as marcas e as sensações negativas do ato reprovador, conforme disposto nos trechos abaixo:

- DISC.1: “Ficar reprovado é ficar com uma tristeza, para baixo, e além do mais é cansativo”.
- DISC.2: “Eu me senti excluída, me senti burra”.
- DISC.3: “Fiquei surpresa, pois nunca tinha reprovado. Sempre fui dedicada e uma boa aluna. Fiquei me perguntado o que estava acontecendo comigo”.

Ao contrário do imaginário existente sobre o caráter “pedagógico” da reprovação. Fica evidente que este fenômeno impacta na formação humana do aluno, isso porque a reprovação se apresenta como um instrumento segregador, que interfere no desenvolvimento da autoestima do aluno, ressaltado características negativas como a impotência, falta de confiança em si mesmo, sensações de culpa e fracasso. Ribeiro et al. (2018) advertem que a piora da qualidade da educação se deve à cultura da reprovação, que parece estar densamente incorporada no cotidiano escolar e no imaginário familiar como algo necessário e benéfico ao aluno. Rebelo (2009) afirma que a reprovação é uma medida ineficaz, do ponto de vista pedagógico, pois é prejudicial ao desenvolvimento global dos alunos.

Além disso, constatou-se que a reprovação além de causar impactos negativos de ordem psicológica, também se configura como um elemento que impede o processo formativo escolar, pois a reprovação leva ao abondo discente, ou seja, causa impacto de natureza social, visto que sem educação escolar esse sujeito tende a ficar a marginalizado socialmente. Ribeiro et al. (2018) afirmam que a reprovação escolar é considerada elemento importante do abandono escolar, e conturba a trajetória escolar do aluno.

Outro impacto da reprovação na formação dos alunos reprovados é de ordem emocional, pois se constatou que estes sofriam discriminação pelos próprios colegas de turma. Ou seja, existe a valorização da teoria do capital humano, onde as notas e a aprovação servem para segregar os alunos e estigmatizar os reprovados (PARO, 2003).

Para Frigotto (2006) o capital humano é um conceito ou noção ideológica que mascara as determinações da desigualdade entre indivíduos, pois valoriza as competências e habilidades do sujeito e assim se apresenta como uma superação frente às demandas da sociedade que fomenta o individualismo e a seletividade social.

Os excertos abaixo comprovam que os alunos apresentaram impactos na sua formação enquanto ser humano em processo de construção de identidade.

DOCEN.3: “O primeiro impacto que acontece que o mais imediato é autoestima dele é sempre baixa, a vontade que o aluno tem é de desistir de estudar porque acha que é um fracassado, então isso a gente percebe na vida do aluno”.

DOCEN.2: “A reprovação teve um impacto muito negativo a gente teve um índice de desistência do curso muito grande.”

RESP.1: “Sim, eu vi pontos negativos na questão da autoestima e no cansaço mental.”

DISC.2: “Sim, eu me senti rejeitada pela minha turma, ninguém quer fazer trabalho com quem ficou reprovado. Por exemplo, eu fiquei reprovada em Química, aí o professor passa um trabalho e quem quer fazer trabalho com quem ficou reprovado em química.”

DISC.3: “Os impactos negativos é que gera uma certa exclusão na sala de aula. Ficar reprovado não significa que o aluno é menos inteligente que os demais. Alguns só demoram mais para compreender o assunto. A condição social também influencia na aprendizagem.”

Diante dos dados apresentados evidenciamos as contradições que envolvem o fenômeno da reprovação escolar. De um lado, se tem a reprovação como um mecanismo que deve fazer parte da prática pedagógica e por outro, existe a própria negação da reprovação quando se analisa seus impactos na vida do estudante. O fato é que o sentido distorcido da reprovação é um entrave para própria evolução da escola, enquanto instância formadora de cidadãos críticos e reflexivos. De acordo com Ramos (2008) o que estar em jogo é a formação do estudante, que se faz na efetividade do desenvolvimento pleno de suas habilidades cognitivas, colocando-o como um ser produtor e propagador de conhecimento, possibilitando-o compreender-se enquanto ser histórico social. Todavia, sabemos que a reprovação é um mecanismo que enrijece a concretude desse processo.

Abramowicz (1995) afirma que a valorização do erro no processo de ensino aprendizagem atribuiu à reprovação um sentido distorcido, isso porque o erro determina um desenho na escola, pois produz os alunos bons, os ruins, os inteligentes e os ignorantes. A autora ainda ressalta que esse esquadramento se faz em nome da verdade e da ciência, onde a reprovação se edifica como um processo admissível. Assim, o erro não se estabelece em um episódio esporádico no interior da escola, pelo contrário o erro constrói o aprendiz, constrói a própria concepção da escola, que por sua vez institucionaliza a reprovação.

De acordo com Ribeiro (2018), os sentidos da reprovação escolar se caracterizam condicionantes ideológicos que servem para justificar e afirmar que a reprovação é adequada à escola brasileira. Esse discurso incorporado acerca da reprovação não foi construído na escola, mas é sustentado por ela, pois apesar da reprovação se caracterizar como fruto das

relações estabelecidas na sociedade, é na escola que ela ganha destaque, é na escola que o aluno sabe que se não estudar ele será punido e a punição é um retrocesso na sua trajetória acadêmica.

Dessa forma, o sentido distorcido da reprovação é o fio condutor que alimenta a existência da reprovação no ambiente da escola e dessa visão distorcida da sociedade sobre este fenômeno resultam as piores experiências que o aluno obteve durante seu percurso escolar. Ao olharmos para a reprovação veremos que ela é a consequência, o reflexo, o produto de uma cadeia de múltiplas responsabilidades e inúmeras incertezas que nos fazem pensar na função e no papel da escola (NOGARO; RESE, 2015).

Enfim, a reprovação escolar se apresenta como um valor moral incorporando à cultura social do indivíduo e isso representa um entrave para a formação acadêmica e de vida do estudante, pois para além de combater a reprovação, como responsabilidade de todos os envolvidos no processo de formação do aluno, é necessário realizar um trabalho de sensibilização sobre este tema, já que se evidenciou que a visão distorcida sobre o ato reprovador é um produto das relações sociais construídas ao longo dos tempos.

Ainda com o intuito de compreender o processo reprovador, sob o olhar dos diferentes sujeitos, apresentamos a seguir as causas da reprovação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

#### **4.2 Categoria 2: Fatores Influenciadores da Reprovação Escolar na EPTNM**

Esta categoria emergiu da necessidade de se identificar as diferentes causas do fenômeno reprovador sob os diferentes olhares dos sujeitos. Sendo assim, destacamos 04 (quatro) fatores influenciadores da reprovação escolar, no qual se estruturou dois grupos de determinantes: os determinantes biopsíquicos e os determinantes socioculturais.

Os determinantes biopsíquicos vinculam às causas da reprovação escolar à questão do desenvolvimento biocognitivo do aluno e contemplam dois fatores influenciadores que ocasionam a reprovação: a incapacidade relativa de aprender e o desinteresse do aluno.

Os determinantes socioculturais agregam às causas da reprovação à condição de vida do estudante e englobam dois fatores influenciadores da reprovação: a adaptação do aluno no Ensino Médio Integrado e a ausência familiar.

No que se refere aos determinantes biopsíquicos, especificamente ao fator influenciador incapacidade relativa de aprender, evidenciou-se que eles emergiram a partir do auto avaliação dos próprios alunos sobre as causas da sua reprovação. Ao internalizar o

sentimento de impotência diante do aprendizado, eles acabaram trazendo à tona um sentimento de culpa por não conseguirem assimilar o conteúdo ministrado pelo professor.

DISC2: “Eu não tinha capacidade de estudar, não era tão boa, eu não buscava, eu era muito fechada.”

DISC3: “no meu caso o que influenciou foi a minha dificuldade em não conseguir entender o assunto no mesmo tempo que meus colegas.”

Segundo Paro (2003) a concepção de que o aluno é culpado por seu não aprendizado está muito disseminada no ambiente da escola. Ainda segundo este autor, geralmente esse motivo é utilizado pelos professores e pela escola para justificar a reprovação discente. Entretanto, o que nos chamou atenção é que esse discurso não foi reproduzido pelos profissionais que atuam na docência, mas pelos próprios alunos que julgam não ter capacidade de aprender, supondo que sua aprendizagem só dependesse exclusivamente de si mesmo.

Por essa ótica, se considerarmos que os alunos são frutos das relações sociais que ele estabelece com as pessoas de seu convívio social, pode-se inferir que o processo de inculpação pode se dar pela inculcação dos discursos produzidos no ambiente da escola de que o aluno é o único responsável por sua aprendizagem, por sua aprovação ou reprovação. Sobre isso, Souza (2016) esclarece que diferente de culpabilizar o aluno por sua não aprovação, pondo em destaque sua incapacidade de aprender, é necessário rever os conceitos e práticas questões sendo difundidos nos ambientes escolares.

Por essa ótica, Carvalho e Largo (2016) evidenciam que a relação com o saber compreende um aspecto social, ou seja, não existe indivíduo que não interaja com o mundo. Neste caminho, entende-se que o aluno não é um único responsável pela sua aprendizagem, isso depende de um esquema didático vinculado a um sistema de ensino que se concebe e se estabelece entre o professor, o aluno e o saber inserido em um determinado entorno social.

Ainda de acordo com a autora, baseada nas teorias das relações de saber de Chassot, o saber, ou seja, a aprendizagem é construída na intercessão (a região intermediária) entre o esquema didático e entorno social, na qual denominou-se de noosfera. É nesta zona que se estabelecem as relações sociais entre os sujeitos que fazem parte do mundo escolar. É justamente neste ambiente que se localizam as pessoas que enfrentam os problemas que surgem do encontro da sociedade e suas exigências; é onde se desenvolvem conflitos, onde se levam a cabo as negociações e também se amadurecem as soluções do processo de ensino aprendizagem (CARVALHO; LARGO, 2016).

Outro fator influenciador, no qual acarreta a reprovação escolar, foi produzido nos discursos da categoria Docente, onde se destacou que a reprovação ocorre preponderantemente pelo desinteresse do aluno nos estudos. Para Abramowicz (1995) a reprovação, no olhar docente, está associada à bagunça, à indisciplina, ao não cumprimento das regras escolares, bem como ao próprio desinteresse. O aluno reprovado é individualizado como sujeito aprendiz, isto é, sua reprovação se dá exclusivamente pelas suas condições sociais, biológicas e psicológicas que procuram explicar esse fracasso.

Nogaro e Rese (2015) afirmam que muitos professores carregam consigo concepções equivocadas sobre a aprendizagem e a realidade dos seus alunos. Para eles, muitos alunos de classes populares apresentam debilidades intelectuais congênitas ou adquiridas que são usadas como argumentos em favor da tese da reprovação. Entretanto, isso nem sempre se confirma na prática. Trata-se de um preconceito ideológico que obscurece as reais causas de insucesso do aluno e de seu maior envolvimento por parte do professor. Dos trechos abaixo evidencia-se o fator instituinte da reprovação na visão da categoria Docentes: o desinteresse do aluno em aprender.

DOCEN.3: “Bom essa questão é bem complexa, por que são vários fatores que estão envolvidos e são fatores que acabam sendo muito específicos para Óbidos. Óbidos tem uma realidade pouco diferente dos demais campus do IFPA. Primeiro que Óbidos a gente não tem escola particular, então 100% dos alunos que moram no município todos os alunos vêm de uma educação pública e a educação pública é bem complicada [...]. É importante considerar a questão da falta de interesse acaba sendo um fator determinante para a reprovação desses nossos alunos.”

DOCEN.2: “O que eu vejo ultimamente, principalmente nos alunos de Óbidos, parece que é só aqui nesse campus. É a questão do desinteresse pela disciplina. O aluno chega ao campus Óbidos ele vem com o comportamento lá de fora, que Lá da escola pública né, que parece que é mais fácil passar lá e quando ele chega no campus Óbidos que a realidade é bem diferente que ele precisa estudar que ele precisa se empenhar, que ele não estuda, não se empenha isso aí leva ele a reprovação. Então na minha opinião as causas da reprovação quase que 90 % é questão de interesse e não ter ritmo de estudo.”

Da análise do conteúdo das falas acima expostas e se fazendo as devidas interpretações e inferência tem-se que a causa da reprovação, gerada pelo fator desinteresse do aluno em aprender, se justifica, neste contexto, pela desvalorização da escola pública. À primeira vista, o desinteresse parece está associado à questão da infraestrutura educacional precária e limitada que os estudantes tiveram acesso durante sua trajetória escolar no Ensino Fundamental.

Conforme Smok (2017), a desvalorização da escola pública está relacionada a diferentes fatores: 1) a falta de acesso ao sistema educacional pela maioria da população; 2) a

desigualdade social; 3) a falta de infraestrutura e; 4) a concepção de educação que se tem no país, de que o professor deve transmitir o conhecimento ao aluno ao invés de guiá-lo para construir o conhecimento por si só. Além disso, segundo a autora, existe uma cultura de que a “educação profissional” serve exclusivamente para se ter um emprego.

Por outra ótica, o Instituto Paulo Montenegro ([2016]) ao desenvolver uma pesquisa sobre a visão dos professores acerca a educação no Brasil, destacou que os principais fatores que necessitam ser enfrentados com maior urgência: a) falta de acompanhamento psicológico para os alunos que precisam; b) indisciplina dos estudantes; c) defasagem de aprendizagem; d) aprovação daqueles que não estão preparados para o próximo ciclo; e) baixa remuneração do professor; f) falta de condições adequadas para a inclusão de pessoas com deficiência; g) formação efetiva do aluno; h) heterogeneidade das turmas; i) relação com as famílias; e j) aplicabilidade das políticas educacionais.

No entanto, fazendo uma análise mais apurada percebe-se que a desvalorização da escola pública, está atrelada a forma como a escola avalia o aluno. Nos discursos produzidos ficaram evidentes que a escola deve se assentar nos princípios meritocráticos de avaliação discente. Diante disso, o fracasso escolar deriva-se exclusivamente das características individuais do estudante. Ou seja, o princípio da meritocracia define se o estudante é esforçado ou desinteressado.

Soares e Baczinski (2018) afirmam que a meritocracia na escola pública valoriza os aspectos individuais do aluno como: esforço, força de vontade e inteligência. Assim, a meritocracia se estabelece como orgulho daqueles considerados vitoriosos e despreza os perdedores, tornando-a intolerável e cruel para um grande número de indivíduos. Os mesmos autores corroboram que o mérito escolar acaba sendo a principal alavanca da meritocracia social sendo a instituição escolar a responsável por “revelar” os talentosos, justificando suas classificações e legitimando a hierarquia econômica e social.

Ribeiro (2018) reforça que a meritocracia na escola concede ao professor o poder para controlar a disciplina dos alunos e exigir dedicação aos estudos. Esse princípio meritocráticos é nutrido pela sociedade, já que a mesma exige do indivíduo os mesmos requisitos, portanto, obrigando a escola a incutir nos estudantes a ideia de mérito e seleção, sendo a reprovação a principal forma de fazer isso.

Coadunando com os autores acima, Patto (2015) esclarece que a concepção neoliberal, na qual se assenta a escola pública brasileira, forja o ensino de qualidade e a democratização de acesso à escola pública, uma vez que valoriza a meritocracia da aprendizagem, pondo no aluno a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso.

Outro fator que influencia na reprovação escolar trata-se da adaptação do aluno ao ingressar no Ensino Médio Integrado. Este fator emergiu acerca das percepções dos próprios pais/responsáveis dos alunos, conforme excertos a seguir.

RESP.1: “As dificuldades de adaptação, as metodologias do IFPA, porque eles vieram do ensino básico, do ensino fundamental, relacionado ao ensino do IFPA muito fraco é esse processo de adaptação para ele eu percebi que foi um pouco dificultoso, as metodologias do campus, a forma como os professores cobravam os trabalhos. Eles não estavam acostumados com esse tipo de cobrança. Eu acho que essa foi uma das principais causas da reprovação, a adaptação dele no IFPA.”

RESP.2: “O grau de dificuldade e o Nível de ensino de uma escola para outra, ou de um curso para outro, são notadamente diferentes, e muitas das vezes o aluno ao se deparar com a troca de instituição de níveis mais elevados, senti dificuldade ao acompanhar a rotina de estudos e se sente desmotivado e muitas das vezes perde o interesse em continuar, ou a concluir o ano letivo.”

Diante do que está posto, a dificuldade de adaptação do aluno à organização escolar é um entrave característico da passagem do aluno do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. De acordo com Souza (2016, p. 86) “[...] ao ingressar no ensino médio, o aluno enfrenta muitos desafios de adaptação. A saída do ensino médio já é uma quebra, assim como a mudança de escola.” Entretanto, falar de adaptação na EPTNM é ir mais além do que a simples saída do aluno do nível Fundamental para o nível Médio.

A EPTNM traz em seu escopo uma forma complexa de organização, dentre essa complexidade tem-se a principal: dois currículos que precisam se integrar para que se possa garantir ao aluno a formação técnica e a formação básica. Para se atender a este requisito dobra-se o número de disciplinas, o tempo de permanência do aluno aumenta, as atividades acadêmicas se ampliam, mudam-se as metodologias, mudam-se os recursos didáticos e toda essa mudança representa um choque de realidade na vida estudantil. “Essas barreiras encontradas no processo de adaptação podem ir se acumulando e desmotivando o aluno o que culmina na sua reprovação ou até no possível abandono da escola.” (SOUZA, 2016, p. 87).

Neste sentido, dada à peculiaridade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é necessário que a escola reorganize seu trabalho escolar no intuito de promover práticas pedagógicas integradoras, de conteúdo curricular ou de fomento às ações participativas de todos os segmentos que fazem parte do construto educacional. Ciavatta (2005) expõe que a formação integrada é um projeto social e para a sua concretude é necessário a articulação entre gestores, professores, alunos e família, pois o exercício da formação integrada deve ser uma experiência de democracia participativa.

Por esta ótica, a adaptação do aluno no Ensino Médio Integrado deve ser compromisso de todos e não apenas uma responsabilidade dele próprio. O acompanhamento da escola e da

família é fundamental nesse processo, pois o que está em jogo não é apenas a questão da adaptação, mas sim de sua formação de vida e a reprovação acaba interferindo neste processo, pois atrasa e, por vezes, impede o aluno a alcançar esse objetivo.

Sobre isso Ciavatta (2005, p. 3) aponta que “na formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país integrado dignamente à sua sociedade política.” Seguindo por esse viés, constatamos que não podemos, através da reprovação, tolhir esse direito ao aluno, uma vez que o fenômeno reprovador interfere neste processo, quando por vezes, o aluno inadaptado à organização do trabalho pedagógico na EPTNM abandona a escola.

Outro fator que ocasiona a reprovação do aluno no Ensino Médio é a ausência da participação da família na vida escolar do filho. Esse fator foi apresentando nos discursos dos professores, no qual sentem a necessidade da família está mais próxima da escola.

DOCEN.1: “Os motivos aqui expostos são meramente especulações. [...] A falta de estrutura familiar é um dos motivos que levam a reprovação escolar dos estudantes.”

DOCEN.3: “A reprovação é um conjunto de agentes que está ali envolvido que faz com que isso ocorra, eu acho que o papel do professor no fracasso ele é o melhor, acho que tem haver com a aproximação da família com a escola, os pais de certa forma têm que está mais envolvido na vida escola desse aluno, dessa criança.”

Segundo a percepção dos professores não adianta somente ele, enquanto educador, dialogar com o aluno, fazendo-lhe as orientações necessárias. É preciso existir a contrapartida da família nesse processo. Segundo Souza (2016) como se trata de adolescentes em formação é necessário o apoio familiar, isso é fundamental para gerar condições favoráveis ao desempenho escolar. Ainda dentro do contexto, Roehrs; Maftum; Zagonel (2010) afirmam que a adolescência é caracterizada pela extensão cultural, mudanças emocionais e mentais, quase sempre influenciada pelos grupos sociais e educacionais em que os adolescentes vivem.

Notou-se também que a desestruturação familiar pode prejudicar no processo de aprendizagem do estudante. Segundo Santana e Guilherme (2012, p. 16) “[...] quando os pais se mostram ausentes da escola ou mesmo quando a criança possui um vínculo familiar negativo ou desestruturado esta pode ter a sua autoestima prejudicada, apresentando possivelmente alguns distúrbios de aprendizagem.”

Desse modo, a família é a principal parceira da escola, ela é considerada como elemento fundamental para o sucesso ou fracasso do aluno. Hoje a escola não é, sozinha, a mola propulsora das transformações sociais, ele precisa de auxílio de outros segmentos da

sociedade. Sobre isso Libâneo (1998) assegura que as tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. “Todos têm também o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade.” (LIBÂNEO, 1998, p. 09-10).

Por essa ótica, para além de um discurso teórico sobre a importância da participação da família na escola, é indispensável se adotar estratégias que se consolide isso na prática escolar. Reconhecemos a necessidade de pais e professores serem parceiros no contexto escolar, onde o diálogo seja compreendido como prioridade nesse processo, fortalecendo assim a mediação pedagógica e minimizando os efeitos da reprovação.

Enfim, as causas da reprovação sob as perspectivas dos diferentes sujeitos, até mesmo do próprio aluno centram seu olhar sobre as características biopsicossociais do aprendiz. Ou seja, ambos os determinantes, apesar de comporem fatores distintos se entrelaçam quando direcionam que a responsabilidade da reprovação é apenas do estudante.

A partir disso, notou-se que a teoria da carência cultural bastante difundida na década de 60 e 70 para explicar o fracasso escolar do aluno, continua até os dias de hoje, em pleno século XXI, sendo utilizada para justificar o fenômeno da reprovação, que impõe a responsabilidade do baixo rendimento no aprendiz, na sua família, na sua própria inadequação ao sistema e a fatores externos, eximindo o sistema educacional de qualquer responsabilidade.

Entretanto, Paro (2003) adverte que não se pode, por meio da reprovação, responsabilizar o aluno pelo fracasso educativo, é necessário procurar no funcionamento de toda escola as causas geradoras desse fracasso, bem como as medidas estruturais que precisam ser tomadas.

Ciavatta (2005) afirma que a escola é lugar de construção de identidade, no entanto há de se questionar sobre que aluno a escola está formando: É para fortalecer as desigualdades educacionais, continuar reforçando a teoria da carência cultural, continuar pondo a culpa do fracasso do aluno nele próprio ou promover, de fato, a formação humana integral? A escola ao corroborar com essas práticas segregadoras, na qual se fortalece através da reprovação, permanece a atender aos determinismos impostos pela sociedade pós-moderna, que exclui e seleciona.

A escola ao alimentar essas práticas discriminatórias, onde o aluno reprovado é tachado de insuficiente incapaz de aprender e o aluno promovido é aquele que estará, intelectualmente, preparado para ingressar no mercado de trabalho, nega a sua própria existência, a sua própria razão de ser.

Para Ciavatta (2005), a escola como lugar de fomento à formação omnilateral deve buscar ações integradas que possibilitem a escola organizar seu projeto educativo. Por essa ótica, a autora afirma que a formação integrada ocorre no compromisso de todos os envolvidos no ato educativo, ocorre na ação coletiva, pois somente assim se dará ao aluno novos horizontes.

Partindo deste entendimento, logo abaixo apresentaremos a nossa terceira e última categoria de análise na qual nos permitiu trazer à tona a relação da escola com a família como contribuinte de fortalecimento para a formação humana de nossos alunos.

### **4.3 Categoria 3: A Interface entre Escola e Família: Elementos Essenciais na (re) Organização do Trabalho Pedagógico**

Esta categoria veio à tona como uma possibilidade de a escola reorganizar seu trabalho, a partir do princípio da gestão democrática e do trabalho como princípio educativo. Como já vimos anteriormente nos nossos referenciais estes dois preceitos constituem a base da organização do trabalho escolar.

O trabalho como princípio educativo possibilita ao indivíduo o domínio dos fundamentos científicos necessários para sua formação enquanto ser histórico social, ao passo que fornece o ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, que no movimento de ir e vir, baseado nos esforços do presente do passado se projeta o futuro (MORAES, 2013). Ao passo que a gestão democrática, é o meio utilizado para a concretude dessa formação, pois a partir dela é possível à escola estabelecer as relações sociais necessárias para se consolidar o projeto educativo da escola (LIBÂNEO, 2018).

Nesta direção, para superar o fenômeno da reprovação como uma prática pedagógica inerente ao processo de ensino aprendizagem se requer, dentre outros atributos, que exista um compromisso em via de mão dupla entre a escola e família. É por esse viés que caminhamos na intenção de propiciar uma formação humana integral ao nosso aluno, reorganizando o trabalho escolar numa perspectiva de gestão participativa, trazendo à tona os elementos: participação, diálogo e acompanhamento.

Vale frisar que a gestão participativa não se constitui na presença de conjuntos de indivíduos nas reuniões de pais e mestres em cumprimento ao calendário escolar, mas sim pela inserção destes elementos (escola e família) na linearidade onde podem colaborar com ideias e atitudes, este é o processo de participação (OLIVEIRA, 2008).

Nesta direção, Libâneo (2018) aponta que o trabalho participativo deve fomentar a

participação dos pais na organização e gestão da escola e isso corresponde a novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola, nas práticas de descentralização, autonomia, corresponsabilização e interculturalismo. Partindo desta premissa, têm-se que a escola não é uma instituição isolada em si mesma, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla.

Oliveira (2008) enfatiza que a relação dialógica entre a escola e família só é possível através do acompanhamento escolar contínuo, das relações humanas, onde a socialização é aspecto valorizado, porque é por meio deste requisito que as trocas acontecem, no sentido de esclarecer e discutir os problemas de ordem pedagógica ou não, visando melhorias não só do trabalho educativo, mas também dos resultados do processo de ensino aprendizagem, este é o processo dialógico da gestão participativa.

De acordo com Libâneo (2018), o trabalho participativo engloba alguns fundamentos, dentre os quais destacamos: todos devem ter uma meta, um propósito, ou objetivo que seja identificado, aceito, compreendido e desejado por todos os membros da equipe; deve-se ter espírito, moral e desejo de triunfar, ainda que seja ao custo de consideráveis sacrifícios individuais, além disso, devem ser estabelecidos canais de comunicação para a concretude do objetivo proposto.

Trazendo esses fundamentos para o contexto da nossa pesquisa entendemos que o sucesso escolar discente deve ser prioridade da escola e da família, ou seja, constitui-se como um objetivo comum. A reprovação escolar configura-se como um problema educacional e por isso necessita ser combatida, sendo necessários esforços individuais e coletivos. (Re) organizar o trabalho da escola é indispensável para se alcançar a finalidade proposta, visto que a escola pode construir mecanismos de comunicação entre a organização e as pessoas.

Desta maneira, temos que a organização do trabalho escolar deve estar pautado na concepção sociocrítica da educação, com visão na concepção democrática participativa das práticas educativas, na qual se concebe a partir de um sistema que “[...] agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações sociais no seio do grupo e as relações da escola com o contexto sociocultural e político.” (LIBÂNEO, 2018, p. 102).

Neste sentido, a OTP não se constitui como um espaço neutro, mas construído pela comunidade educativa, envolvendo os professores, os alunos, os pais, tendo a finalidade de contribuir para a formação do sujeito, para o seu sucesso acadêmico e de vida, e assim combater o fenômeno da reprovação escolar. Isso fica confirmado quando perguntamos aos nossos entrevistados sobre o que poderíamos fazer para conter a reprovação escolar.

DISC. 1: “trazendo a família para dentro da escola, porque a família também é uma base motivadora para que seus filhos não se sintam fracassados.”

DOCE. 3: “ O que nós podemos fazer, eu penso que é necessário um acompanhamento mais de perto, caminhar juntos, pegar na mão mesmo, porque o que se observa é que o desempenho escolar, na maioria das vezes, não se deve a fatores internos, mas a fatores externos, tentar compreender isso também. A questão dos pais tentar compreender e conversar sempre que possível.”

RESP.2: “Ter um diálogo e ser presente na vida escolar do filho, mostrar o quanto ele pode ser capaz de se reerguer e enfrentar os desafios que virão, que por mais que ele ache que seja a mesma coisa, sempre desafios novos virão e aperfeiçoamentos diários.”

Enfim, a escola e a família estão na interface do processo educativo. Ciavatta (2005) afirma que essa relação não se faz no isolamento institucional, mas sim na interação entre esses dois agentes. Partindo desta afirmação compreendemos que o êxito escolar discente, só é possível quando a Organização do Trabalho Escolar esta pautado em princípios de gestão democrática, sem nela esgotar as possibilidades de (re) organizar continuamente seu trabalho, com o intento de atender aos objetivos que estão sendo propostos. A partir disso é que dá a concretude do acompanhamento pedagógico.

Os resultados apontados e as discussões tecidas não tratam de procurar culpados pela reprovação escolar: família ou sua ausência, pelo contrário procurou-se estudar este fenômeno a partir de uma ponta do “iceberg” que engloba a temática da reprovação, no caso tentamos compreendê-la sob a ótica da Organização do Trabalho Pedagógico. Desde modo, apontaremos a seguir a proposta de produto educacional adotado a fim de contribuir na operacionalização do trabalho escolar. Vale frisar, que este produto poderá ser auto ajustado para outras realidades sociais que queiram se debruçar a compreender a complexidade do fenômeno da reprovação.

Nesta direção, como desmembramento deste estudo, buscamos desenvolver uma proposta de produto educacional, que possibilite um acompanhamento da vida diária do aluno. Imersos ao mundo das TICs, onde as relações sociais estão se modificando e o ciberespaço se configura como um novo mecanismo de comunicação, interação e diálogo, resolveu-se criar um aplicativo educacional que tem como foco auxiliar, estrategicamente, na Organização do Trabalho Escolar, visando combater os elevados índices de reprovação discente. Konh e Moraes (2007) apontam que as atividades relacionadas com as comunicações foram uma das que mais se beneficiou com a implantação das novas tecnologias.

## **5 O APLICATIVO EDUCACIONAL MADE COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA (RE)ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E MINIMIZAR OS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO**

Neste capítulo apresentaremos o produto educacional (Apêndice A) no qual foi idealizado a partir da investigação a que se propôs esta pesquisa. Neste sentido, o produto desenvolvido se apresenta como uma estratégia pedagógica que auxilia na (re) organização o trabalho da escola, estando pautado no princípio de gestão participativa, que atrelada ao uso das TICs, e tem o intento de minimizar a incidência de alunos reprovados.

A pesquisa em questão teve como objetivo compreender o fenômeno da reprovação escolar a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico no contexto da EPTNM no IFPA – Campus Óbidos. Por se tratar de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito de mestrado profissional, é necessário se construir um produto educacional que atenda às demandas levantadas nesta, com o intuito de proporcionar melhorias à área do ensino, e futuramente possa ser utilizada por outros profissionais.

De acordo com o documento da CAPES, que trata especificamente sobre a área de ensino, no qual os mestrados profissionais se enquadram, pode ser considerado um produto educacional: mídias educacionais, protótipos educacionais, matérias para atividades experimentais, propostas de ensino, materiais textuais, materiais interativos, atividades de extensão, desenvolvimento de aplicativos, organização de evento, programas de rádio e TV, relatórios de pesquisa, patentes e serviços técnicos (BRASIL, 2013).

Moreira (2004) complementa que a pesquisa quando se relaciona a atender as necessidades emergências da realidade vivenciada é tida como uma pesquisa aplicada. Em linhas gerais, a confecção do produto como requisito indispensável à produção científica, no mestrado profissional, serve para aprimorar os processos relacionados ao ato de ensinar e aprender.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, entendemos que o acompanhamento, o diálogo e participação são requisitos essenciais na Organização do Trabalho Pedagógico e quando instituídos, refletem no sucesso acadêmico do aluno. Porém, esses instituintes da OTP somente são concretizados quando os dois elementos da gestão participativa, ou seja, a escola e família assumem suas responsabilidades no processo de formação contínua do aluno.

Partindo desta premissa, o nosso produto educacional foi idealizado para atender seguinte a finalidade: (re) organizar o trabalho da escola, a partir do uso das TICs, a fim de minimizar os índices de reprovação escolar.

Em um momento no qual a cultura e os valores da sociedade estão mudando, exigindo novas formas de acesso ao conhecimento, a tecnologia é uma realidade que traz inúmeros benefícios e, quando incorporada ao processo de ensino aprendizagem, proporciona novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender e assim continuar garantindo a formação de cidadãos críticos, criativos e dinâmicos (OLIVEIRA; MOURA; SOUSA, 2015).

Neste sentido, para que a escola continue a cumprir com sua missão de educar, é necessário que ela inove nas suas formas de realizar seu trabalho pedagógico, já que conforme Oliveira, Moura e Sousa (2015) com o avanço da ciência e o surgimento da cibercultura se ressignificou o papel da escola, do educador e do aluno perante a tecnologia.

Santos, Scarabotto e Matos (2011) asseveram que os estudantes hoje têm acesso a uma infinidade de recursos tecnológicos, os quais influenciam o seu modo de estudar, de aprender, pesquisar e perceber sua cultura e seu mundo, e por isto a escola precisa (re) organizar suas práticas a fim de garantir o aprendizado a esses nativos de digitais<sup>14</sup>, ao passo que precisa dar suporte aos imigrantes digitais<sup>15</sup> (SANTOS; SCARABOTTO; MATOS, 2011).

Em meio a este processo de transformação social, com o fomento ao uso das TICs, e se propondo a dar conta de resolver problemas educacionais antigos como a reprovação escolar, surge à ideia de construção do aplicativo educacional como um instrumento de gestão escolar. Por este caminho, o aplicativo educacional, ao passo que pretende fomentar ações de gestão compartilhada e contribuir para o processo de aprendizagem do estudante, buscou se inserir no contexto dos nativos e dos imigrantes digitais, nos quais são: os alunos, os educadores e a família.

O aplicativo tem como finalidade proporcionar um acompanhamento pedagógico interativo, versátil e dinâmico aos alunos do IFPA-Campus Óbidos, e se estrutura como um mecanismo de ação que visa fomentar a participação dos pais na vida escolar do seu filho. Neste sentido, o objetivo primordial do aplicativo é possibilitar uma comunicação ativa entre a escola e a família.

Resumidamente, o protótipo desenvolvido configura-se como uma ferramenta tecnológica que traz à tona a possibilidade de (re) organização do trabalho da escola sobre a perspectiva de gestão participativa vinculada ao uso das TICs, amparadas nos conceitos de

---

<sup>14</sup> O termo “nativos digitais” foi adotado por Palfrey e Gasser no livro *Nascidos na era digital*. Refere-se àqueles nascidos após 1980 e que tem habilidade para usar as tecnologias digitais. Eles se relacionam com as pessoas através das novas mídias, por meio de blogs, redes sociais, e nelas se surpreendem com as novas possibilidades que encontram e são possibilitadas pelas novas tecnologias (SANTOS; SCARABOTTO; MATOS, 2011).

<sup>15</sup> São aqueles que não se enquadram no grupo de nativos digitais, mas precisam conviver e interagir com esses nativos e, além disso, precisam aprender a conviver em meio a tantas inovações tecnológicas, são os chamados imigrantes digitais (SANTOS; SCARABOTTO; MATOS, 2011).

aprendizagem móvel.

Para elucidar todo o processo de construção do produto educacional, bem como, as bases teóricas o que sustentam, este capítulo está organizado em 04 partes na qual nos delimitaremos em apresentar o aplicativo MADE, trazendo o máximo de informações possíveis para que o leitor compreenda todo o processo de criação desse até a sua validação.

Vale frisar que o processo de elaboração do produto contou com a colaboração de estudantes do 3º ano do Curso Técnico de Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio do IFPA - Campus Óbidos, egresso do Curso Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática do mesmo campus, dos participantes da pesquisa, bem como professores da EPTNM, pais/responsáveis de alunos do Ensino Médio Integrado, os próprios alunos do Ensino Médio Integrado que participaram das rodadas pedagógicas e entrevistas até sua validação final.

### **5.1 A Aprendizagem Móvel como uma Possibilidade para (Re) organizar o Trabalho Escolar**

Para justificar o desenvolvimento do nosso aplicativo, como ferramenta de comunicação interativa, que surge como uma possibilidade para (re) organizar o trabalho da escola, e assim impulsionar e ressignificar a interação entre escola e família, utilizamos os fundamentos teóricos metodológicos da Aprendizagem Móvel (AM) apresentados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2013) - na qual fomenta o uso da TICs na área da educação (ROSA; AZENHA, 2015).

De acordo com Freitas e Duarte Filho (2018) a aprendizagem móvel, também conhecida como *mobile learning* ou *m-learning*, é um ramo da TICs na educação e tem como objetivo propiciar a acessibilidade a informações e conhecimentos a qualquer hora e lugar, utilizando aparelhos eletrônicos, digitais, portáteis, com acesso à internet e aspectos multimídias, como os smartphones.

Neste sentido, Santos e Ramos (2016) definem a aprendizagem móvel como aquela caracterizada pelo uso de tecnologias digitais, facilmente transportáveis, geralmente de propriedade e controlada por um indivíduo. A Aprendizagem Móvel facilita um grande número de tarefas, particularmente aqueles relacionados à comunicação, permite a conexão com várias pessoas, o acesso a recursos educacionais, criar conteúdo dentro e fora da sala de aula, além de contribuir com para uma administração eficaz da escola.

Partindo dessa premissa, têm-se que a Aprendizagem Móvel surge como um

mecanismo facilitador que favorece a comunicação entre a escola e a família. Pimentel e Feitoza (2017) afirmam que na contemporaneidade o aparelho de telefone móvel vem alcançando novos formatos, ganhando outros olhares sobre a capacidade de contribuir de forma interativa, objetiva e estratégica para a aprendizagem, como recurso pedagógico inovador à prática educativa.

Ainda de acordo com Pimentel e Feitoza (2017) o uso das tecnologias móveis como favorecedoras da ação educativa, se configura numa interface capaz de auxiliar o trabalho pedagógico da escola. Dessa forma, a AM se estabelece como uma estratégia que facilita o trabalho da escola, e por isso não pode ser deixada de lado na dinâmica escolar. Para os supracitados autores, a AM, necessariamente, deve estar orientada a fim de se alcançar um objetivo comum. No nosso caso, o intuito é de utilizarmos os conceitos de AM é minimizar a incidência de reprovações.

Ainda segundo Pimentel e Feitoza (2017), nos últimos anos, a Aprendizagem Móvel tem avançado na área da educação e impactado positivamente as escolas e os cidadãos, com a superação de obstáculos educacionais como: os financeiros, de locomoção, de tempo, de gestão e de espaço físico, por meio de um ensino aprendizagem mais dinâmico e acessível. Por esta ótica, temos que o App MADE, como recurso tecnológico e ferramenta pedagógica, contribui para a aproximação dialógica entre a escola e a família, a fim de auxiliar no processo de ensino aprendizagem, visando o sucesso acadêmico discente.

Dentre as principais vantagens do App MADE temos: a interatividade entre família e escola, permite o acompanhamento pedagógico discente, auxilia na concretude do ideal de ensino crítico, transformador e de qualidade. Assim, esperamos que a utilização do aplicativo tanto pela escola, quanto pela família traga à tona uma experiência significativa que auxilie positivamente no processo de formação acadêmica e vida do aluno.

## **5.2 Conhecendo Meu Aplicativo Educacional – MADE**

O aplicativo MADE é uma ferramenta de comunicação que visa propiciar a participação, o diálogo e acompanhamento pedagógico de forma interativa, dinâmica e versátil, buscando realizar um *feedback* entre a escola e a família de modo que se reduza os indicativos de reprovação escolar na EPTNM.

Coadunando com os objetivos da nossa pesquisa, o MADE foi constituído para atender 4 (quatro) perfis de usuários distintos, sendo eles: perfil de usuário pai/responsável; perfil de usuário docente, perfil de usuário aluno, perfil de usuário equipe pedagógica, este

último perfil engloba a equipe de gestão e de coordenação da escola. Pontua-se que para cada perfil de usuário existe um quantitativo de ferramentas disponíveis. No perfil do pai/responsável do aluno temos 06 (seis) ferramentas, para o perfil aluno tem-se 06 (seis), para o perfil docente contamos com 03 (três) instrumentos disponíveis e para a equipe de 06 (seis) ferramentas.

Nos itens abaixo, apresentaremos as características gerais do aplicativo e a função de cada ferramenta para que os usuários entendam e usufruam de todos os recursos disponíveis.

### 5.2.1 O logotipo

Como já mencionamos anteriormente, o App MADE tem como função contribuir para o processo organizativo da escola, redimensionando o trabalho escolar a partir da utilização das TICs neste processo. Neste sentido, o MADE busca fomentar um diálogo mais próximo entre família e escola no intuito de reduzir os indicativos de reprovação e consequentemente conduzir o aluno para uma formação acadêmica de sucesso. Partindo deste entendimento, o App está direcionado para materializar os princípios da gestão democrática e consolidar uma formação humana integral.

Buscando expressar essa concepção criamos o logotipo com as seguintes especificações e significados:

- a) no centro aparece uma figura de um celular, esta imagem representa a abordagem diferente em que a escola pode (re) organizar seu trabalho, sob a perspectiva da aprendizagem móvel. Logo acima, também centralizado, está uma imagem de um ser humano, cuja em sua cabeça tem um capelo. Essa imagem representa o aluno formado, ele é o principal elemento do processo de ensino aprendizagem, pois o aluno é produto social dos esforços que foram direcionados para a sua formação, tanto da escola quanto da família.
- b) considerando que o sucesso do aluno não depende somente da sua vontade, mas está atrelada a participação de outros agentes como a escola e a família, temos que as linhas simbolizam a interconectividade entre estes dois elementos que compõem a escola. Assim, as linhas representam o diálogo, a participação, o acompanhamento, enfim é onde ocorre o *feedback* entre todos os envolvidos no processo de formação do aluno.
- c) os desenhos dos seres humanos conectados pelas linhas ao aluno representam o processo dialético que deve existir na escola, entre seus membros, buscando

sempre como objetivo primordial, a superação de um dos principais problemas educacionais, a reprovação escolar, garantindo assim, a formação humana Integral do discente.

A Figura 3 buscar apresentar todas as significações especificadas acima.

Figura 3 - Logotipo do Aplicativo MADE



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

### 5.2.2 Informações técnicas

O desenvolvimento do produto educacional ocorreu em duas partes: O desenvolvimento Web e o desenvolvimento Mobile (aplicativo). Resumidamente, para o nosso produto, a aplicação Web serve para alimentar o sistema do aplicativo com a introdução de tabelas, imagens e arquivos, onde foi criando um administrador de aplicativo para atender essa finalidade. A aplicação mobile é onde ocorre todo o processo de comunicação entre os usuários, permitindo à troca de informações instantâneas, e o acesso às informações inseridas pelo administrador do aplicativo.

Para o desenvolvimento do aplicativo (mobile) foi utilizado a ferramenta Android Studio. O Android Studio é um ambiente de desenvolvimento integrado desenvolvido pelo Google e utilizado para a criação de aplicativos nativos para o sistema operacional Android. O

Android Studio é disponibilizado gratuitamente sob a licença Apache 2.0. “A linguagem de programação utilizada para a construção do aplicativo foi a linguagem Java.” (MONTEIRO, 2014, p. 3).

O Java script é uma linguagem de programação que permite criar conteúdo que se atualiza dinamicamente, controlar multimídias, imagens animadas. Esta linguagem permite implementar itens complexos em páginas web toda vez que essa faz mais do que simplesmente mostrar uma informação estática mostrando conteúdo que se atualiza em um intervalo de tempo, como mapas interativos ou gráficos animados (BALDUINO, 2014).

O banco de dados utilizado foi o MySQL, que utiliza a Linguagem Consultada Estruturada (SQL). O MySQL é o banco de dados onde guardamos informações em estruturas no estilo de tabelas, sendo que cada linha da tabela é um novo registro. “É em bancos como o MySQL que os sites de notícias, redes sociais etc. guardam suas informações para que depois sejam recuperadas e exibidas nas páginas.” (BENTO JÚNIOR, 2014, p. 4).

Para o desenvolvimento da aplicação web, utilizamos as seguintes linguagens: CSS, PHP e HTML. O CSS<sup>16</sup> é uma linguagem de programação que especifica o layout de páginas da web. Usado para estilizar elementos escritos em uma linguagem de marcação como HTML, ele separa o conteúdo da representação visual do site. É utilizado na parte da decoração da página. Com CSS é possível alterar a cor do texto e do fundo, fonte e espaçamento entre parágrafos. Também podemos criar tabelas, usar variações de layouts, ajustar imagens para suas respectivas telas e assim por diante.

O PHP é uma ferramenta que possibilita o pré-processamento de páginas HTML. Dessa forma, o PHP consegue alterar o conteúdo de uma página, antes de enviá-la para o navegador, ou mesmo criar uma página nova a cada requisição. Além disso, ele também permite capturar entradas de dados do usuário, como formulários e outras formas de interação. (BENTO JÚNIOR, 2014).

HTML, <sup>17</sup>suscintamente explicando esta linguagem, define o conteúdo de páginas da web, portanto é uma das linguagens que se utiliza para desenvolver websites. Em português significa Linguagem de Marcação de Hipertexto. O HTML é a linguagem base da internet.

### 5.2.3 Entendendo as ferramentas

---

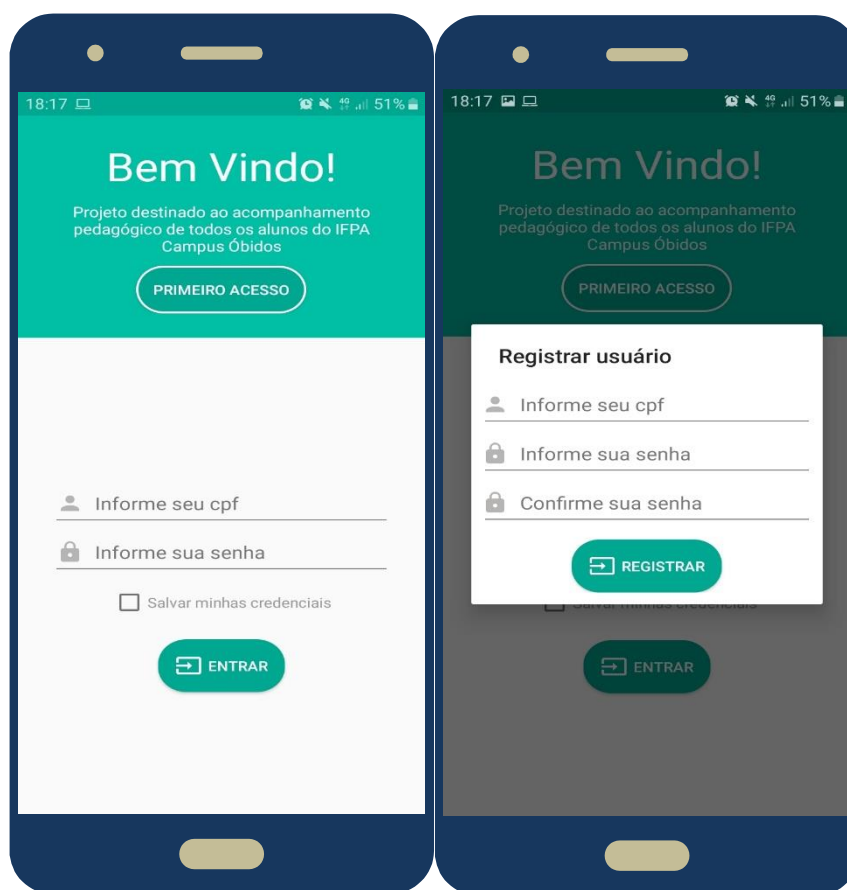
<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.w3schools.com/js/default.asp>. Acessado em 05/07/2019.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.w3schools.com/js/default.asp>. Acessado em 05/07/2019.

### 5.2.3.1 Cadastro do perfil do usuário

Através desta ferramenta o usuário iniciará o uso do aplicativo. Após fazer o download em seu *smartphone*, e assim que abrir o aplicativo, o usuário deverá clicar no Menu **Primeiro Acesso**, conforme Figura 4 e inserir algumas informações para efetuar seu cadastro. Após isso, será aberta uma janela para que o usuário possa ser registrado no nosso banco de dados, deste modo deverá inserir as seguintes informações: Cadastro de Pessoa Física (CPF) e senha que deverá ser pessoal e intrasferível. Ao preencher os campos necessários, o usuário deverá clicar no botão **Registrar**, para que seus dados sejam armazenados com sucesso na nossa plataforma.

Figura 4 - Telas de acesso do App MADE



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

Finalizada essa etapa, automaticamente, o aplicativo direcionará o usuário para a tela de login. Nessa tela o usuário deverá inserir suas credenciais já registradas quando se cadastrou no primeiro acesso. Após inserir seu CPF e senha, o usuário terá acesso ao **Menu**

**Inicial** de acordo com o seu perfil de usuário. Lembrando que o MADE tem 4 perfis de usuários diferentes: perfil docente, perfil pai/responsável, perfil aluno e perfil equipe pedagógica, deste modo a tela inicial é personalizada para atender as demandas de cada perfil. A seguir discriminaremos cada perfil de usuário separadamente.

Frisamos que as informações fornecidas serão protegidas pela política de privacidade pela empresa desenvolvedora e apenas a pesquisadora terá acesso aos dados para fins de pesquisa.

#### 5.2.3.2 *Perfil do usuário: Pai/Responsável*

**a) Tela Inicial:** Essa tela é destinada a visualização de todas as ferramentas que estão disponíveis no perfil do usuário selecionado.

A tela inicial do perfil Pai/Responsável é denominada de **Área do responsável**, onde constam os dados como nome e e-mail do usuário. Além disso, temos o endereço da residência que foi automaticamente extraído do nosso sistema institucional. Logo após tem a identificação do dependente escolar do pai/responsável. Caso o usuário pai/responsável que tenha mais de um dependente que estuda na escola, automaticamente ele aparecerá nesta tela de acesso. Entretanto, para realizar o acompanhamento discente de cada filho, o usuário pai/responsável deverá selecionar e clicar no nome do aluno, na qual abrirá a tela de detalhes.

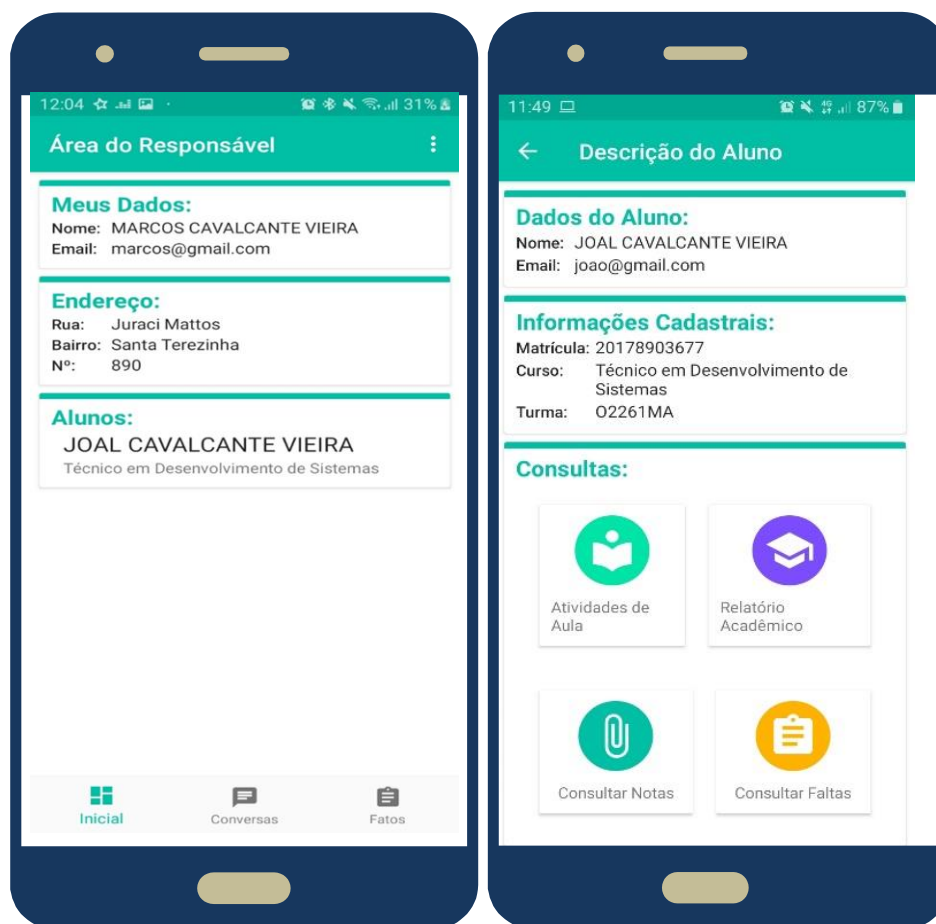
**b) Tela de detalhes:** A tela de detalhes funciona como um filtro. Nela constam dos dados do discente, as informações gerais, bem como o número de matrícula, o curso e a turma do estudante, além do ícone **Consultas**.

Na aba de consultas o usuário responsável pelo discente acompanha diariamente toda a vida acadêmica do aluno, pois nesta função estará disponível às atividades de aula e para casa que foram deixadas pelo professor, na qual estará discriminada pontualmente sobre a quantidade de atividades cadastrada por disciplina, assunto da tarefa, pontuação e data de cadastro e de entrega da atividade.

Além disso, existe a possibilidade que permite ao usuário responsável do aluno consultar as notas e verificar as faltas discentes clicando nos ícones **Consultar Notas e Consultar Faltas**. Nestes itens serão disponibilizados os levantamentos de faltas e notas gerados através de relatório pelo sistema Institucional para fins de acompanhamento pedagógico e de manutenção de auxílio estudantil. Existe também o ícone **Relatório Acadêmico**. Esta função está disponível para o pai/responsável que queria solicitar um relatório sobre a vida escolar de seu filho.

A tela de Detalhes é uma das mais importantes, pois se obtêm informações diárias sobre a vida acadêmica do estudante. Esta ferramenta possibilita o acompanhamento de todo o processo escolar do aluno, o que pode auxiliar para evitar ou até minimizar as indecências de reprovações. A Figura 5 apresenta a tela inicial e a tela de detalhes do usuário Pai/Responsável, respectivamente.

Figura 5 - Tela Inicial e Tela de Detalhes do Perfil de Usuário Pai/Responsável



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

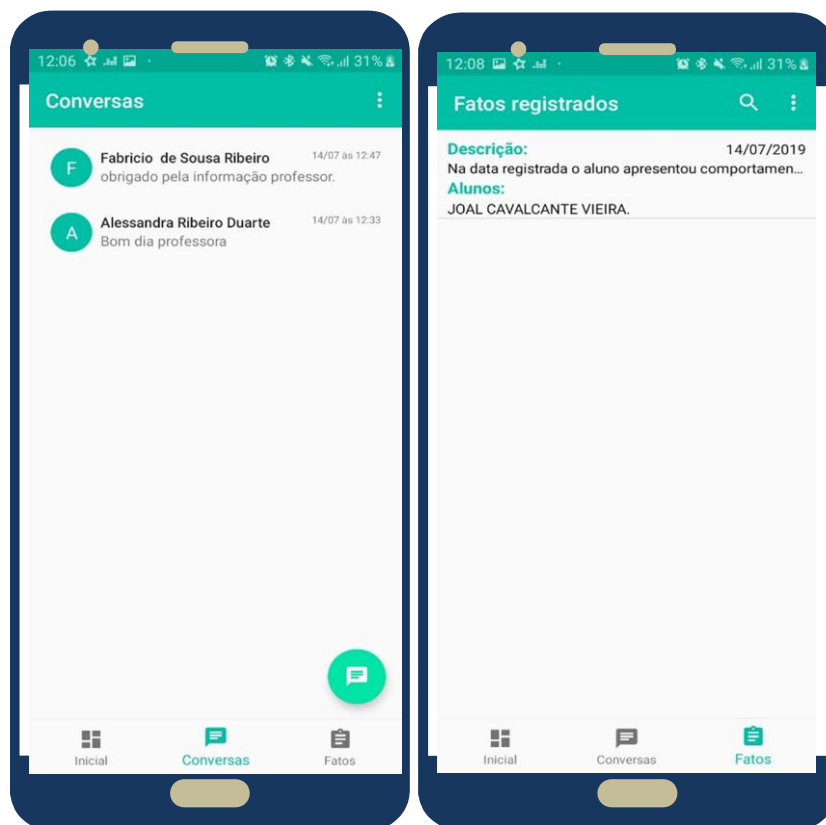
**c) Conversas:** A comunicação escolar envolve professores, alunos e responsáveis e é um importante elemento do processo participativo. Nesta perspectiva, esta ferramenta tem o objetivo de viabilizar a comunicação em tempo real entre os usuários do MADE. O usuário pode se comunicar em tempo real com outros usuários que estão cadastrados no aplicativo. As mensagens ficaram gravadas na caixa de mensagem do usuário. Vale destacar que nesta ferramenta o usuário terá garantida a privacidade de sua conversa. (Figura 6)

**d) Fatos:** Nesta tela serão disponibilizadas as informações de tudo o que o aluno fizer na escola, incluindo advertências, as faltas, e todas as informações que se fizerem necessárias para que o pai/responsável fique ciente da vida escolar de seu filho. Neste campo estarão

cadastrados todos os eventos de todos os alunos que estão sobre a tutela do pai/responsável. Esta ferramenta funcionará como um e-portfolio do aluno. (Figura 6)

e) **Sobre:** Informa sobre a construção do Aplicativo MADE, seus objetivos e finalidades.

Figura 6 - Telas de Conversas e Tela de Fatos



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

### 5.2.3.3 Perfil do usuário: Aluno

Para o usuário Aluno ter acesso à tela inicial ao seu perfil de Usuário é necessário validar as credenciais de acesso que estão descritas no item 5.2.3.1, conforme ilustrados na Figura 4, após isso o usuário terá acesso à tela inicial do MADE.

**Tela Inicial:** a tela inicial está denominada como **Área do aluno**. Nesta seção estão disponíveis os dados pessoais e acadêmicos do discente.

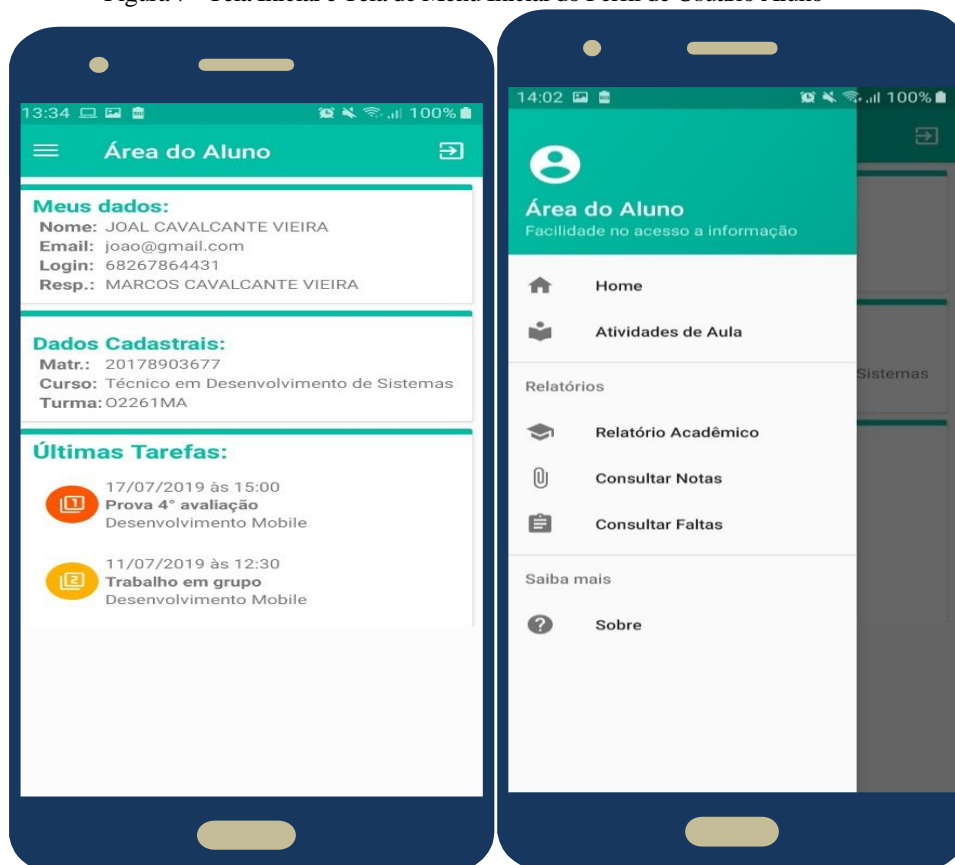
Além disso, no campo **Últimas Tarefas** estarão disponíveis para visualização todas as atividades acadêmicas cadastradas pelos professores com datas previamente agendadas para serem entregues. Esta aba é onde o usuário aluno pode interagir com o sistema MADE. As tarefas cadastradas ficarão em ordem cronológica de cadastro, da mais recente para a mais antiga. Ao clicar na tarefa de seu interesse ele terá acesso a **Descrição da Atividade** na qual apresentará detalhadamente todos os dados da atividade cadastrada. O usuário ainda pode

pesquisar a atividade desejada utilizando a **Barra de Pesquisa** que fica no topo da tela inicial.

**Menu Inicial:** essa tela é destinada a visualização de todas as ferramentas que compõem o aplicativo, através dela o usuário tem a possibilidade de acessar a tela de seu interesse, apenas clicando no ícone ou no próprio nome da ferramenta. A figura 7 mostra a Tela e o Menu Inicial do perfil de usuário discente:

- Home: direciona o aluno para a tela Inicial;
- Atividades de Aula: mostra todas as atividades de aula por disciplina detalhadamente;
- Relatório Acadêmico: essa opção tem como objetivo disponibilizar informações individuais de cada aluno quando solicitado pelo Pai/responsável ao Setor Pedagógico.
- Consultar Notas: permite Acesso às notas para fins de acompanhamento pedagógico e de Manutenção de auxílio estudantil;
- Consultar Faltas: será disponibilizado o relatório de faltas bimestrais gerados através de relatório pelo sistema Institucional para fins de acompanhamento pedagógico e de Manutenção de auxílio Estudantil;
- Sobre: informa sobre a construção do Aplicativo MADE, seus objetivos e finalidades.

Figura 7 - Tela Inicial e Tela de Menu Inicial do Perfil de Usuário Aluno



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

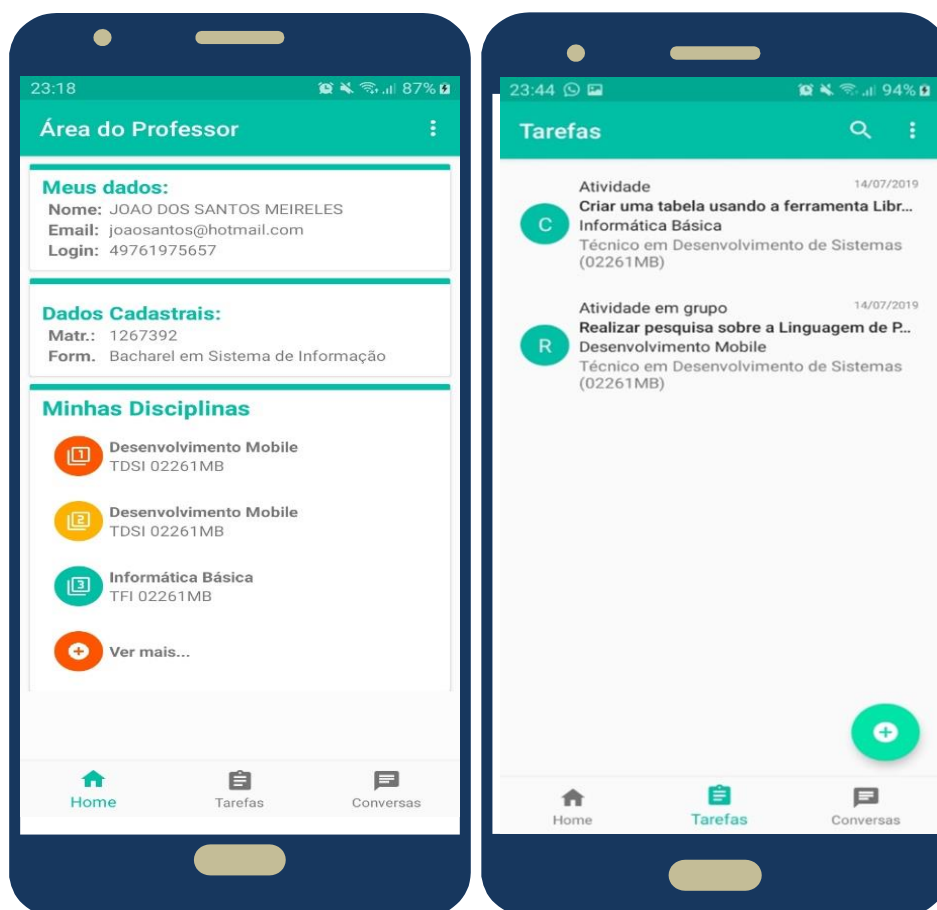
#### 5.2.3.4 Perfil de usuário: Docente

Para o usuário Docente ter acesso à tela inicial ao seu perfil de usuário é necessário validar as credenciais de acesso que estão descritas no item 5.2.3.1, conforme ilustrados na Figura 4, após isso o usuário terá acesso à tela inicial do MADE (Figura 8).

**a) Tela Inicial:** esta tela encontra-se denominada como **Área do Professor**. Nesta seção estão disponíveis para visualização os dados pessoais e funcionais do docente. Além disso, no campo **Minhas Disciplinas** estarão cadastradas todas as disciplinas ministradas pelo referido professor, contendo a identificação da turma e do Curso.

**b) Tarefas:** na opção tarefas o professor acompanha as atividades já cadastradas por eles, e também cadastra as atividades grupais, individuais, avaliativas ou não, por turma, curso e disciplina, com pontuação ou não, além de poder agendar a data de entrega da atividade, pois o MADE sugere essa opção. Além disso, esta ferramenta permite ao docente descrever detalhadamente o assunto da tarefa.

Figura 8 - Tela Inicial e Tela de Tarefas do Perfil de Usuário Docente

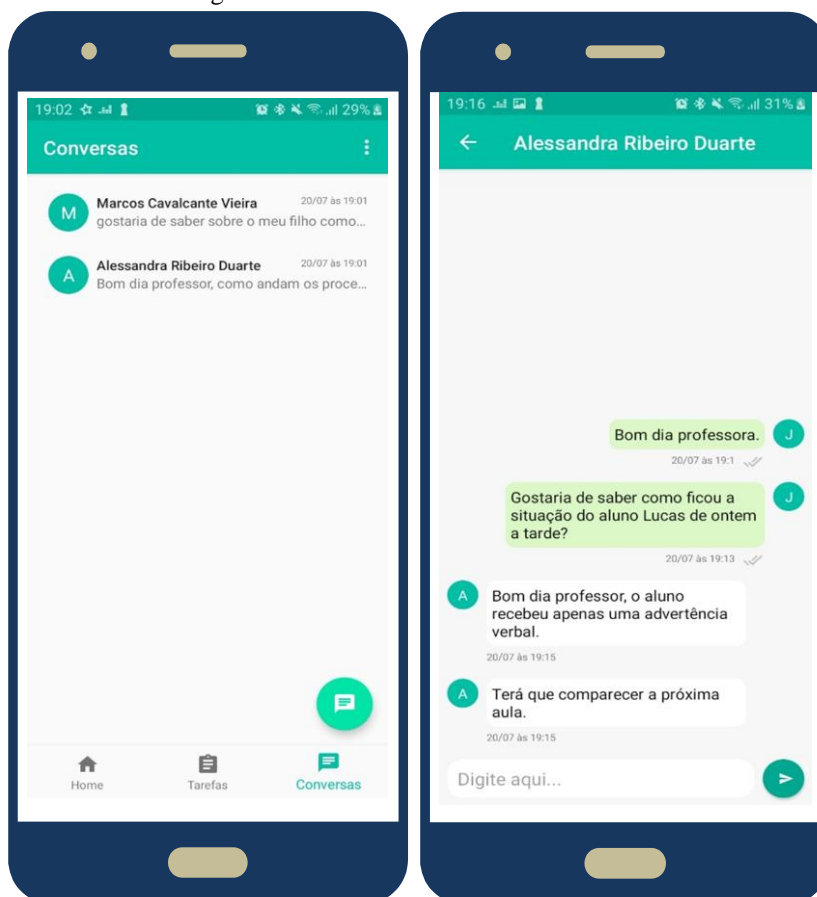


Fonte: Aplicativo MADE (2019).

O professor tem a possibilidade de adicionar, editar ou apagar qualquer tarefa. Vale frisar que, o educador, ao realizar o cadastro de qualquer atividade, esta ficará disponível em todos os perfis: pais, alunos, e equipe pedagógica para devido acompanhamento pedagógico discente. Assim, como a Figura 8, ao exibir as principais telas do Perfil de Usuário Docente.

**c) Conversas:** A comunicação escolar envolve professores, alunos e responsáveis é e um importante elemento do processo participativo. Nesta perspectiva, esta ferramenta tem o objetivo de viabilizar a comunicação entre os usuários do MADE. O usuário pode se comunicar em tempo real com outros usuários que estão cadastrados no aplicativo. As mensagens ficaram gravadas na caixa de mensagem do usuário. Vale destacar que nesta ferramenta o usuário terá garantida a privacidade de sua conversa (Figura 9).

Figura 9 - Tela de Conversas do Usuário Docente



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

#### 5.2.3.5 Perfil de usuário: Equipe Pedagógica

Para o usuário da Equipe Pedagógica ter acesso à tela inicial ao seu perfil de usuário é

necessário validar as credenciais de acesso que estão descritas no item 5.2.3.1, conforme ilustrados na Figura 4, após isso o usuário terá acesso à tela inicial do MADE.

a) **Tela Inicial:** o acesso à tela inicial do perfil Equipe Pedagógica é denominado de pedagógico (Figura 10). Nesta tela consta a identificação do Usuário com nome e e-mail. Logo abaixo, existem quatro ferramentas que estão disponíveis tanto para cadastro de informações quanto para consulta. Todas elas servem para que a equipe de gestão e Coordenação da escola possa acompanhar todo o processo formativo escolar do aluno.

A ferramenta **Alunos** possibilita identificar todos os alunos que estão cadastrados no aplicativo. Além disso, permite o acompanhamento pedagógico individual de cada um deles. Ao clicar no nome do aluno será aberto **Detalhes do Aluno**, nesta opção teremos todas as informações necessárias sobre sua vida escolar.

Esta ferramenta funciona como um filtro. Nela constam dos dados do discente, as informações gerais, bem como o número de matrícula, o curso e a turma que ele estuda, além da opção **Relatórios**. Neste tópico estão disponíveis 6 ferramentas que a equipe de gestão e coordenação escolar tem acesso às informações individuais.

- Tarefas Cadastradas: Estarão disponíveis para visualização da equipe escolar todas as tarefas cadastradas para aquele aluno por disciplina, que estarão distribuídas em ordem de cadastro, ou seja, da mais recente para a mais antiga;
- Fatos: Estão disponíveis para consulta todos os fatos e acontecimentos envolvendo o aluno durante seu percurso escolar na instituição. Esta ferramenta funcionará como um e-portfolio do aluno.
- Consultar Notas: Será realizada a inserção dos levantamentos bimestrais de rendimento acadêmico para fins de acompanhamento pedagógico e de Manutenção de auxílio estudantil;
- Consultar Faltas: Será disponibilizado relatório de faltas bimestrais gerados através de relatório pelo sistema Institucional para fins de acompanhamento pedagógico e de Manutenção de auxílio Estudantil;
- Relatório Acadêmico: Essa opção tem como objetivo disponibilizar informações individuais de cada aluno quando solicitado pelo Pai/responsável ao Setor Pedagógico. Funcionará como um e-portfolio;
- A ferramenta Fatos: Possibilitará o cadastro pela Equipe Pedagógica de todos os fatos e acontecimentos envolvendo o aluno durante seu percurso escolar na instituição. Esta ferramenta funcionará como um e-portfolio;

A ferramenta **Cursos** permite a gerencialização de todos os cursos cadastrados no aplicativo. Ao clicar no curso é possível ter acesso à aba **detalhes do curso**, na qual mostrará a quantidade de turmas cadastradas para aquele curso, vem como as disciplinas por turma.

Na ferramenta **Professores** permite-se a gerencialização de todos os docentes cadastrados no aplicativo, bem como, é possível visualizar todas as atividades cadastradas pelo professor por disciplina. A figura 10 apresenta a tela inicial do Perfil de Usuário Equipe Pedagógica.

Figura 10 - Tela Inicial do Perfil de Usuário Equipe Pedagógica.



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

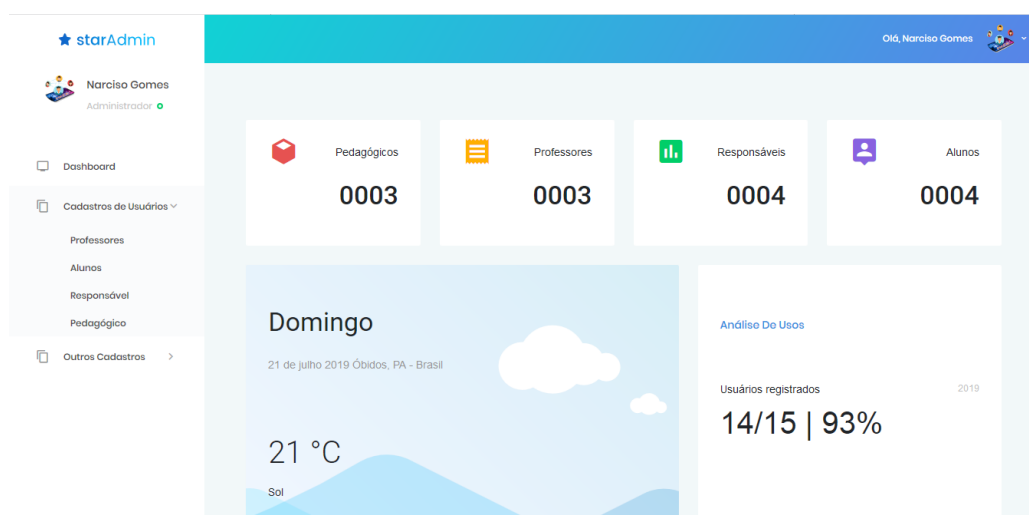
**b) Conversas:** A comunicação escolar envolve professores, alunos e responsáveis, sendo um importante elemento do processo participativo. Nesta perspectiva, esta ferramenta tem o objetivo de viabilizar a comunicação em tempo real entre os usuários do MADE. O usuário pode se comunicar em tempo real com outros usuários que estão cadastrados no aplicativo. As mensagens ficaram gravadas na caixa de mensagem do usuário. Vale destacar que nesta ferramenta o usuário terá garantida a privacidade de sua conversa.

### 5.3 O Processo de Alimentação do Produto

Para gerenciamento das informações do aplicativo foi construído um sistema Web utilizando PHP. PHP: Hypertext Preprocessor é uma linguagem de programação de licença livre e bastante utilizada para construir aplicações que executam do lado do servidor.

Por meio desse sistema é possível realizar o gerenciamento, distribuição e controle de informações e usuários do aplicativo (Figura 11). Esta aplicação lida com as regras de negócios e gerencia todo o tráfego de informações do aplicativo mobile a fim de deixá-lo sabendo somente aquilo que lhe é permitido.

Figura 11 - Tela Inicial do Sistema de Gerenciamento do Aplicativo



Fonte: Aplicativo MADE (2019).

### 5.4 Da Aplicação e Validação do Produto Educacional

#### 5.4.1 Da aplicação do produto

Para iniciar nossas considerações sobre a aplicação do produto primeiramente destacamos o processo de construção. O processo de elaboração e desenvolvimento do *software* durou cerca de 18 meses e iniciou em janeiro de 2018 com término em junho de 2019. O MADE foi desenvolvido por um grupo de alunos e egresso do IFPA-Campus Óbidos, que contou com a orientação de um professor especialista na área da Informática do próprio campus.

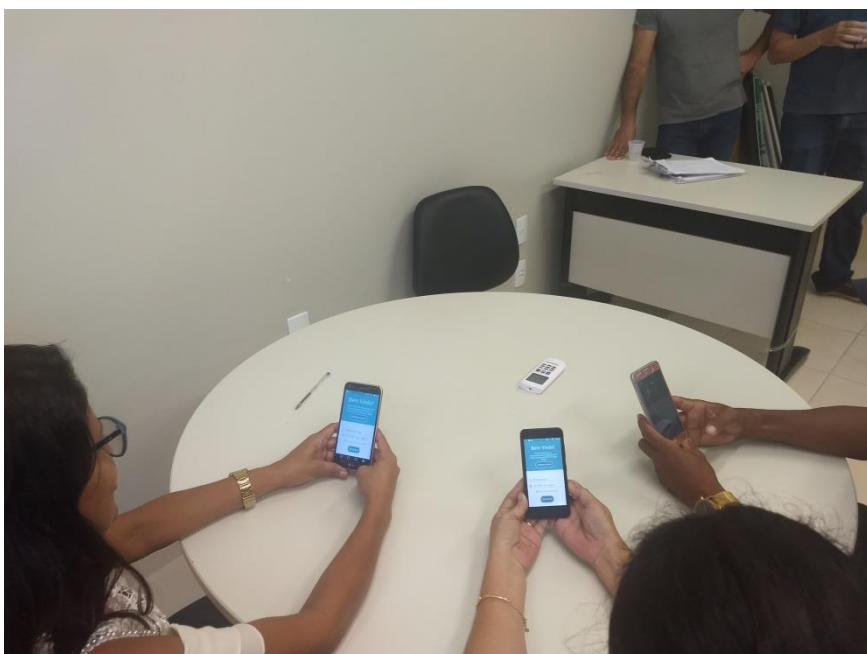
Para dar conta de criar um aplicativo educacional que contribuísse para o processo de ensino aprendizagem dos alunos do Ensino Médio Integrado, dividimos o grupo de alunos em

duas equipes: a equipe 1 ficou responsável pelo desenvolvimento da aplicação web do MADE e a equipe 2 ficou designada para desenvolver a aplicação mobile.

Após esses um ano e seis meses de trabalho colaborativo, realizamos a aplicação do produto educacional, na qual ocorreu no IFPA - Campus de Óbidos, no Laboratório de Informática, na data do dia 20 de junho de 2019. A aplicação durou em média 3 horas, pois aplicamos com todas as categorias de sujeitos conjuntamente.

O encontro para a aplicação do MADE dividiu-se em três momentos de aplicação. Primeiramente realizou-se a aplicação com os pais/responsáveis, em seguida com os alunos e por último aplicamos com o grupo de docentes. A Fotografia 1 mostra o momento de aplicação com a categoria de Pais/Responsáveis.

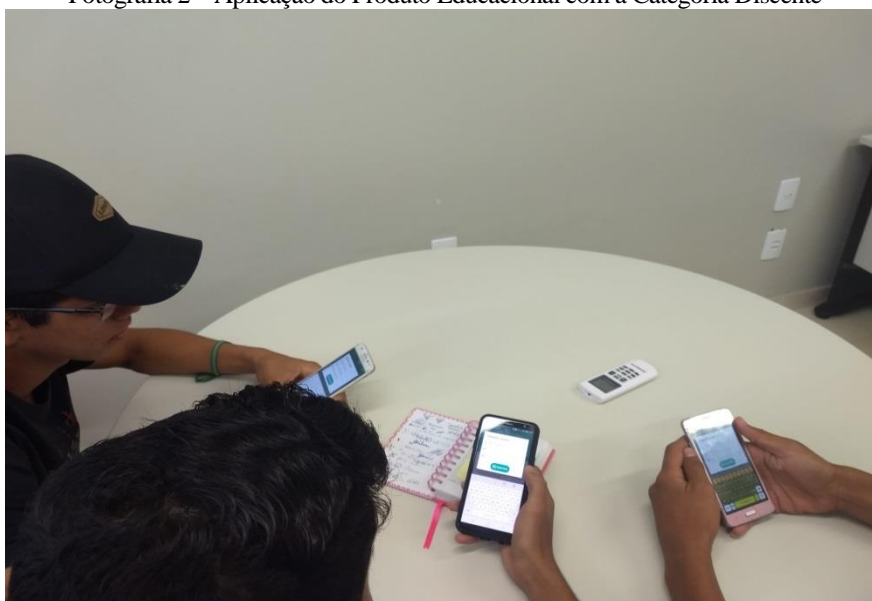
Fotografia 1 – Aplicação do Produto com a Categoria de Pais/Responsáveis



Fonte: Autora (2019).

Em seguida passamos a aplicar o produto com a categoria dos discentes. Durante esse processo de validação do App com os alunos, os pais/responsáveis puderam acompanhar o funcionamento da ferramenta no perfil Aluno, uma vez que consideramos necessário que o pai/responsável conheça o que tem disponível no APP MADE para seu filho. A Fotografia 2 exhibe o momento de aplicação com a categoria de alunos.

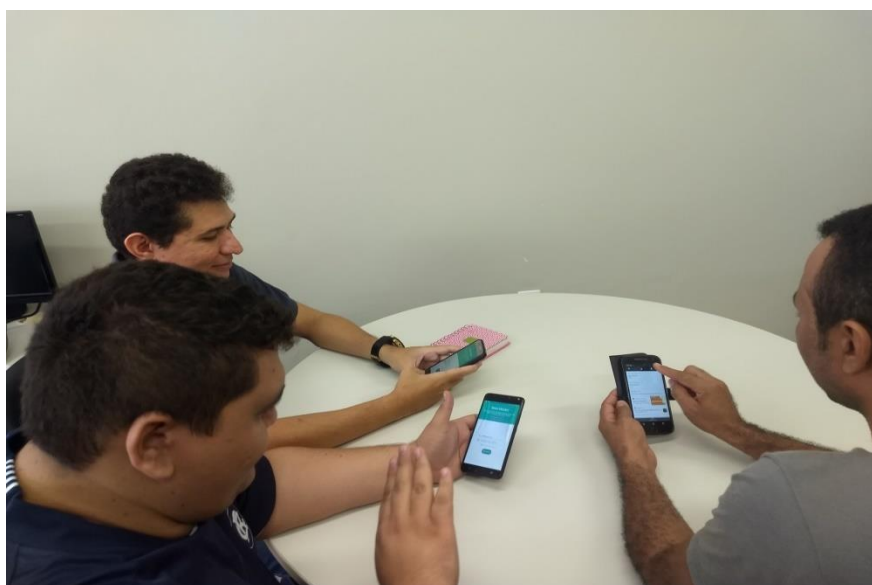
Fotografia 2 – Aplicação do Produto Educacional com a Categoria Discente



Fonte: Autora (2019).

E por último aplicamos o produto com a categoria de docentes (Fotografia 3). Ao final, proporcionamos um momento de interação entre todos por meio de envio de mensagem pela ferramenta chat. Finalizado este momento, ouvimos as contribuições e estipulamos um prazo de 7 (sete) dias para que os usuários pudessem interagir com a plataforma. Ao término do prazo direcionamos, via digital, um formulário de avaliação do produto para que cada participante pudesse fazer suas considerações sobre a ferramenta.

Fotografia 3 – Aplicação do Produto com a categoria docente



Fonte: Autora (2019).

#### 5.4.2 Da validação do aplicativo educacional

Segundo o documento da CAPES (BRASIL, 2013) para validar o produto educacional, os mesmos necessitam passar por uma avaliação de pelo menos duas instâncias deliberativas. Desta forma a validação é item obrigatório para a finalização da pesquisa.

Nesta perspectiva, a primeira validação foi realizada pelos participantes, por meio de um formulário digital, no qual foi enviado a eles assim que expirou o prazo estipulado para exploração da ferramenta. Na organização do formulário dividimos as 11 (onze) questões em 5 (cinco) eixos temáticos, conforme Quadro 10. Cada resposta estava distribuída em 2 (dois) pontos de respostas, onde o 1- representa a resposta SIM e o ponto 2 - representa NÃO. Toda essa estrutura teve o intuito de verificar se o aplicativo atendeu o objetivo proposto. (Apêndice N). Cada eixo temático está direcionado para analisar um objetivo, para que ao final tivéssemos a certeza que o aplicativo seria avaliado na sua totalidade. Desta forma, o formulário ficou estruturado como apresentado no Quadro 10.

Quadro 9 - Eixos Temáticos de Avaliação do Aplicativo MADE

Eixo I- Categoria de Usuário
Objetivo: Identificar o perfil de usuário.
Eixo II- Usabilidade do Aplicativo
Objetivo: Verificar as dificuldades dos Usuários na utilização das ferramentas do aplicativo
Eixo III- Fortalecimento da relação família escola
Objetivo: Identificar se as ferramentas disponíveis promovem a interação ente a escola e a família
Eixo IV- Minimização dos índices de reprovação
Objetivo: Verificar se o aplicativo contribui para o trabalho da escola e auxilia na redução dos índices de reprovação
Eixo V- Sugestões para melhoria do App MADE
Objetivo: Ajustar o aplicativo as possíveis falhas que possam ter surgido

Fonte: Autora (2019).

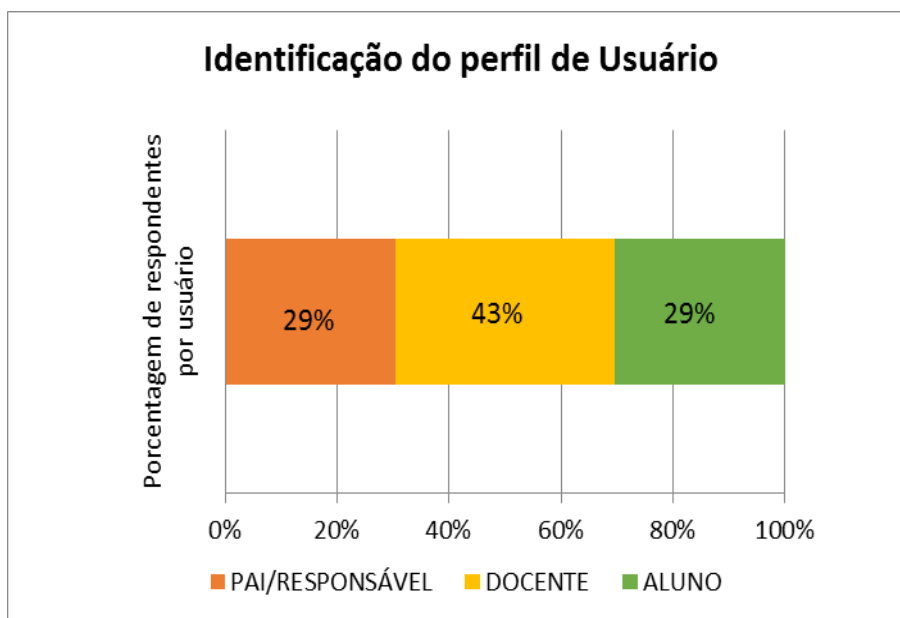
Logo após as informações fornecidas, os dados foram tabulados e dispostos em gráficos. Os resultados da coleta de dados sobre as funcionalidades do aplicativo tiveram o objetivo de validar o app MADE a partir das 05 (cinco) dimensões descritas logo acima. A seguir apresentamos os resultados da avaliação do produto.

No primeiro eixo denominado de Identificação do Usuário, procuramos obter as informações sobre a porcentagem de usuários por categoria que tinham participado do processo de avaliação do aplicativo.

A partir dos dados obtidos, observou-se que a maior participação no processo de avaliação do aplicativo foi pela categoria de usuário Docentes, no qual correspondeu ao total

de 43 %. A categoria aluno e pais/responsáveis ficaram com igual percentual de participação, ou seja, 29% de participação para ambas as categorias, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9 - Porcentagem de Usuários que Participaram da Avaliação do Produto



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Considerando que o ato de avaliar é necessário neste processo e que a participação de todos os segmentos é imprescindível para a validação do MADE, percebemos que a maioria dos usuários das três categorias responderam às perguntas avaliativas, tendo-se uma participação bastante satisfatória por parte destes três segmentos.

No que se refere à avaliação do Eixo II, nossos questionamentos estavam direcionados para saber acerca da Usabilidade do Aplicativo, neste sentido, nosso enfoque foi verificar se os usuários apresentaram dificuldades no uso das ferramentas do aplicativo, a partir da análise de um bloco de questões norteadoras como mostra o Quadro 11, nas quais foram:

Quadro 10 - Diretrizes de Avaliação do Eixo I: Usabilidade do Aplicativo MADE

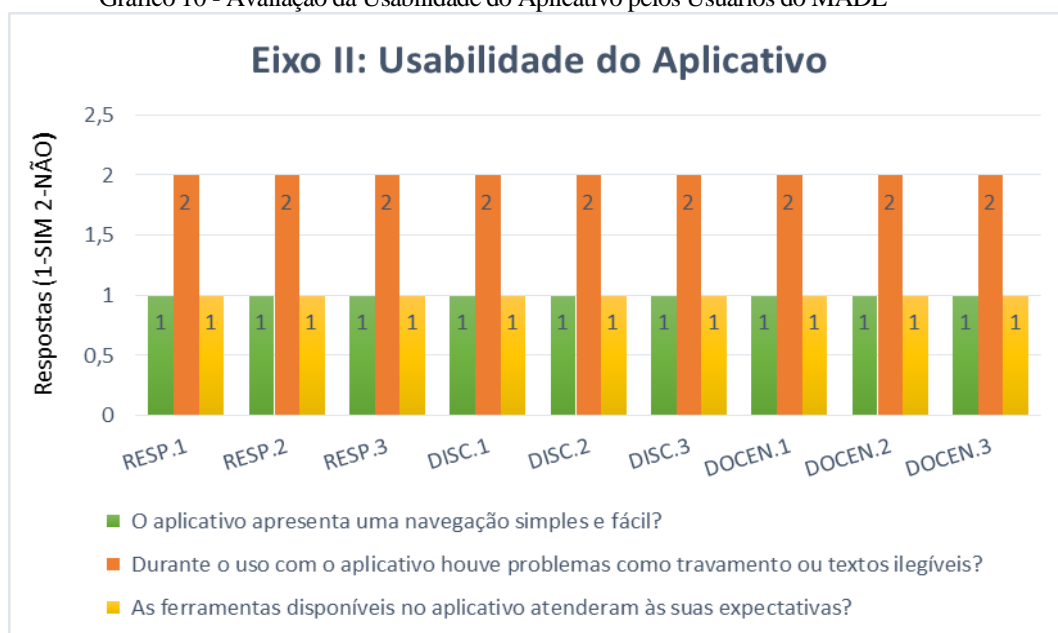
2 – O aplicativo apresenta uma navegação simples e fácil?
3 – Durante o uso com o aplicativo houve problemas como travamento ou textos ilegíveis?
4 – As ferramentas disponíveis no aplicativo atenderam às suas expectativas?

Fonte: Autora (2019).

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 10, evidenciou-se os seguintes resultados: dos 43% usuários da categoria docentes, que responderam as questões desse eixo, todos concordaram que as ferramentas atenderam às suas expectativas, afirmaram que o

aplicativo não apresentou problemas e que o MADE tem uma interface que possibilita uma navegação acessível. Dos 29% de usuários da categoria Pais/Responsáveis e categoria Alunos também informaram que não houve dificuldades na utilização da ferramenta. Disseram que o aplicativo funcionou dentro do esperado e não apontaram que ele apresenta uma interface complexa.

Gráfico 10 - Avaliação da Usabilidade do Aplicativo pelos Usuários do MADE



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Levando em consideração os resultados apresentados, verificou-se que 100% dos usuários dos diferentes perfis não apresentaram dificuldades quanto à usabilidade do aplicativo. Neste sentido, o aplicativo apresentou um alto grau de satisfação pelos usuários, pois permitiu a facilidade de aprendizado pelos indivíduos ao manusear a ferramenta, uma utilização proveitosa, validando o princípio da eficiência deste instrumento tecnológico. Paz e Leite (2017) descrevem que “um sistema com alto grau de usabilidade deve possuir eficiência, eficácia, facilidade de aprendizado, segurança e utilidade, por isso é importante a avaliação dos níveis de qualidade do produto final entregue ao usuário.”

No que tange à avaliação do Eixo III, que trata sobre a utilização do aplicativo MADE como estratégia de fortalecimento da relação família escola, tivemos a intenção de identificar se as ferramentas disponíveis promoveram a interação entre a escola e a família, para isso o eixo contemplou 01 (um) agrupamentos contendo três questões, conforme Quadro 12.

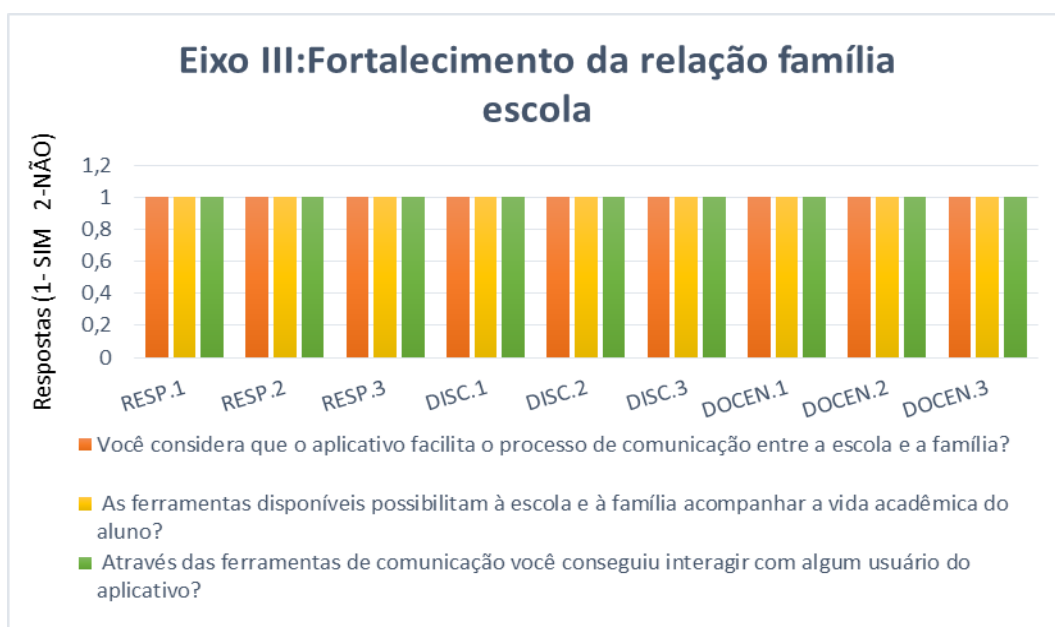
Quadro 11 - Diretrizes Utilizadas para Avaliação do Eixo III

5- Você considera que o aplicativo facilita o processo de comunicação entre a escola e a família?
6- As ferramentas disponíveis possibilitam à escola e à família acompanhar a vida acadêmica do aluno?
7- Através das ferramentas de comunicação você conseguiu interagir com algum usuário do aplicativo?

Fonte: Autora (2019).

Partindo da análise sobre o eixo III, verificou-se que todas as categorias de usuários consideraram que o aplicativo MADE é uma ferramenta indispensável no processo de comunicação entre a escola e família, além disso, todo o universo amostral concordou que através o aplicativo é possível, tanto por parte da família quanto da escola, acompanhar a vida escolar do discente. O Gráfico 11 ilustra esta afirmação.

Gráfico 11 - Avaliação do MADE como uma Ferramenta de Fortalecimento da Relação Família e Escola



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nesta perspectiva, identificamos que as ferramentas disponíveis no aplicativo estão direcionadas para fomentar o processo dialógico entre escola e família. Por este prisma, tem-se que o aplicativo possibilita uma comunicação mais rápida e ativa minimizando as falhas no processo de comunicação aproxima a família da escola permitindo o acompanhamento interativo da vida escolar dos alunos, colaborando efetivamente no rendimento escolar do discente. Assim, comprovou-se a eficiência do MADE nos processos de comunicação entre os diversos usuários, já que o aplicativo escolar possibilitou uma comunicação dinâmica, rápida e de fácil acesso, o que contribuiu para impulsionar o fortalecimento do vínculo entre a escola e família.

Sobre o processo de avaliação do eixo 4, nosso objetivo foi verificar se o aplicativo contribui para o trabalho da escola e auxilia na redução dos índices de reprovação, para isso dispomos de três questões norteadoras que nos permitiu avaliar de maneira ampla, a utilidade do aplicativo como ferramenta estratégica para reduzir os índices da reprovação. O Quadro 13 apresenta as três questões.

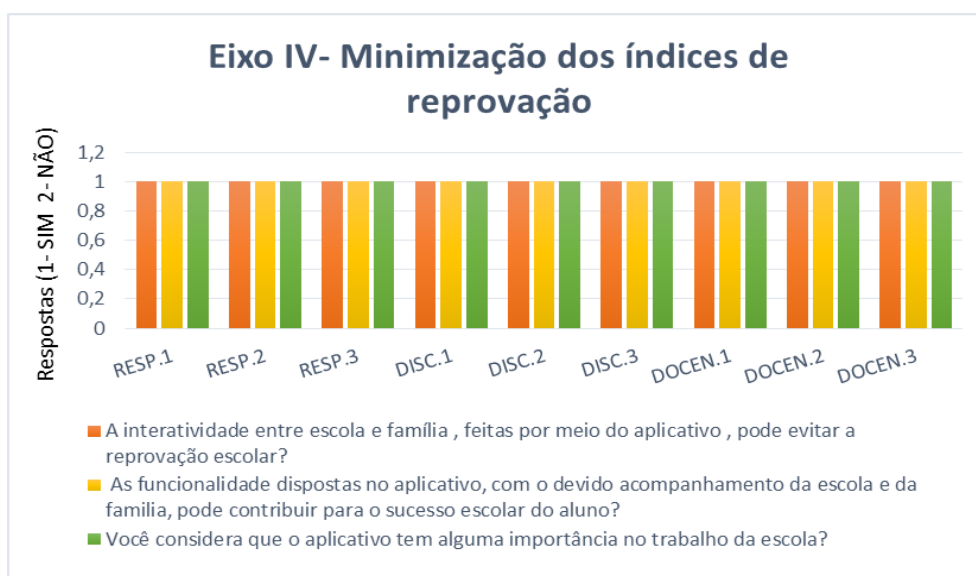
Quadro 12 - Bloco de questões utilizadas para avaliação do Eixo IV

8– A interatividade entre escola e família, feitas por meio do aplicativo, pode evitar a reprovação escolar?
9 – As funcionalidade dispostas no aplicativo, com o devido acompanhamento da escola e da família, pode contribuir para o sucesso escolar do aluno?
10– Você considera que o aplicativo tem alguma importância no trabalho da escola?

Fonte: Autora (2019).

Os dados coletados apresentaram os seguintes resultados: 100% dos usuários respondentes destacaram que através do aplicativo é possível diminuir os índices de reprovação, pois destacaram, concordaram que as ferramentas disponíveis permitem que ambos acompanhem a vida acadêmica diária do aluno e enfatizaram que o aplicativo se constitui como uma importante ferramenta para a concretização desse objetivo. O Gráfico 12 demonstra as informações supracitadas.

Gráfico 12 - Avaliação do MADE como ferramenta estratégica para diminuir os índices da reprovação escolar



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Enveredando por este caminho, temos que o produto MADE é um instrumento pedagógico relevante para a instituição de ensino, na qual pode se valer desta ferramenta como uma estratégia para (re) organizar suas práticas pedagógicas, com o intuito de reduzir as indecências de alunos reprovados e contribuir para o sucesso acadêmico do aluno. O aplicativo permite o gerenciamento de todas as informações concernentes a vida estudantil do aluno, desse modo auxilia a escola e a família a acompanharem com mais proximidade as atividades desenvolvidas pelos estudantes durante sua trajetória escolar.

Por fim, no último eixo avaliativo temos as considerações feitas pelos usuários do aplicativo sobre a ferramenta MADE. Neste eixo, possibilitamos aos indivíduos que elencassem sugestão de melhoria para o aplicativo. Do nosso universo amostral, 57% dos usuários deixaram registrado algum comentário. Desse total, 29% afirmaram não terem sugestões para aprimoramento do *software* e 28% deixaram suas contribuições para aperfeiçoar o aplicativo, de acordo com os excertos abaixo:

USUÁRIO 1: “O aplicativo poderia dispor de ferramentas para lembrar a data da atividade proposta, já que o professor tem diversas atividades dentro da instituição.”  
USUÁRIO 2: “Interação com dados do SIGAA, frequência, notas, trabalhos.”

Destacamos que a sugestão apresentada pelo USUÁRIO 1 será realizada quando fizermos a atualização do aplicativo. No que se refere à sugestão do USUÁRIO 2, temos duas considerações: A primeira é que o Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas (SIGAA) não dispõe de uma versão mobile, o que não é o caso do nosso produto, pois sua versão é mobile. Neste sentido, não há versão do SIGAA para acesso em *smartphone* ou tablets, daí o diferencial do MADE. A sugestão apresentada é válida, contudo, verificaremos com o Instituto Federal do Pará a viabilidade dessa proposta.

A segunda consideração é que mesmo que não seja possível interligar o SIGAA ao MADE, isso não afetará a funcionalidade ou o objetivo ao qual se propõe o aplicativo, visto que os dados de frequência e notas serão disponibilizados por meio de relatório da equipe pedagógica que serão extraídos do SIGAA e armazenados no software MADE através do Administrador do aplicativo, que no nosso caso é o Laboratório de Tecnologias Educacionais (LABTEC) do IFPA - Campus de Óbidos.

Enfim, através deste eixo abrimos o espaço para ouvir as propostas dos nossos usuários com a finalidade de continuamente aperfeiçoar o aplicativo apresentando outras versões com melhorias.

De modo geral, concluímos que o aplicativo atingiu o objetivo a que se propôs, já que se evidenciou que ele possibilita um acompanhamento pedagógico interativo e auxilia no processo de formação escolar do aluno. Ou seja, o produto educacional MADE, como uma ferramenta estratégica está em benefício da escola, surge como uma possibilidade da escola (re) organizar seu trabalho pedagógico, a partir de uma relação mais próxima com a família dos estudantes. Assim, traz em seu bojo, impactos positivos para o processo de ensino aprendizagem, ao passo que se direciona para diminuir os índices de alunos reprovados no Ensino Médio do IFPA - Campus Óbidos.

## 6 À GUIA DE CONCLUSÃO

Procurando compreender o fenômeno da reprovação escolar a partir de sua relação com a Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio constatou-se que, a OTP, no que tange aos seus aspectos teóricos e metodológicos, está direcionada para diminuir os índices de reprovação discente. Neste contexto, o arcabouço teórico apontou caminhos a serem traçados para se efetivar um projeto educacional que vá de encontro ao processo reprovador, mostrando que através de uma gestão compartilhada é que se combate o fenômeno da reprovação.

Por outro lado, em relação aos aspectos legais da Organização do Trabalho Pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo reprovador, entendemos que a OTP, em seus aspectos legais, não está direcionada para diminuir os índices de reprovação discente, pelo contrário, sempre alimentou e alimenta um sistema seletista e excludente.

Contemporizando, no que se refere à reprovação escolar à luz da Organização Didático-Pedagógica do IFPA-Campus Óbidos, observou-se que pouco se tem instituído de como fazer para combater a reprovação escolar. No entanto, observamos que é neste contexto que se dá a importância do Projeto Político Pedagógico, pois a partir dos instituintes previstos neste documento, é possível à escola realizar as ações necessárias em prol do desenvolvimento do aluno.

Sendo assim, não existe uma fórmula pronta para se combater a reprovação, portanto, isso se faz nas práticas escolares, e está estritamente relacionada à maneira como a escola organiza seu trabalho pedagógico e valoriza a participação de todos os atores sociais imersos no processo de formação do aluno.

Ao longo da pesquisa, constatamos que às causas da reprovação escolar na EPTNM se estruturam a partir de dois tipos de determinantes: os determinantes biopsíquicos e os socioculturais. O primeiro vincula às causas da reprovação escolar à questão do desenvolvimento biocognitivo, enquanto que o segundo agrega às causas da reprovação à condição de vida do estudante. Entretanto, apesar de apresentarem fatores distintos, centram seu olhar nas características biopsicossociais do aprendiz.

Com base nos elementos supramencionados, notamos que a teoria da carência cultural, bastante difundida na década de 60 e 70 para explicar o fracasso escolar do aluno, continua impregnada na sociedade até os dias de hoje.

Também evidenciamos que os sentidos atribuídos à reprovação escolar são de enaltecimento e apreciação pelo ato reprovador. Neste caminho, os sentidos atribuídos à

reprovação escolar se caracterizam como condicionantes ideológicos que servem para justificar e afirmar que a reprovação é adequada à escola.

Verificamos também que a Organização do Trabalho Pedagógico na EPTNM e seus desdobramentos frente ao processo reprovador sempre assumiu um papel de reprodução social, ou seja, esteve direcionada para manter e consolidar a hegemonia da reprovação, tanto no campo educacional, quanto como elemento de seletividade no campo social.

Sob esta vertente, temos que a reprovação escolar não se estrutura apenas como uma reprovação no e do ambiente da escola, pelo contrário, vai muito além disso, ela se constitui como uma reprovação social. A reprovação social, ao passo que nutre o sentimento de autorreprovação, pois essa é um mito que alimenta as desigualdades sociais, ao mesmo tempo enfraquece o indivíduo no seu processo formativo, e fortalece a dinâmica excludente em que se assenta a sociedade capitalista de hoje e de décadas atrás.

Em face disto, embora tenhamos as legislações atuais que, em tese possibilitam à escola a (re)organização das suas práticas, trazendo em seu bojo ações curriculares integradoras, evidenciamos que as percepções dos atores escolares sobre a reprovação escolar continuam aprisionadas aos moldes de uma concepção tradicional de educação.

Pontuamos ainda que, a reprovação social traz consigo os sonhos postergados do indivíduo, seus direitos tolhidos e evidencia o princípio da culpabilidade. Além do que, ela se (re) produz naturalmente no contexto social do indivíduo, se constituindo como tradição, que distorcida na essência de sua etimologia, está arraigada nos ideais contemporâneos e vem sendo difundida, de geração para geração, sem aparentar qualquer prejuízo ao sujeito em formação.

Por essa ótica, temos que as categorias de análises que emergiram deste estudo, a saber: 1) Os sentidos distorcidos da reprovação escolar e os impactos na formação do aluno reprovado, 2) Fatores influenciadores da reprovação escolar na EPTNM e, 3) A interface entre Escola e Família: Elementos essenciais na (re) organização do trabalho pedagógico, expressam todo o contexto emblemático e contraditório que se assenta o fenômeno da reprovação.

As categorias, à proporção que buscam desvelar o fenômeno da reprovação na EPTNM, a partir das percepções dos próprios atores escolares sobre os sentidos e causas deste processo reprovador, representam o anseio de se construir novos caminhos, a fim de conduzir o aluno a um percurso formativo de sucesso. Por esta ótica, concluímos que as categorias exprimem o embate político e ideológico contido nas formas de pensar e de agir dos sujeitos

da pesquisa, pois ao passo que manifestam apreço à reprovação, também consideram um entrave na formação acadêmica e de vida do aluno.

Assim, verificamos as contradições que envolvem o fenômeno da reprovação escolar. De um lado, se tem a reprovação como um mecanismo que deve fazer parte da prática pedagógica e do outro, existe a própria negação da reprovação quando se analisa seus impactos na vida do estudante, pois o estudo também demonstrou à invalidade do ato reprovador no processo de construção de identidade do aluno.

E por fim, levando-se em consideração tudo o que foi exposto sobre o fenômeno da reprovação escolar, desenvolveu-se o aplicativo educacional MADE, uma ferramenta pedagógica, que certamente contribuirá para a redução dos índices de reprovação nos cursos técnicos integrados de nível médio, uma vez que constatamos que o uso do App MADE possibilita inúmeras ações corretivas e preventivas frente ao fenômeno em estudo:

- a) possibilita a concretização dos princípios estruturantes da Organização do Trabalho Pedagógico, nos quais são:
  - o trabalho como princípio educativo e;
  - a Gestão democrática da escola, além disso;
- b) promove o diálogo interativo entre escola e família;
- c) permite o acompanhamento pedagógico versátil e dinâmico do aluno;
- d) fomenta a gestão participativa da escola e;
- e) auxilia no processo de Formação Humana Integral do estudante.

Neste sentido, o uso do aplicativo demonstrou que a escola deve desenvolver estratégias pedagógicas, aliadas ao uso das TICs, como formas de inovar na (re) organização do trabalho escolar, visando diminuir as incidências de reprovações no Ensino Médio Integrado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A. **A menina repetente**. Campinas: Papyrus, 1995.
- ALVES, G. L. Organização do trabalho didático: a questão conceitual. **Acta Scientiarum. Education**, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 169-178, 2012.
- ALVES, F.; ORTIGÃO, I.; FRANCO, C.. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. **Cadernos de pesquisa**, [s. l.], v. 37, n. 130, p. 161-180, 2007.
- ARAÚJO, L. F. S. de et al. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, Vitória, ES, p. 53-61, jul./set. 2013.
- BALDUÍNO, P. **Dominando JavaScript com jQuery**. [s. l.]: Editora Casa do Código, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENTO JUNIOR, E. **Desenvolvimento web com PHP e MySQL**. [s. l.]: Editora Casa do Código, 2014.
- BORGES, H. da S. **Organização do trabalho pedagógico e gestão escolar**. Manaus: Edições UEA: Valer, 2008.
- BORGES, M. C.; DALBERIO, O. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, [s. l.], v. 25, p. 1-10, 2007.
- BORGES NETTO, M. B.; LUCENA, C. A. O trabalho como princípio educativo ea organização do trabalho pedagógico na escola. **Acta Scientiarum. Education**, [s. l.] v. 37, n. 4, p. 371-381, 2015.
- BRANDÃO, Carlos R. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília : Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 14 maio 2019.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos....pdf>>. Acesso em: 16 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 29 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Conselho Nacional de Saúde**, 2016.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior. **Documento de área.** [s.l.: s.n.], 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Histórico da educação Profissional.** [201-]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acessado em: 10 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Documento base. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação, Brasília, 25 de junho de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 6/2012:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: [s. n.], 2012.

CARVALHO, D. F.; LARGO, V. As relações com o saber estabelecidas na ação do professor em sala de aula: investigações realizadas com o uso da matriz 3x3 entre os anos de 2011 a 2014. **HIPÁTIA-Revista Brasileira de História, Educação e Matemática**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 58-70, 2016.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005.

CITY, E. A. **Rodadas Pedagógicas: como o trabalho em redes pode melhorar o ensinoaprendizagem.** Porto Alegre: Penso, 2014.

COHEN, E. G.; LOTAN, R. A. **Planejando o trabalho em grupo.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

COUTINHO, T. P. da S. C.; SILVA, R. de F. A educação profissional de 1964 a 1984: a dualidade estrutural como uma realidade. In: COLÓQUIO NACIONAL, 3., Natal, 2015 Eixo Temático: Produção do conhecimento em Educação Profissional, Natal: IFRN, 2015.

CUNHA, L. M. A. da et al. **Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes**. 2007. 78 f. Dissertação (Mestrado em Probabilidade e Estatística) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista gestão organizacional**, [s.l.], v. 6, n. 3, 2014.

DEMARTINI, Z. de B. F.; TENCA, S. C.; TENCA, A. Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], n. 52, p. 61-71, 2013.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 41, n. 144, p. 772-789, 2013.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**, [s.l.], v. 5, p. 77-95, 1998.

FACULDADE ESPECIALIZADA EM ÁREA DA SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL. **Critérios“ inclusão e exclusão” em pesquisas com seres humanos**. Comitê de ética em pesquisa da FASURGS, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2yr7fIV>>. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

FARIA, E. M. Os alunos reprovados no Brasil: uma análise das proficiências e das taxas de abandono por meio das avaliações Prova Brasil e Pisa. **Estudando Educação: Portal de Estudos e Pesquisas em Educação**. 02 maio 2011. Disponível em: <<http://estudandoeducacao.files.wordpress.com/2011/03/estudando-nc2ba-1-versc3a3ofinalv2.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Reprovar. In: **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 2004.

FREITAS, L. C. de et al. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas,SP: Papirus, 2012.

FREITAS, P. C. de; DUARTE FILHO, N. F. Aprendizagem móvel: percepções quanto à utilização por docentes da educação profissional e tecnológica. **Revista EDaPECI**, v. 18, n. 2, p. 50-63, 2018.

FRIGOTTO, G. A. **Produtividade da escola Improdutiva**. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

GARCIA, A. de C.; DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria. Educação Profissional: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, [s.l.], ano 7, n. 13, maio 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GOMIDE, D. C. O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais. JORNADA DO HISTEDBR E SEMINÁRIO DE DEZEMBRO: A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira, 12., Caxias, 2014. **Anais...** Caxias, MA: Histedbr, MA/CESC, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Domicílios**. [2018]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/obidos/panorama>. Acessado em 22 jun. , 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará**. Belém: IFPA, 2014.

\_\_\_\_\_. **Regulamento Didático Pedagógico do Ensino**. Belém: IFPA, 2015.

\_\_\_\_\_. Sistema de Gestão Integrada de Atividades Acadêmicas. Ensino Técnico. 2019. Disponível em: < <https://sigaa.ifpa.edu.br/sigaa/public/home.jsf?modo=classico> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico**. Óbidos: IFPA, 2017.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Conselho de classe: A visão dos professores sobre educação no Brasil**. [2016]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8096440-Conselho-de-classe-a-visao-dos-professores-sobre-educacao-no-brasil.html>. Acesso em: 17 de jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS. **Indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, DF: DEEP: INEP, 2017.

KOHN, K.; MORAES, C. H. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., Santos, 2007. **Anais...** Santos: [s.n.], 2007. p. 1-13.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2018.

\_\_\_\_\_. **Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, A. J. A.; SILVA JÚNIOR, R. Panorama da educação brasileira na década de 1960. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., [s.l.], 2016. **Anais...** [s. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA1\\_ID2286\\_14082016222320.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MARCONI, M. de A. et al. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, M. F.; VARANI, A.; DOMINGUES, T. C. Luiz Carlos de Freitas: “A organização do trabalho pedagógico no contexto atual do ensino público brasileiro”. **Crítica Educativa**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 202-226, 2016.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbetes Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Programa Calha Norte**. 2019. Disponível em: <<https://defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR); CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, v. 150, n. 112, 2013.

MONTEIRO, J. B. **Google Android: Crie aplicações para celulares e tablets**. [s. l.]: Editora Casa do Código, 2014.

MORAES, C. S. Vidigal et al. **Formação de professores do ensino médio, etapa I-caderno I: ensino médio e formação humana integral**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2004.

MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches. O Estado e o Trabalho como Existência Humana: Seus Reflexos na Organização do Trabalho Pedagógico. In: BORGES, Heloisa da Silva. **Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar**. Manaus: Edições UEA/Ed. Valer, 2008.

NASCIMENTO, C. G. do. **O consórcio de produtores de guaraná sateré-mawé da região do rio marau no município de maués-uma contribuição para o ensino da economia sustentável**. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). -Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

NOGARO, A.; RESE, R. Um estudo de caso sobre as causas e implicações da reprovação dos alunos na 5ª série do ensino fundamental. **Roteiro**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 215-229, 2005.

NONES, E. J. P. **Repetência escolar: Um estudo da relação família e escola**. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

OBSERVATÓRIO do PNE. **Matrículas na educação básica (2014-2024)**. ©2018.

Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/contexto/236>>. Acesso em: 20 out. 2018.

OLIVEIRA, C. de; MOURA, S. M.; SOUSA, E. R. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 75-95, 2015.

OLIVEIRA, D. A. Organização do trabalho escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

OLIVEIRA, J. J. F. V. de. Articulação entre a Ação Educativa e a Gestão Escolar. In: BORGES, H. da S. **Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar**. Manaus: Edições UEA/Ed. Valer, 2008.

OLIVEIRA, L. L.; MARTINIAK, Vera Lúcia. Ordem e Progresso: Augusto Comte e as influências do Positivismo na educação das mulheres na Primeira República brasileira. **Revista Educação e Emancipação**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 232-253, 2018.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, T. M. P.; ALMEIDA, L. S. C. de; SANTOS, A. V. dos. Gestão Participativa: Perspectivas para a Construção de uma Educação Integradora. In: BORGES, Heloisa da Silva. **Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar**. Manaus: Edições UEA/Ed. Valer, 2008.

PACHECO, E. (Org.) **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em [https://teiasocial.mpf.mp.br/images/1/13/07\\_Perspectivas.pdf](https://teiasocial.mpf.mp.br/images/1/13/07_Perspectivas.pdf). > Acesso em: 12 jun. 2019.

PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015.

PAZ, F. J.; LEITE, M. C. D. Avaliação da usabilidade do aplicativo comunique-se: um app para pacientes que sofreram AVC. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp**, [s. l.], p. 292-308, 2017.

PICANÇO, I. S. Gênese do ensino técnico industrial no Brasil. **Relatos de pesquisa. INEP**, [s. l.], n. 33, p. 89-105, 1995.

PIMENTA, S. G. Questões sobre a organização do trabalho na escola. **Idéias**. São Paulo, v. 16, p. 78-83, 1993.

PIMENTEL, F. S. C.; FEITOZA, M. J. dos S. O uso da tecnologia móvel (celular) no contexto educacional. **Revista EDaPECI**, [s. l.], v. 17, n. 03, p. 129-139, 2017.

RAMOS, J. F. P. **Projeto educativo e político-pedagógico da escola de ensino médio Tradições e contradições na gestão e na formação para o trabalho**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. [Natal], 2008. (Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará). Disponível em: <[http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrad\\_o5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrad_o5.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2019.

REBELO, J. A. S. Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão. **Revista portuguesa de pedagogia**, Coimbra, p. 27-52, 2009.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 5, n. 12, p. 07-21, 1991.

RIBEIRO, V. M. et al. Crenças de professores sobre reprovação escolar 1. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-35, 2018.

ROEHRS, Hellen; MAFTUM, M.; ZAGONEL, I. Adolescência na percepção de professores do Ensino Fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 421-428, 2010.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1980

ROSA, F. R.; AZENHA, G. S. **Aprendizagem móvel no Brasil: gestão e implementação das políticas atuais e perspectivas futuras**. São Paulo: Zinnerama, 2015.

SANTANA, R. P.; GUILHERME, R. A. M. A importância da família no acompanhamento escolar: perspectivas pedagógicas para a erradicação do fracasso escolar. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, [s.l.]: Governo do Estado do Paraná, 2012. v. 1. p. 1-21.

SANTOS, M. L R.; RAMOS, M. N. P. Aprendizagem móvel e interculturalidade: produção científica em cursos de pós-graduação da Universidade Aberta de Lisboa. **Revista EDaPECI**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 95-115, 2016.

SANTOS, M. dos; SCARABOTTO, S. do C. dos A.; MATOS, E. L. M. Imigrantes e nativos digitais: um dilema ou desafio na educação. 2011. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO–EDUCERE, 10.; I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 1. **Anais ...** Curitiba: [s.n.], 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, 2007 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>> Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, T. O. C. et al. **A rede federal de educação profissional e tecnológica no Brasil: uma proposta para diminuição da taxa de reprovação no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Ivaiporã.** 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de PósGraduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora, 2015.

SILVA, N. S. F. C. da. **Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico.** Curitiba: IESDE, 2012.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Dados em Big Data**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1-13, 2015.

SILVA, C. C. da; KALHIL, J. B. A aprendizagem de genética à luz da Teoria Fundamentada: um ensaio preliminar. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 125-140, 2017.

SILVA, M. V. A organização do trabalho escolar em foco: os limites das heranças anti-democráticas e as potencialidades dos processos participativos. **Educação: Teoria e Prática**, [s. l.], v. 21, n. 38, p. 147-167, 2011.

SMOK, I. A desvalorização da educação no Brasil é um problema endêmico. **Smoking Fábrika**. 2017. Disponível em: <<https://centralsmok.wordpress.com/2017/09/17/a-desvalorizacao-da-educacao-no-brasil-e-um-problema-endemico/>> Acesso em: 17 jul. 2019.

SOARES, G. H. M. **A teoria do capital humano e as pedagogias liberais pós-modernas presentes nas políticas de formação de professores.** 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação stricto Sensu em Educação. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

SOARES, K. da S.; BACZINSKI, A. V. de M. A meritocracia na educação escolar brasileira. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 12, n. 22, p. 36 – 50, jan./jun. 2018.

SOUZA, P. de S. D. de et al. **A reprovação e seus fatores no primeiro ano dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais–Campus Juiz de Fora.** 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 2016.

TAVARES, M. G. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. Caxias, 2012. In: ANPED SUL, 9.; SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. **Anais...** Caxias: [s.n.], 2012.

TORRES, A. P. da F.; MUBARAC SOBRINHO, R. S. A Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Desafios e Perspectivas. In: BORGES, Heloisa da Silva. **Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar.** Manaus: Edições UEA/Ed. Valer, 2008.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A.,2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Comitê de Ética em Pesquisa**. 2018. Disponível em: <<https://www.cep.ufam.edu.br/perguntas-frequentes.html>> Acessado em: 03 mar. 2019.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 3, n. 4, 2012.

WITTACZIK, L. S. Educação Profissional no Brasil. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008.

## APÊNDICES A – PRODUTO EDUCACIONAL

# Guia de Instruções

MADE – Minha Agenda Digital Escolar



**Alessandra Ribeiro Duarte**  
**Vanderlei Antônio Stefanuto**

---

D812g Duarte, Alessandra Ribeiro.

Guia de instruções: MADE – Minha Agenda Digital Escolar. /  
Alessandra Ribeiro Duarte, Vanderlei Antônio Stefanuto. – Manaus, 2019.  
43 p. : il.

Produto Educacional da Dissertação – A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar. (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2019.

1. Educação profissional. 2. Reprovação escolar. 3. Gestão participativa. 4. Trabalho – princípio educativo. I. Stefanuto, Vanderlei Antônio. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378. 013

---

Elaborada por Márcia Auzier CRB 11/59



## DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

**Origem do produto :** Trabalho de Dissertação “ A Organização do Trabalho Pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar”.

**Área de Conhecimento:** Ensino.

**Público-Alvo:** Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, professores, pais/responsáveis e discentes dos cursos técnicos Integrado de nível Médio.

**Categoria desde Produto:** Organização do trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio-EPTNM; Reprovação escolar na EPTNM; Acompanhamento pedagógico de alunos.

**Finalidade:** Fomentar a Gestão participativa, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação, visando garantir a participação de todos os envolvidos no processo de formação do aluno e minimizar incidências de reprovação escolar.

**Estrutura do Produto:** Trata-se de um guia de instruções que apresenta de forma detalhada as funções do aplicativo educacional MADE- Minha agenda digital MADE.

**Registro do Produto/Ano:** Biblioteca Paulo Sarmiento do IFAM-Campus Manaus Centro, 2019.

**Avaliação do Produto:** (03) pais/responsáveis de alunos; (03) discentes;(03) docentes; (03) professores que compuseram a Banca de Defesa da Dissertação.

**Disponibilidade:** Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

**Divulgação:** Em formato digital

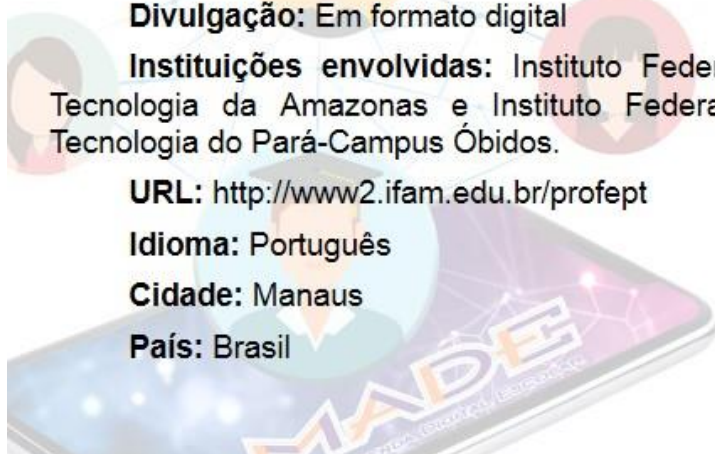
**Instituições envolvidas:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Amazonas e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Óbidos.

**URL:** <http://www2.ifam.edu.br/profept>

**Idioma:** Português

**Cidade:** Manaus

**País:** Brasil



## RESUMO

O guia de instruções MADE- Minha Agenda Digital Escolar- resulta da pesquisa científica intitulada: “A Organização do Trabalho Pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar”, na qual desenvolveu um aplicativo educacional- Agenda escolar Digital. A agenda digital se estrutura como uma ferramenta de ação que visa fomentar a participação dos pais na vida escolar do seu filho. Neste sentido, o objetivo primordial do aplicativo é possibilitar uma comunicação ativa entre a escola e a família e possibilitar um acompanhamento pedagógico interativo, versátil e dinâmico aos alunos do Ensino Médio Integrado. Por este caminho, o produto educacional foi idealizado para (re) organizar o trabalho da escola, a fim de minimizar os índices de reprovação escolar na Educação Profissional Técnica de nível Médio. Nesta direção, o guia de instruções MADE apresenta de forma detalhada as funções do aplicativo no intuito de que todas as ferramentas sejam explicadas e utilizadas pelos usuários para se garantir a efetividade no processo de acompanhamento pedagógico do aluno. Pode-se inferir, pela análise realizada, que o aplicativo é capaz de contribuir com a redução dos índices de reprovação na Educação Profissional Técnica de nível Médio, uma vez que o uso do aplicativo demonstrou sua eficácia no processo de participação de todos os envolvidos na formação acadêmica do aluno. Assim, ficou evidente que a escola deve desenvolver estratégias pedagógicas, aliadas ao uso das TICs, como formas de inovar na (re) organização do trabalho escolar.

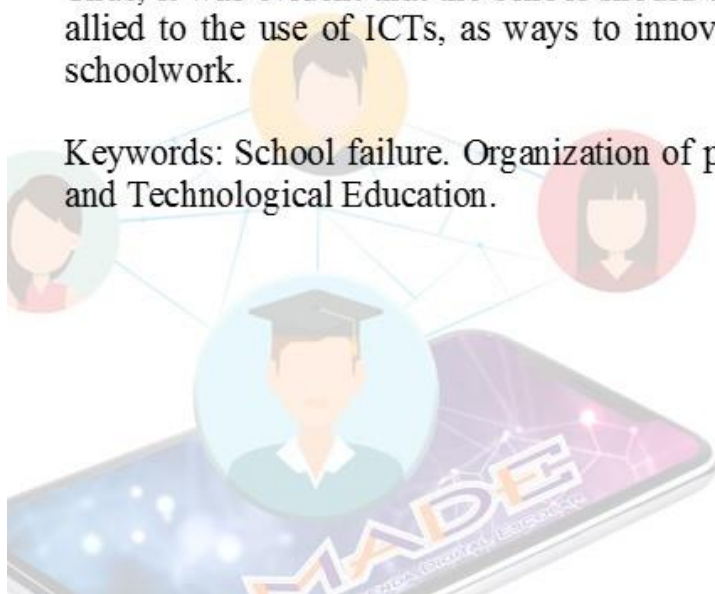
Palavras-Chave: Reprovação escolar. Organização do trabalho pedagógico. Educação Profissional e Tecnológica.



## RESUMO

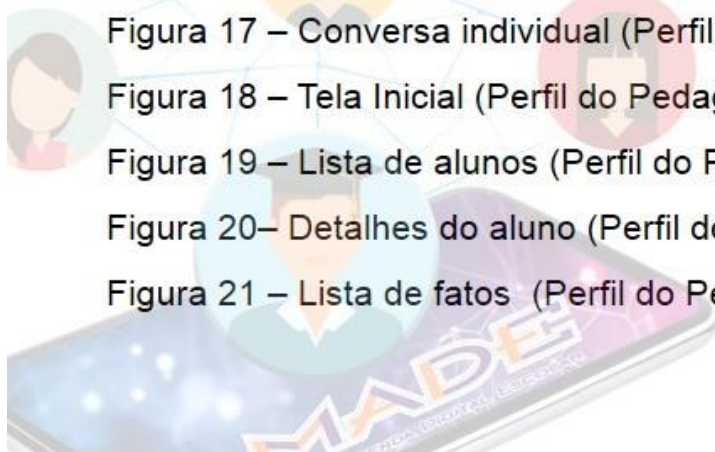
**T**HE MADE instruction guide - My Digital School Agenda - results from scientific research entitled: “The Pedagogical Work Organization and its consequences in the process of school failure”, in which it developed an educational application - Digital School Agenda. The digital agenda is structured as an action tool that aims to foster parental participation in their child's school life. In this sense, the primary objective of the application is to enable active communication between the school and the family and enable interactive, versatile and dynamic pedagogical monitoring for students in Integrated High School. In this way, the educational product was conceived to (re) organize the work of the school, in order to minimize the failure rates in the High School Technical Vocational Education. In this sense, the MADE instruction guide details the application's functions in such a way that all tools are explained and used by users to ensure effectiveness in the student's pedagogical follow-up process. It can be inferred from the analysis that the application is able to contribute to the reduction of failure rates in Technical Vocational Education at Middle Level, since the use of the application demonstrated its effectiveness in the process of participation of all involved in student's academic background. Thus, it was evident that the school should develop pedagogical strategies, allied to the use of ICTs, as ways to innovate in the (re) organization of schoolwork.

Keywords: School failure. Organization of pedagogical work. Professional and Technological Education.



## Lista de Figuras

Figura 1 – Logotipo do MADE.....	20
Figura 2 – Tela inicial do App.....	23
Figura 3 – Tela de Registro do Usuário.....	23
Figura 4 – Tela de Autenticação do usuário.....	24
Figura 5 – Tela inicial do perfil do Responsável.....	25
Figura 6 – Tela de descrição de aluno (Perfil do Responsável)	26
Figura 7 – Tela de últimas conversas (Perfil do responsável)...	27
Figura 8 – Tela de conversa individual (Perfil do responsável).	27
Figura 9 – Tela de fatos registrados (Perfil do responsável).....	28
Figura 10 – Tela descrição do fato (Perfil do responsável).....	28
Figura 11 – Tela inicial (Perfil do aluno).....	29
Figura 12 – Menu de opções (Perfil do Aluno).....	30
Figura 13 – Tela inicial (Perfil do Professor).....	31
Figura 14 – Listagem de tarefas cadastradas (Perfil do Professor).....	32
Figura 15 – Descrição da atividade (Perfil do Professor).....	32
Figura 16 – Lista de Conversas (Perfil do Professor).....	33
Figura 17 – Conversa individual (Perfil do Professor).....	33
Figura 18 – Tela Inicial (Perfil do Pedagógico).....	34
Figura 19 – Lista de alunos (Perfil do Pedagógico).....	35
Figura 20– Detalhes do aluno (Perfil do Pedagógico).....	35
Figura 21 – Lista de fatos (Perfil do Pedagógico).....	36



## Lista de Figuras

---

Figura 22 – Descrição do fato (Perfil do Pedagógico).....	36
Figura 23 – Lista de professores (Perfil do Pedagógico).....	37
Figura 24 – Detalhes do professor (Perfil do Pedagógico).....	37
Figura 25 – Lista de Cursos (Perfil do Pedagógico).....	38
Figura 26 – Detalhes do curso (Perfil do Pedagógico).....	38
Figura 27 – Lista de Conversas (Perfil do Pedagógico).....	39
Figura 28 – Conversa Individual (Perfil do Pedagógico).....	39
Figura 29 – Tela Inicial do sistema de gerenciamento do App.....	40



# Sumário

1 Apresentação.....	09
2 A Interface entre família e escola.....	12
3 Por que utilizar o App MADE.....	15
4 Conhecendo Meu Aplicativo Educacional MADE.....	18
4.1 O Logotipo.....	19
4.2 Informações Técnicas.....	21
4.3 Entendendo as ferramentas.....	23
4.3.1 Cadastro Usuário.....	23
4.3.2 Perfil do Usuário: Pai/Responsável.....	25
4.3.3 Perfil do Usuário: Aluno.....	29
4.3.4 Perfil do Usuário: Docente .....	31
4.3.5 Perfil do Usuário: Equipe Pedagógica.....	34
5 O processo de alimentação do produto.....	40
6 Dos autores.....	41
7 Dos colaboradores.....	43
Referências.....	46



## 1

# Apresentação

Este guia é destinado às instituições escolares e as famílias dos alunos do EMI-Ensino Médio Integrado, com o intuito de possibilitar um acompanhamento pedagógico mais versátil e dinâmico. Neste sentido, o objetivo deste conjunto de instruções é subsidiar a utilização do aplicativo MADE- Minha Agenda Digital Escolar.

Este produto foi idealizado a partir da investigação realizada no âmbito do curso de mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, com a temática: A Organização do Trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de Reprovação Escolar.

O MADE emergiu a partir das análises de conteúdo dos dados coletados com os sujeitos da pesquisa, nas quais encontramos três categorias de análises que subsidiaram o desenvolvimento do aplicativo, a saber : 1) Os sentidos distorcidos da reprovação escolar e os impactos na formação do aluno reprovado, 2) Fatores influenciadores da reprovação escolar na EPTNM e, 3) A interface entre Escola e Família: Elementos essenciais na (re) organização do trabalho pedagógico.

Tais categorias expressam todo o contexto emblemático e contraditório que se assenta o fenômeno da reprovação, sendo o aplicativo educacional MADE, uma ferramenta pedagógica, que certamente contribuirá para a redução dos índices de reprovação nos cursos técnicos integrados de nível médio, uma vez que constatamos que o uso do App MADE possibilita inúmeras ações corretivas e preventivas frente ao fenômeno em estudo:

## 1 Apresentação

---

- ✓ Possibilita a concretização dos princípios estruturantes da Organização do Trabalho Pedagógico, nos quais são:
  - a) O trabalho como princípio educativo e;
  - b) A Gestão democrática da escola, além disso;
- ✓ Promove o diálogo interativo entre escola e família;
- ✓ Permite o acompanhamento pedagógico versátil e dinâmico do aluno;
- ✓ Fomenta a gestão participativa da escola e;
- ✓ Auxilia no processo de Formação Humana Integral do estudante.

Neste sentido, o uso do aplicativo trouxe à tona a possibilidade de (re) organizar o trabalho da escola sobre a perspectiva de gestão participativa, que atrelada ao uso das TICs- Tecnologia da Informação e Comunicação tem o intuito de minimizar a incidência de alunos reprovados.

O aplicativo Minha Agenda Digital Escolar constitui-se como uma ferramenta de comunicação que possibilita a interação entre diversos atores sociais que compõem e constroem a escola. Enfim, entendemos que o acompanhamento, o diálogo e participação são requisitos essenciais na organização do trabalho pedagógico os quais refletem no sucesso acadêmico do aluno. Neste sentido, essa tríade somente é concretizada quando os dois elementos escola e família assumem suas responsabilidades no processo de formação escolar do aluno.

## 1 Apresentação

---

Ressaltamos que o processo de elaboração do produto contou com a colaboração de estudantes do 3º ano do Curso Técnico de Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio do IFPA-Campus Óbidos, Egresso do Curso Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática do mesmo campus, dos participantes da pesquisa, bem como professores da EPTNM, pais/responsáveis de alunos do Ensino Médio Integrado que participaram das rodadas pedagógicas e entrevistas desde a estruturação inicial até sua validação final.

Esperamos que o App Minha agenda Escolar Digital-MADE, como uma ferramenta de comunicação, possa auxiliar no processo de formação do aluno, buscando minimizar os efeitos da reprovação no EMI através de práticas que possam fomentar a proximidade entre família e escola.

Desejamos uma experiência incrível de interação, conhecimento e reflexão.

Abraços dos autores.

## 2

## A interface entre a escola e a família

Superar o fenômeno da reprovação como uma prática pedagógica inerente ao processo de ensinoaprendizagem requer, dentre outros atributos, que exista um compromisso em via de mão dupla entre a escola e família. É por esse viés que caminhamos, na intenção de propiciar uma Formação Humana Integral ao nosso aluno, reorganizando o trabalho escolar sob o prisma da gestão participativa, trazendo à tona os elementos: participação, diálogo e acompanhamento neste processo.

Vale frisar que, a gestão participativa não se constitui na presença de conjuntos de indivíduos nas reuniões de pais e mestres em cumprimento ao calendário escolar, mas se faz pela inserção destes elementos (escola e família) na linearidade onde possam colaborar com ideias e atitudes, este é o processo de participação. (OLIVEIRA, 2008, p. 82).

Nesta direção, Saviani (2018) aponta que o trabalho participativo deve fomentar a participação dos pais na Organização e gestão da escola, e isso corresponde a novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola através das práticas de descentralização, autonomia, corresponsabilização e interculturalismo. Partindo desta premissa, têm-se que a escola não é uma instituição isolada em si mesma, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla.

Oliveira (2008) enfatiza que a relação dialógica entre a escola e família só é possível através do acompanhamento escolar contínuo, das relações humanas, onde a socialização é aspecto valorizado, porque é por meio deste requisito que as trocas acontecem, no sentido de

## 2 A interface entre a escola e a família

---

esclarecer e discutir os problemas de ordem pedagógica ou não, visando melhorias não só do trabalho educativo, mas também dos resultados do processo de ensino aprendizagem. Este é o processo dialógico da gestão participativa.

De acordo com Libâneo (2018) o trabalho participativo engloba alguns fundamentos, dentre os quais destacamos: Todos devem ter uma meta, um propósito, ou objetivo que seja identificado, aceito, compreendido e desejado por todos os membros da equipe; deve-se ter espírito, moral e desejo de triunfar ainda que seja ao custo de consideráveis sacrifícios individuais, além disso, devem ser estabelecidos canais de comunicação para a concretude do objetivo em que se propõe o estabelecimento de ensino.

Trazendo esses fundamentos para o contexto da nossa pesquisa, entendemos que o sucesso escolar discente deve ser prioridade da escola e da família, ou seja, constitui-se como um objetivo comum. Na égide da propositura para o desenvolvimento da atual ferramenta educacional tivemos a reprovação escolar que se configura como um problema educacional e por isso necessita ser combatida, sendo necessário haver esforços individuais e coletivos. (Re) organizar o trabalho escolar é indispensável para se alcançar a finalidade proposta, visto que a escola pode construir mecanismos de comunicação entre a organização e as pessoas.

Desta maneira, temos que a Organização do trabalho escolar deve está pautada na concepção sociocrítica da educação, com visão na concepção democrática participativa das práticas educativas, na qual se concebe a partir de um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações sociais no

## 2 A interface entre a escola e a família

---

seio do grupo e as relações da escola com o contexto sociocultural e político. (LIBANEO, p.102, 2018).

Neste sentido, a Organização do Trabalho Pedagógico não se concebe como um espaço neutro, mas construído pela comunidade educativa, envolvendo os professores, os alunos, os pais, tendo a finalidade de contribuir para a formação do sujeito, para o seu sucesso acadêmico e de vida, e assim combater o fenômeno da reprovação escolar.

Enfim, a escola e a família estão na interface do processo educativo. Ciavatta (2005) afirma que essa relação não se faz no isolamento institucional, mas sim na interação entre esses dois agentes. Partindo desta afirmação, compreendemos que o êxito escolar discente só é possível quando a Organização do trabalho escolar está pautada nos princípios da gestão democrática, sem nela esgotar as possibilidades de (re) organizar continuamente suas práticas educativas. A partir disso é que dá a concretude do acompanhamento pedagógico.

---

<sup>1</sup> Abreviatura de Organização do Trabalho Pedagógico.

## 3

## Por que utilizar o App MADE?

O produto educacional MADE-Minha Agenda Digital Escolar é destinado aos pais/responsáveis, professores, alunos e equipe de gestão da escola com a finalidade de proporcionar o acompanhamento pedagógico do aluno durante seu percurso formativo, tanto por parte da família, quanto da escola.

A criação do App MADE, como ferramenta de comunicação interativa, surge como uma possibilidade para (re) organizar o trabalho da escola, e assim impulsionar a interação entre escola e família. Sua concepção está baseada nos pressupostos da Aprendizagem Móvel apresentados pela UNESCO (2013) - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- na qual fomenta o uso da TICs- Tecnologias da Informação e Comunicação na área da educação. (ROSA e AZENHA, 2015).

De acordo com Freitas e Filho (2018) a aprendizagem móvel, também conhecida como mobile learning ou m-learning, é um ramo da TIC na educação e tem como objetivo propiciar a acessibilidade a informações e conhecimentos a qualquer hora e lugar, utilizando aparelhos eletrônicos, digitais, portáteis, com acesso à internet e aspectos multimídias, como os smartphones.

Neste sentido, Santos e Ramos (2016) definem a aprendizagem móvel como aquela caracterizada pelo uso de tecnologias digitais, facilmente transportáveis, geralmente de propriedade e controlada por um indivíduo. A aprendizagem móvel facilita um grande número de tarefas, particularmente aqueles relacionados à comunicação, permite a conexão

### 3 Por que utilizar o App MADE?

---

com várias pessoas, o acesso a recursos educacionais, criar conteúdos dentro e fora da sala de aula, além de contribuir com para uma administração eficaz da escola.

Partindo dessa premissa, têm-se que a Aprendizagem Móvel surge como um mecanismo facilitador que favorece a comunicação entre a escola e a família. Feitosa e Pimentel (2017) afirmam que na contemporaneidade o aparelho de telefone móvel vem alcançando novos formatos, ganhando outros olhares sobre a capacidade de contribuir de forma interativa, objetiva e estratégica para a aprendizagem, como recurso pedagógico inovador à prática educativa.

Ainda de acordo com Feitosa e Pimentel (2017) o uso das tecnologias móveis como favorecedoras da ação educativa, configura-se numa interface capaz de auxiliar o trabalho pedagógico da escola. Dessa forma, a Aprendizagem Móvel (AM) se estabelece como uma estratégia que facilita o trabalho da escola, e por isso não pode ser deixada de lado na dinâmica escolar. Para os supracitados autores, a Aprendizagem Móvel, necessariamente, deve está orientada a fim de se alcançar um objetivo comum. No nosso caso, o intuito é de utilizarmos os conceitos da Aprendizagem Móvel para minimizar a incidência de reprovações.

Pimentel e Feitosa (2017) asseguram que, nos últimos anos, a aprendizagem móvel tem avançado na área da educação e impactado positivamente as escolas e os cidadãos, com a superação de obstáculos educacionais como: os financeiros, de locomoção, de tempo, de gestão e de espaço físico, por meio de um ensinoaprendizagem mais dinâmico e acessível. Por esta ótica, temos que o App MADE, como recurso tecnológico e ferramenta pedagógica, contribui para a aproximação dialógica entre a escola e a família, a fim de auxiliar no processo de ensi-

### 3 Por que utilizar o App MADE?

---

noaprendizagem, visando o sucesso acadêmico discente.

Dentre as principais vantagens do App MADE temos: a interatividade entre família e escola, permite o acompanhamento pedagógico discente, auxilia na concretude do ideal de ensino crítico, transformador e de qualidade. Assim, esperamos que a utilização do aplicativo pela escola e pela família traga à tona uma experiência significativa que auxilie positivamente no processo de formação acadêmica e vida do aluno.

## 4

## Conhecendo Meu Aplicativo Educacional

O aplicativo MADE é uma ferramenta de comunicação que visa propiciar a participação, o diálogo e acompanhamento pedagógico de forma interativa, dinâmica e versátil, buscando realizar um feedback entre a escola e a família, de modo que se reduza os indicativos de reprovação escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Coadunando com os objetivos da nossa pesquisa, o MADE foi constituído para atender 4(quatro) perfis de usuários distintos, sendo eles: Perfil de Usuário Pai/Responsável; Perfil de usuário Docente, Perfil de Usuário Aluno, Perfil de Usuário equipe Pedagógica, este último perfil engloba a equipe de gestão e de coordenação da escola. Pontua-se que para cada perfil de usuário existe um quantitativo de ferramentas disponíveis. No perfil do Pai/Responsável do aluno temos 06(seis) ferramentas, para o perfil aluno tem-se 06(seis), para o perfil docente contamos com 03(três) instrumentos disponíveis e para a equipe de 06(seis) ferramentas.

Nos itens abaixo, apresentaremos as características gerais do aplicativo e a função de cada ferramenta para que os usuários entendam e usufruam de todos os recursos disponíveis.

## 4.1

# O logotipo

Como já mencionamos anteriormente, o App MADE tem como função contribuir para o processo organizativo da escola, redimensionando o trabalho escolar a partir da utilização das TICs neste processo. Neste sentido, o MADE busca fomentar um diálogo mais próximo entre a família e escola no intuito de reduzir os indicativos de reprovação e conseqüentemente conduzir o aluno para uma formação acadêmica de sucesso. Partindo deste entendimento, o App está direcionado para materializar os princípios da gestão democrática e consolidar uma Formação Humana Integral.

Buscando expressar essa concepção criamos o logotipo (Figura 1) com as seguintes especificações e significados:

No centro aparece uma figura de um celular, esta imagem representa a abordagem diferente em que a escola pode (re) organizar seu trabalho, sob a perspectiva da aprendizagem móvel. Logo acima, também centralizado, está uma imagem de um ser humano, cuja em sua cabeça tem um capelo. Essa imagem representa o aluno formado, ele é o principal elemento do processo de ensinoaprendizagem, pois o aluno é produto social dos esforços que foram direcionados para a sua formação, tanto da escola quanto da família.

Considerando que o sucesso do aluno não depende somente da sua vontade, mas está atrelada a participação de outros agentes como a escola e a família, temos que as linhas simbolizam a interconectividade entre estes dois elementos que compõem a escola. Assim, as linhas representam o diálogo, a participação, o acompanhamento, enfim é onde ocorre o feedback entre todos os envolvidos no processo de formação do

#### 4.1 O logotipo

aluno.

Por fim, os desenhos dos seres humanos conectados pelas linhas ao aluno representam o processo dialético que deve existir na escola, entre seus membros, buscando sempre como objetivo primordial, a superação de um dos principais problemas educacionais, a reprovação escolar, garantindo assim, a formação humana Integral do discente.

Figura 1 – Logotipo do MADE



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

## 4.2 Informações Técnicas

O desenvolvimento do produto educacional ocorreu em duas partes: O desenvolvimento Web e o desenvolvimento Mobile (aplicativo). Resumidamente, para o nosso produto, a aplicação Web serve para alimentar o aplicativo com a introdução de tabelas, imagens e arquivos, onde foi criado um administrador de aplicativo para atender esta finalidade. A aplicação mobile é onde ocorre todo o processo de comunicação entre os usuários, permitindo a troca de informações instantâneas, e o acesso às informações inseridas pelo administrador do aplicativo.

Para o desenvolvimento do aplicativo (mobile) foi utilizado a ferramenta Android Studio. O Android Studio<sup>2</sup> é um ambiente de desenvolvimento integrado desenvolvido pelo Google e utilizado para a criação de aplicativos nativos para o sistema operacional android. O Android Studio é disponibilizado gratuitamente sob a licença Apache 2.0.

A linguagem de programação utilizada para a construção do aplicativo foi a linguagem Java. Java<sup>3</sup> é uma linguagem de programação multiplataforma lançada em 1995 pela Sun Microsystems com intuito de ser uma linguagem portátil que pudesse ser executada em diversos dispositivos. Hoje essa linguagem está presente na maioria dos computadores e é um dos principais requisitos para funcionamento de vários sites.

O banco de dados utilizado foi o MySQL, que utiliza a Linguagem Consultada Estruturada (SQL). O MySQL<sup>4</sup> é o banco de dados onde guardamos informações em estruturas no estilo de tabelas, sendo que

<sup>2</sup> Disponível em: <https://developer.android.com/studio/intro>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.java.com/pt\\_BR/download/faq/whatis\\_java.xml](https://www.java.com/pt_BR/download/faq/whatis_java.xml). Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://thiagovespa.com.br/blog/2010/09/18/mysql-workbench/>. Acessado em 05/07/2019.

## 4.2 Informações Técnicas

---

cada linha da tabela é um novo registro. É em bancos como o MySQL que os sites de notícias, redes sociais etc. guardam suas informações para que depois sejam recuperadas e exibidas nas páginas.(BENTO, 2014, p 4).

## 4.3 Entendendo as ferramentas

### 4.3.1 Cadastro do usuário

Através desta ferramenta o usuário iniciará o uso do aplicativo após fazer o download em seu smartfone. (Figura 2). Abaixo segue o passo a passo para realizar o cadastramento do usuário.(Figura 3).

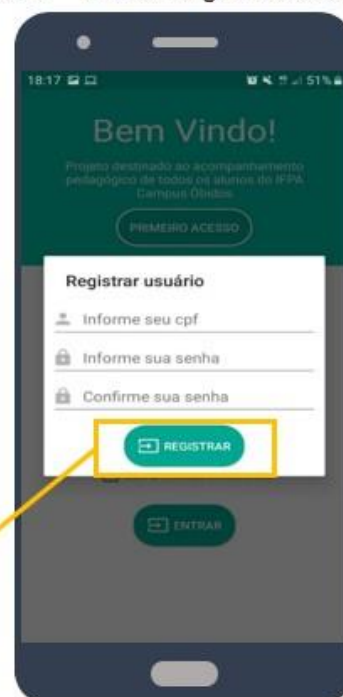
Figura 2 – Tela inicial do App



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

01  
Após fazer o download em seu smartfone, e assim que abrir o aplicativo, o usuário deverá clicar no Menu Primeiro Acesso para realizar o seu cadastro.

Figura 3 – Tela de Registro do Usuário



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

02  
Ao preencher os campos necessários, o usuário deverá clicar no botão Registrar, para que seus dados sejam armazenados com sucesso na nossa plataforma.

! O CPF - Cadastro de Pessoa Física e senha deverá ser pessoal e intrasferível.

### 4.3.1 Cadastro do usuário

Finalizada essa etapa, automaticamente, o aplicativo direcionará o usuário para a tela de login.(Figura 4). Nesta tela, o usuário deverá inserir suas credencias já registradas quando se cadastrou no primeiro acesso.

Figura 4 – Tela de Autenticação do usuário



Após inserir seu CPF e senha, o usuário terá acesso ao Menu Inicial de acordo com o seu perfil de usuário.

Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

O MADE tem 4 perfis de usuários diferentes: Perfil Docente, Perfil Pai/responsável, Perfil Aluno e Perfil Equipe Pedagógica, deste modo a tela inicial é personalizada para atender as demandas de cada perfil. A seguir discriminaremos cada perfil de usuário separadamente.

Frisamos que as informações fornecidas serão protegidas pela política de privacidade pela empresa desenvolvedora e apenas a pesquisadora terá acesso aos dados para fins de pesquisa.

## 4.3.2 Perfil do Usuário Pai/Responsável

### a) Tela Inicial

Essa tela é destinada a visualização de todas as ferramentas que estão disponíveis no perfil do usuário selecionado. Se você tem acesso como Pai/ Responsável, siga nossas dicas e saiba tudo sobre sua agenda personalizada. A tela inicial do Perfil Pai/Responsável é denominada de Área do Responsável, onde constam seus dados como nome e e-mail. (Figura 5).

Figura 5 – Tela inicial do perfil do Responsável



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Além disso, temos o endereço da residência que foi automaticamente extraído do nosso sistema institucional. Logo após, tem o nome do seu filho (a), aluno da nossa instituição. Caso você, Pai/Responsável que tem mais de um dependente que estude conosco, automaticamente ele aparecerá nesta tela de acesso. Entretanto para realizar o acompanhamento discente de cada filho você deverá selecionar e clicar nome do aluno na qual abrirá a tela de detalhes.

### 4.3.2 Perfil do Usuário Pai/Responsável

#### b) Tela de detalhes

A tela de detalhes funciona como um filtro. (Figura 6) . Nela constam os dados do discente, as informações gerais, bem como o número de matrícula, o curso e a turma que seu filho (a) estuda. Na aba de consultas você pode acompanhar tudo o que seu filho faz diariamente na escola.

Figura 6 – Tela de descrição de aluno (Perfil do Responsável)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Acesso às atividades de aula e para casa que foram deixadas pelo professor na qual estará discriminada pontualmente, sobre a quantidade de atividades cadastrada por disciplina, assunto da tarefa, pontuação e data de cadastro e de entrega da atividade.

Esta função está disponível para o Pai/Responsável que queria solicitar um relatório sobre a vida escolar de seu filho.

Além disso, você pode consultar as notas e verificar as faltas discentes clicando nos ícones Consultar Notas e Consultar Faltas. Nestes itens serão disponibilizados os levantamentos de faltas e notas gerados através de relatório pelo sistema Institucional para fins de acompanhamento pedagógico e de manutenção de auxílio estudantil.

A tela de Detalhes é uma das mais importantes, pois aqui você obtém informações diárias sobre a vida acadêmica de seu filho, pode acompanhar todo o processo escolar e assim auxiliar no êxito escolar do aluno, evitando ou até minimizando as indecências de reprovações.

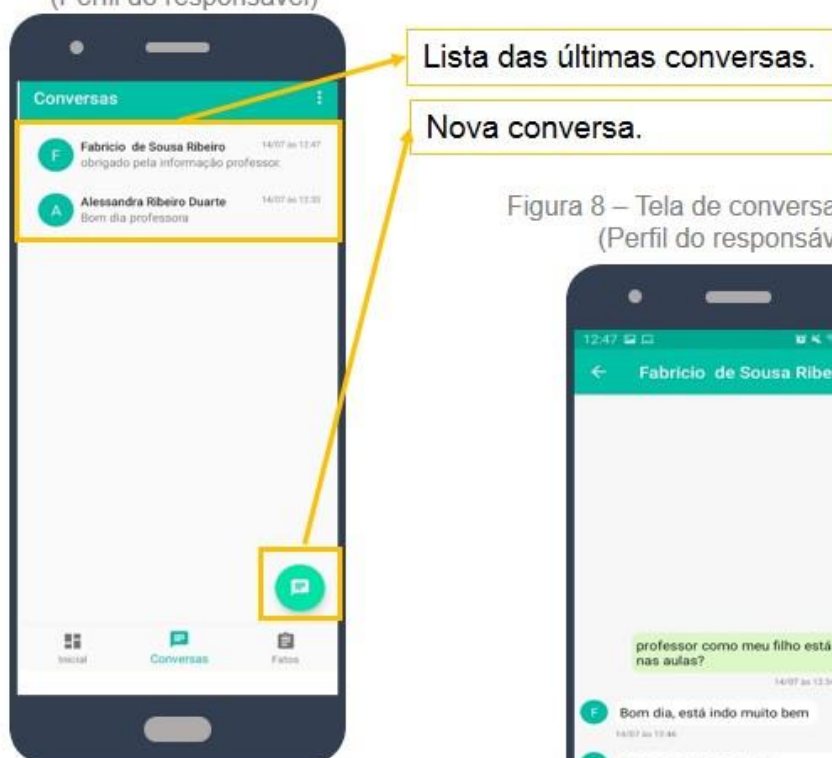
### 4.3.2 Perfil do Usuário Pai/Responsável

#### c) Conversas

A comunicação escolar envolve professores, alunos e responsáveis e configura-se como um importante elemento no processo participativo escolar. Nesta perspectiva, esta ferramenta tem o objetivo de viabilizar a comunicação entre os usuários cadastrados no MADE. (Figura 7).

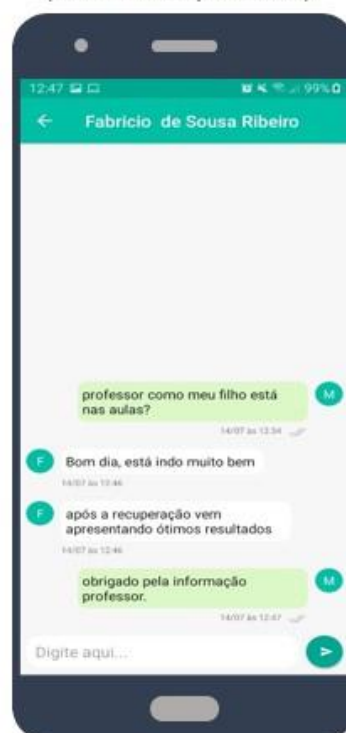
As mensagens que você receber ficaram gravadas na sua caixa de mensagem.(Figura 8). Portanto, destacamos que nesta ferramenta o usuário terá garantida a privacidade de sua conversa.

Figura 7 – Tela de últimas conversas  
(Perfil do responsável)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 8 – Tela de conversa individual  
(Perfil do responsável)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

### 4.3.2 Perfil do Usuário Pai/Responsável

#### d) Fatos

Nesta tela serão disponibilizadas as informações de tudo o que o aluno fizer na escola, incluindo advertências, as faltas, e todas as informações que se fizerem necessárias para que o Pai/Responsável fique ciente da vida escolar de seu filho.(Figura 9). Neste campo estarão cadastradas todos os eventos de todos os alunos que estão sobre a tutela do Pai/Responsável.(Figura 10).

Figura 9 – Tela de fatos registrados (Perfil do responsável)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 10 – Tela descrição do fato (Perfil do responsável)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

### 4.3.3 Perfil do Usuário Aluno

Caro aluno, lembrando que para ter acesso à tela inicial do seu Perfil de Usuário é necessário validar suas credenciais de acesso. O Passo a passo para executar essa função está detalhado no tópico 4.3.1. Após essa etapa você terá acesso à tela inicial do MADE.

#### a) Tela Inicial

A tela inicial está denominada como Área do aluno.(Figura 11).

Figura 11 – Tela inicial  
(Perfil do aluno)



Nesta seção estão disponíveis seus dados pessoais e acadêmicos.

No campo Últimas Tarefas estarão disponíveis para visualização todas as atividades acadêmicas cadastradas pelos professores com datas previamente agendadas para serem entregues.

Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

### 4.3.3 Perfil do Usuário Aluno

## b) Menu Inicial

Caro discente, essa tela é destinada à visualização de todas as ferramentas que compõem o aplicativo.(Figura 12). Através dela você tem a possibilidade de acessar a tela de seu interesse, apenas clicando no ícone ou no próprio nome da ferramenta.

Figura 12 – Menu de opções (Perfil do Aluno)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

### 4.3.4 Perfil do Usuário Docente

Prezado Professor, lembrando que para ter acesso à tela inicial do seu perfil de Usuário é necessário validar suas credenciais de acesso. O Passo a passo para executar essa função está detalhado no tópico 4.3.1. Após essa etapa você terá acesso à tela inicial do MADE.

#### a) Tela Inicial

Esta tela encontra-se denominada como Área do Professor.(Figura 13). Caro Docente, nesta seção estão disponíveis para visualização seus dados pessoais e funcionais.

Figura 13 – Tela inicial (Perfil do Professor)



No campo Minhas Disciplinas estarão cadastradas todas as disciplinas ministradas por você, contendo a identificação da turma e do Curso.

Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

#### 4.3.4 Perfil do Usuário Docente

### b) Tarefas

Na opção tarefas, você acompanha as atividades que você já cadastrou, como também cadastra, por turma, curso e disciplinas, novas atividades, sejam elas grupais, individuais, avaliativas ou não.(Figura 14).

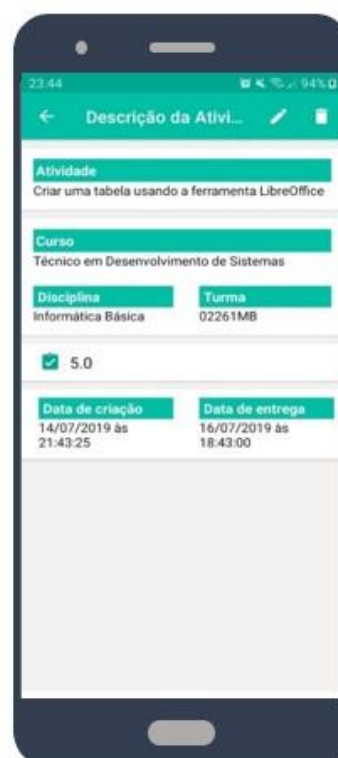
Você tem a opção de agendar a data de entrega das atividades. Além disso, a opção Tarefas permite que você descreva detalhadamente o assunto da atividade. E ainda tem a possibilidade de adicionar, editar ou apagar qualquer tarefa.(Figura 15). Vale frisar que, você professor, ao realizar o cadastro de qualquer atividade, esta ficará disponível em todos os perfis: pais, alunos, e equipe pedagógica para devido acompanhamento pedagógico discente.

Figura 14 – Listagem de tarefas cadastradas (Perfil do Professor )



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 15 – Descrição da atividade (Perfil do Professor)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

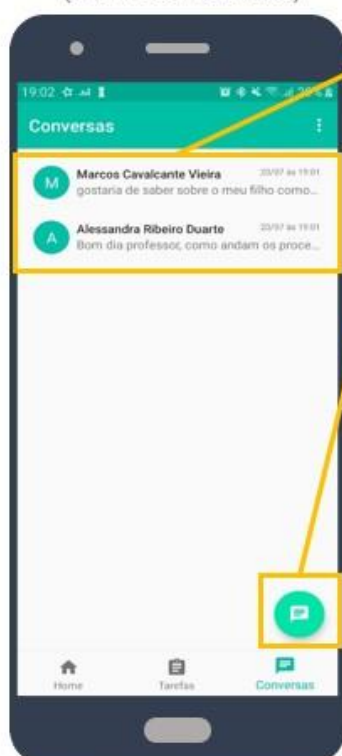
#### 4.3.4 Perfil do Usuário Docente

### c) Conversas

A comunicação escolar envolve professores, alunos e responsáveis e configura-se como um importante elemento no processo participativo escolar. Nesta perspectiva, esta ferramenta tem o objetivo de viabilizar a comunicação entre os usuários cadastrados no MADE. (Figura 16).

As mensagens que você receber ficaram gravadas na sua caixa de mensagem. Portanto, destacamos que nesta ferramenta o usuário terá garantida a privacidade de sua conversa.(Figura 17).

Figura 16 – Lista de Conversas  
(Perfil do Professor)

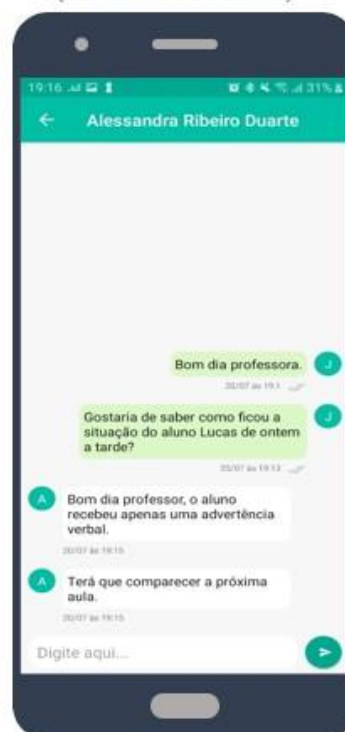


Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Lista das últimas conversas.

Nova conversa.

Figura 17 – Conversa individual  
(Perfil do Professor)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

### 4.3.5 Perfil do Usuário Equipe Pedagógica

Caro Usuário Membro da Equipe Pedagógica, vale lembrar que para ter acesso à tela inicial do perfil do Usuário Equipe Pedagógica, é necessário validar suas credenciais de acesso. O passo a passo para executar essa função está detalhado no tópico 4.3.1. Após essa etapa você terá acesso à tela inicial do seu respectivo perfil.

#### a) Tela Inicial

O acesso à tela inicial do Perfil Equipe Pedagógica é denominada de Pedagógico, nesta tela constam a identificação do Usuário com nome e e-mail.(Figura 18). Logo abaixo, existem quatro ferramentas que estão disponíveis tanto para cadastro de informações, quanto para consulta. Todas elas servem para que a equipe de Gestão e Coordenação da escola possam acompanhar todo o processo formativo escolar do aluno.

Figura 18 – Tela Inicial (Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

### 4.3.5 Perfil do Usuário Equipe Pedagógica

A ferramenta Alunos possibilita identificar todos os alunos que estão cadastrados no aplicativo. Além disso, permite o acompanhamento pedagógico individual de cada um deles. Ao clicar no nome do aluno será aberta a ferramenta Detalhes do Aluno nesta opção teremos todas as informações necessárias sobre sua vida escolar.(Figura 19). Esta ferramenta funciona como um filtro. Nela constam dos dados do discente, as informações gerais, bem como o número de matrícula, o curso e a turma que ele estuda, além da opção Relatórios. Neste tópico estão disponíveis 5 ferramentas que a equipe de gestão e coordenação escolar tem acesso às informações individuais: tarefas cadastradas, Eventos, Consulta de Notas, Consulta de Faltas e Relatório Acadêmico. (Figura 20).

Figura 19 – Lista de alunos  
(Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 20– Detalhes do aluno  
(Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

#### 4.3.5 Perfil do Usuário Equipe Pedagógica

A ferramenta Fatos possibilitará o cadastro pela Equipe Pedagógica de todos os fatos e acontecimentos envolvendo o aluno durante seu percurso escolar na instituição. (Figura 21 e 22).

Figura 21 – Lista de fatos (Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 22 – Descrição do fato (Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Na ferramenta Professores: Permite-se a gerencialização de todos os docentes cadastrados no aplicativo, bem como, é possível visualizar todas as atividades cadastradas pelo professor por disciplina. (Figura 23 e 24).

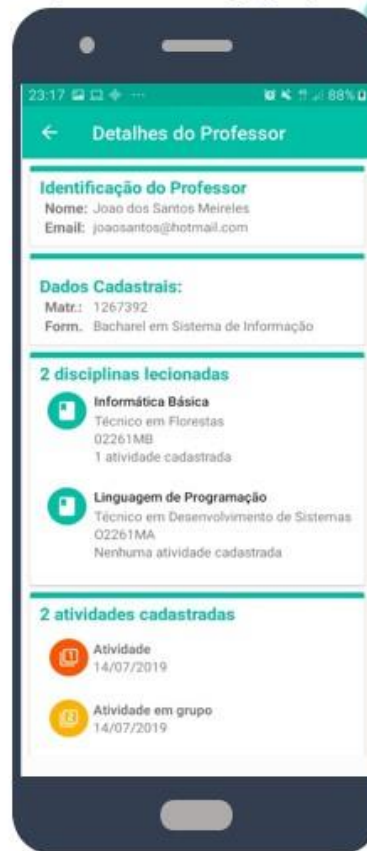
### 4.3.5 Perfil do Usuário Equipe Pedagógica

Figura 23 – Lista de professores  
(Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 24 – Detalhes do professor  
(Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

A ferramenta Cursos: Permite a gerencialização de todos os cursos cadastrados no aplicativo. Ao clicar no curso é possível ter acesso a aba detalhes do curso, na qual mostrará a quantidade de turmas cadastradas para aquele curso, bem como as disciplinas por turma. (Figura 25 e 26).

### 4.3.5 Perfil do Usuário Equipe Pedagógica

Figura 25 – Lista de Cursos  
(Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 26 – Detalhes do curso  
(Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

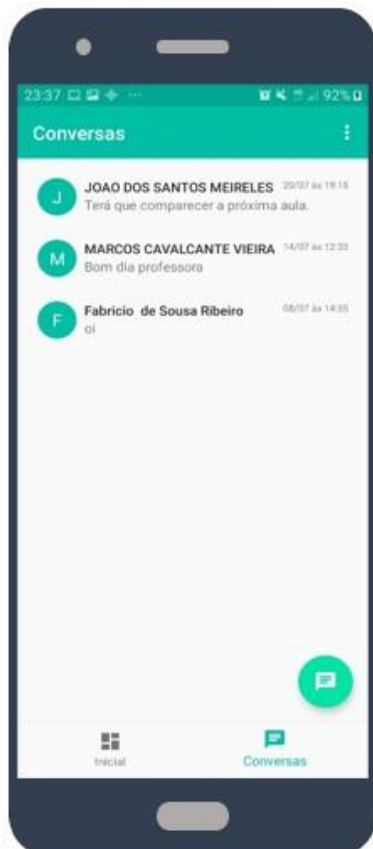
## a) Conversas

A comunicação escolar envolve professores, alunos e responsáveis e configura-se como um importante elemento no processo participativo escolar. (Figura 27). Nesta perspectiva, esta ferramenta tem o objetivo de viabilizar a comunicação entre os usuários cadastrados no MADE.

As mensagens que você receber ficaram gravadas na sua caixa de mensagem.(Figura 28). Portanto, destacamos que nesta ferramenta o usuário terá garantida a privacidade de sua conversa.

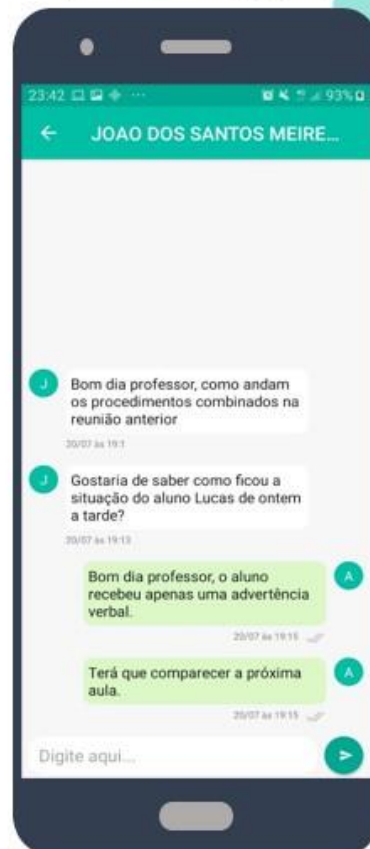
### 4.3.5 Perfil do Usuário Equipe Pedagógica

Figura 27 – Lista de Conversas (Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

Figura 28 – Conversa Individual (Perfil do Pedagógico)



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

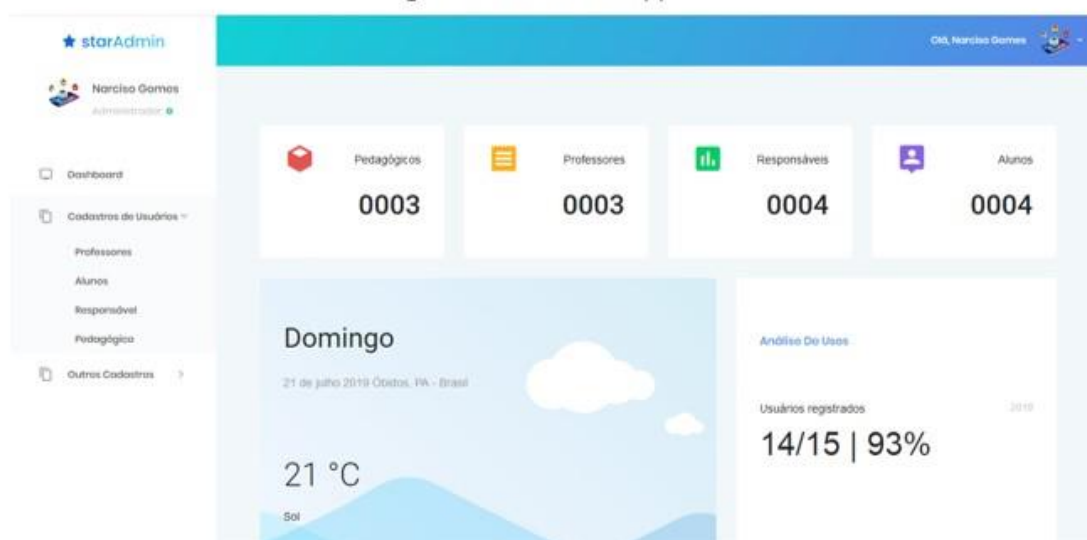
## 5

## O processo de alimentação do produto

Para gerenciamento das informações do aplicativo foi construído um sistema Web utilizando PHP. PHP: Hypertext Preprocessor<sup>5</sup> é uma linguagem de programação de licença livre e bastante utilizada para construir aplicações que executam do lado do servidor.(Figura 29).

Por meio desse sistema é possível realizar o gerenciamento, distribuição e controle de informações e usuários do aplicativo. Esta aplicação lida com as regras de negócios e gerencia todo o tráfego de informações do aplicativo mobile a fim de deixá-lo sabendo somente aquilo que lhe é permitido.

Figura 29 – Tela Inicial do sistema de gerenciamento do App



Fonte: Aplicativo MADE, 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.php.net/manual/pt\\_BR/intro-whatIs.php](https://www.php.net/manual/pt_BR/intro-whatIs.php). Acesso em 18 de julho de 2019.

## 6

## Dos autores



Olá, sou Alessandra Ribeiro Duarte, licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará- UFPA (2013), especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA (2015), atualmente mestranda em Educação Profissional e Tecnológica, atuando na linha de pesquisa Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT pelo Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM. Atuo como Pedagoga na rede Federal de Ensino, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- Campus de Óbidos desde 2016.

## 6 Dos autores

---

Professor Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto é graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista (1998), Mestre em Recursos Florestais pela Universidade de São Paulo (2002), Doutor em Ciências pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (2006) e Pós-Doutor pelo Centro de Energia Nuclear (2010). Atua como docente na rede federal de Ensino desde 2010. Atualmente, exerce a docência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e compõe o quadro de Docentes do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFAM- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.



## 7

## Dos colaboradores



Fabrício de Sousa Ribeiro, graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo IFPA, especialista em Engenharia de Sistemas pela Escola Superior Aberta do Brasil- ESAB, especialista em Docência para o Magistério Superior pela faculdade de Itaituba-FAI/CESUPI, mestrando do programa de Pós- Graduação em Computação Aplicada da Universidade Federal do Pará (PCCA/UFGPA). Atualmente, professor de Tecnologia da Informação (TI) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Óbidos.

## 7 Dos colaboradores

---

Narciso Almeida Gomes, aluno egresso do Curso Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal do Pará – campus Óbidos, no período de letivo de 2017.1. Participou de vários projetos de desenvolvimento de sistemas quando estudava na Instituição. Ao terminar seu curso em 2018, começou a trabalhar como Assistente de Suporte Técnico, cargo que executa até hoje. Participei do projeto MADE como desenvolvedor da aplicação mobile.



Adanilton Garcia da Silva, discente do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Curso de Desenvolvimento de Sistemas, da primeira turma ofertada no IFPA- Campus Óbidos no ano de 2017. Faço parte do projeto Minha Agenda Digital Escolar e atuei como desenvolvedor do software.

## 7 Dos colaboradores

---

Levy Franco Melo de Sousa, aluno do 3º ano do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas do IFPA- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – Campus de Óbidos. Fiz parte da equipe que desenvolveu o software para o projeto MADE-Minha Agenda Digital Escolar.



Sou o Marcos Tiago Campos dos Santos, aluno do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas do IFPA- Campus Óbidos. Desde o ano de 2018 fiz parte do projeto MADE, no qual atuei como desenvolvedor de software.

Olá, sou Elinaldo César Vieira Pinto, aluno do Curso Técnico em Desenvolvimentos de Sistemas, da primeira turma ofertada em 2017 pelo IFPA- Campus Óbidos. Estou vinculado ao projeto Agenda Digital Escolar e atuei como desenvolvedor do software.



## Referências

---

- DE FREITAS, Priscila Cabreira; DUARTE FILHO, Nemésio Freitas. **Aprendizagem móvel: percepções quanto à utilização por docentes da educação profissional e tecnológica.** Revista EDaPECI, v. 18, n. 2, p. 50-63, 2018.
- FISCHER, Danilo; DUARTE FILHO, Nemésio Freitas. **Redes sociais e educação profissional: direcionamentos e percepções.** Revista EDaPECI, v. 19, n. 1, p. 137-150, 2019.
- LIBANEO, Jose Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática.** -6. ed. rev. e ampl.- São Paulo: Heccus Editora.
- OLIVEIRA, Tania Maria de; ALMEIDA, Luís Sérgio Castro de; SANTOS, Ademar Vieira dos Santos. **Gestão Participativa: Perspectivas para a Construção de uma Educação Integradora.** In: BORGES, Heloisa da Silva. Organização do trabalho pedagógico e gestão escolar. Manaus: Edições UEA Ed. Valer, 2008.
- PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante; DOS SANTOS FEITOZA, Maria Janaína. **O uso da tecnologia móvel (celular) no contexto educacional.** Revista EDaPECI, v. 17, n. 03, p. 129-139, 2017.
- ROSA, Fernanda R.; AZENHA, Gustavo S. **Aprendizagem móvel no Brasil: gestão e implementação das políticas atuais e perspectivas futuras.** São Paulo: Zinnerama, 2015.
- SANTOS, Maria Ligia Rangel; RAMOS, Maria Natália Pereira. **Aprendizagem móvel e interculturalidade: produção científica em cursos de pós-graduação da Universidade Aberta de Lisboa.** Revista EDaPECI, v. 16, n. 1, p. 95-115, 2016.

## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS**

Considerando a sua condição de responsável legal pelo (a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele (a) participe da pesquisa intitulada “Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará- *campus* Óbidos.”, sob a responsabilidade da pesquisadora Alessandra Ribeiro Duarte, endereço profissional Rodovia PA 437, km 02, S/N, Distrito Industrial, Óbidos-Pará, telefone (93) 99140-5108, e-mail: [alessandra.ribeiro@ifpa.edu.br](mailto:alessandra.ribeiro@ifpa.edu.br)

A referida pesquisa busca compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos.

No envolvimento do (a) menor sob sua responsabilidade, ele (a) participará de uma rodada Pedagógica com horário marcado no contraturno do horário escolar, sobre o tema Organização do Trabalho Pedagógico e Reprovação Escolar no contexto da EPTNM. Você tem a liberdade de recusar a participação, sem qualquer prejuízo para você. Solicitamos sua colaboração para que possa permitir ao menor sob sua responsabilidade participe desta oficina para posterior análise do conteúdo do relato da experiência e sua opinião.

As Rodadas Pedagógicas acontecerão em local apropriado, dentro das dependências físicas da própria instituição de ensino em horário previamente acordado. Para assegurar a fidedignidade dos dados, as rodadas pedagógicas serão fotografadas, filmadas ou gravadas em voz para fins exclusivamente de pesquisa científica/ educacional.

O material e as informações obtidas relacionadas à participação do participante poderão ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deverão ser identificados por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com o Orientador da pesquisa Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto pelo telefone (92) 992386684 ou com a mestranda pesquisadora Alessandra Ribeiro Duarte, pelo telefone (93) 9 91405108 (inclusive ligações a cobrar).

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa(CEP) do IFAM das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 no prédio da reitoria do

IFAM- Rua Ferreira Pena, nº 1109, n 2º andar, Centro, Manaus-AM, 69025-010, fone:(92) 3306-0060, e-mail: [cepsh.pggi@ifam.edu.br](mailto:cepsh.pggi@ifam.edu.br).

O comitê de ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a salvaguardar a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

Em nenhum momento do estudo você e o (a) menor serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele (a) e a sua serão preservadas.

Não haverá gastos e nem ganhos financeiros para você e nem para o (a) menor pela participação na pesquisa.

A participação nesta pesquisa traz riscos mínimos a sua pessoa ou ao menor sob sua responsabilidade. Os riscos estão relacionados ao receio de ser identificada, interferência na rotina dos participantes e também de repercussões eventuais.

Para prevenir esses riscos serão tomadas as seguintes precauções: escolha de um local privativo para realização da rodada Pedagógica; atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar a confidencialidade, a privacidade e a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou grupo.

Na ocorrência das situações de riscos será garantida pela pesquisadora a prestação de assistência quanto aos danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela sua dignidade e integridade física e moral.

Os benefícios: você e o (a) menor terão benefícios diretos e indiretos na medida em que a pesquisa resultará em impactos sobre o processo de ensino ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Óbidos, já que a proposta apresentada proporcionará um acompanhamento pedagógico dinâmico, permitindo um diálogo mais próximo entre a família e a escola. Desta forma, o acompanhamento da vida escolar discente em via de mão dupla contribuirá para a formação acadêmica e de vida do aluno, resultando no sucesso estudantil na perspectiva de minimizar os índices da reprovação escolar.

A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que o (a) menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo ao (a) menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do (a) menor sob sua responsabilidade, devendo o pesquisador responsável devolver-

lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

O (A) menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele (a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

Óbidos, ..... de ..... de 2019

---

Alessandra Ribeiro Duarte  
Pesquisadora Responsável  
RG: 4792487-SSPPA  
Tel: (93) 991405108 (Inclusive ligações a cobrar)

Eu, responsável legal pelo(a) menor (nome do(a) menor)  
\_\_\_\_\_ autorizo a sua participação na pesquisa citada  
acima, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do responsável pelo (a) participante da pesquisa.

## APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR DE 18 ANOS

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará- *campus* Óbidos**” que está sob a responsabilidade da pesquisadora Alessandra Ribeiro Duarte, endereço profissional Rodovia PA 437, km 02, S/N, Distrito Industrial, Óbidos-Pará, telefone (93) 99140 5108, e-mail: [alessandra.ribeiro@ifpa.edu.br](mailto:alessandra.ribeiro@ifpa.edu.br).

A referida pesquisa objetiva compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos.

O seu envolvimento na pesquisa implica na participação de uma Rodada Pedagógica, a ser realizada no contraturno, sobre o tema Organização do Trabalho Pedagógico e reprovação escolar na EPTNM. Você tem a liberdade de recusar a participação, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com o Orientador da pesquisa Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto através do telefone (92) 992386684 ou com a pesquisadora Alessandra Ribeiro Duarte, através do telefone (99) 9 91405108 (inclusive ligações a cobrar).

As Rodadas Pedagógicas acontecerão em local apropriado, dentro das dependências físicas da própria instituição de ensino em horário previamente acordado. Para assegurar a fidedignidade dos dados, os momentos destinados à execução das rodadas serão gravadas em áudio para posterior transcrição que terá sua apreciação e validação. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

A participação nesta pesquisa traz riscos mínimos a sua pessoa relacionados ao desconforto durante a rodada pedagógica. Os riscos estão relacionados ao receio de ser identificado (a), interferência na rotina diária e repercussões eventuais.

Para prevenir esses riscos e visando a proteção de sua imagem e identidade, serão providenciadas as seguintes precauções: escolha de um local privativo para realização das oficinas; atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar a confidencialidade, a privacidade e a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou grupo.

Na ocorrência das situações de riscos será garantida pela pesquisadora a prestação de assistência quanto aos danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela sua

dignidade e integridade física e moral.

Os benefícios: você e o (a) menor terão benefícios diretos e indiretos na medida em que a pesquisa resultará em impactos sobre o processo de ensino ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Óbidos, já que a proposta apresentada proporcionará um acompanhamento pedagógico dinâmico, permitindo um diálogo mais próximo entre a família e a escola. Desta forma, o acompanhamento da vida escolar discente em via de mão dupla contribuirá para a formação acadêmica e de vida do aluno, resultando no sucesso estudantil na perspectiva de minimizar os índices da reprovação escolar.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Assentimento assinado por você. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser.

Uma via original deste Termo de Assentimento ficará com você.

Óbidos , ..... de ..... de 2019.

---

Alessandra Ribeiro Duarte  
Pesquisadora Responsável  
RG: 4792487-SSPPA  
Tel: (93) 991405108 (Inclusive ligações a cobrar)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do participante da pesquisa

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS E/OU RESPONSÁVEIS)

O (A) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) de uma pesquisa de mestrado. O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos, que manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Este documento visa assegurar seus direitos como participante ao mesmo tempo em que se constitui numa declaração de compromisso da pesquisadora com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas sobre o processo da pesquisa. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, o (a) senhor (a) poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar para casa e consultar outras pessoas antes de decidir participar. O (A) senhor (a) tem o direito e a liberdade de não participar ou de retirar seu consentimento a qualquer momento, independente do motivo, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo ao (a) senhor (a).

A pesquisa tem o título público “Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará- *campus* Óbidos” e está sob a responsabilidade da pesquisadora **Alessandra Ribeiro Duarte**, endereço profissional Rodovia PA 437, km 02, S/N, Distrito Industrial, Óbidos-Pará, telefone (93) 991405108, e-mail: orientada pelo professor Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto, endereço profissional: Av. Sete de setembro, 1975, Centro, telefone (92) 992386684, e-mail: [vanderstefanuto13@gmail.com](mailto:vanderstefanuto13@gmail.com).

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa(CEP) do IFAM das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 no prédio da reitoria do IFAM- Rua Ferreira Pena, nº 1109, n 2º andar, Centro, Manaus-AM, 69025-010, fone:(92) 3306-0060, e-mail: [cepsh.ppgi@ifam.edu.br](mailto:cepsh.ppgi@ifam.edu.br).

O comitê de ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e assegurar que o desenvolvimento da pesquisa ocorra dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a salvaguardar a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

A referida pesquisa objetiva compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir

de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos. O(a) senhor(a) participará de uma Rodada Pedagógica mediada pela pesquisadora sobre Organização do trabalho Pedagógico e Reprovação Escolar no contexto da EPTNM.

As Rodadas Pedagógicas acontecerão em local apropriado, dentro das dependências físicas da própria instituição de ensino em horário previamente acordado. Para assegurar a fidedignidade dos dados, as rodadas pedagógicas serão fotografadas, filmadas ou gravadas em voz para fins exclusivamente de pesquisa científica/ educacional.

O material e as informações obtidas relacionadas à participação do participante poderão ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deverão ser identificados por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

A pesquisa envolve riscos mínimos e estão relacionados à divulgação de dados confidenciais, interferência na vida e na rotina dos participantes, embaraço ao interagir como estranhos e receio de repercussões eventuais.

Para prevenir esses riscos e visando a proteção de sua imagem e identidade, serão providenciadas as seguintes precauções: escolha de um local privativo para realização das rodadas; atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar a confidencialidade e a privacidade à proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou grupo; a transcrição do áudio será realizada pela pesquisadora; o material coletado será utilizado somente para esta pesquisa e será armazenado em local seguro sob guarda e responsabilidade da pesquisadora; os resultados serão divulgados sem a identificação dos participantes; a veiculação dos resultados se dará por meio da dissertação, de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos.

Será garantida pela pesquisadora a prestação de assistência quanto aos danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela sua dignidade e integridade física e moral.

Um dos benefícios do estudo é que o (a) senhor (a) estará conhecendo melhor a instituição de ensino que o seu filho ou filha estuda. Esperamos ainda que este estudo traga informações importantes sobre questões relativas ao ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e seu processo de permanência e êxito discente.

Além disso, a proposta apresentada proporcionará um acompanhamento pedagógico

dinâmico, permitindo um diálogo mais próximo entre a família e a escola. Desta forma, o acompanhamento da vida escolar discente em via de mão dupla contribuirá para a formação acadêmica e de vida do aluno, resultando no sucesso estudantil na perspectiva de minimizar os índices da reprovação escolar.

O (A) senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá remuneração ou qualquer tipo de recompensa pela participação na pesquisa.

É garantido ao (a) senhor (a) o livre acesso a todas as informações sobre o estudo e em qualquer momento, durante ou posterior a pesquisa, poderá solicitar à pesquisadora esclarecimentos adicionais sobre sua participação por meio dos contatos contidos neste documento.

Este documento contém duas vias iguais, uma pertencente ao (a) senhor (a), participante da pesquisa, e outra à pesquisadora. As páginas deste Termo deverão ser rubricadas pelo (a) senhor (a) e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

*Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na  
\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade,  
RG \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF \_\_\_\_\_, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim apresentadas a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente declaro que a pesquisadora esclareceu para mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo concedendo-me o tempo necessário para que eu refletisse e tomasse minha decisão de livre e esclarecido. Estou ciente que minha participação é isenta de despesas e que posso acessar os resultados e esclarecer minhas dúvidas durante toda a pesquisa bem como me foi assegurado o anonimato. Permito aos pesquisadores que obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.*

*Nessas condições apresentadas, concordo voluntariamente em participar deste estudo*

*e declaro que tenho ciência que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.*

Óbidos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante da pesquisa

---

Alessandra Ribeiro Duarte  
Pesquisadora Responsável  
RG: 4792487-SSPPA  
Tel: (93) 991405108 (Inclusive ligações a cobrar)

## APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOCENTES

O (A) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) de uma pesquisa de mestrado. O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes que manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Este documento visa assegurar seu direito como participante e se constitui numa declaração de compromisso da pesquisadora com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas sobre o processo da pesquisa. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, o (a) senhor (a) poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar para casa e consultar outras pessoas antes de decidir participar. O (A) senhor (a) tem o direito e a liberdade de não participar ou de retirar seu consentimento a qualquer momento, independente do motivo, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo ao (a) senhor (a).

A pesquisa tem o título público “Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará- *campus* Óbidos” e está sob a responsabilidade da pesquisadora **Alessandra Ribeiro Duarte**, endereço profissional Rodovia PA 437, km 02, S/N, Distrito Industrial, Óbidos-Pará, telefone (93)991405108 , e-mail: [alessandra.ribeiro@ifpa.edu.br](mailto:alessandra.ribeiro@ifpa.edu.br) orientada pelo professor Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto, endereço profissional: Av. Sete de setembro, 1975, Centro, telefone (92) 992386684, e-mail: [vanderstefanuto13@gmail.com](mailto:vanderstefanuto13@gmail.com).

A referida pesquisa busca compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos. O (a) senhor (a) participará de uma Rodada Pedagógica mediada pela pesquisadora sobre Organização do Trabalho Pedagógico e Reprovação Escolar na EPTNM.

As rodadas Pedagógicas acontecerão em local apropriado, dentro das dependências físicas da própria instituição de ensino, em horário previamente acordado. Para assegurar a fidedignidade dos dados, as rodadas pedagógicas serão fotografadas, filmadas ou gravadas em voz para fins exclusivamente de pesquisa científica/ educacional. O material e as informações obtidas relacionadas à participação do participante poderão ser publicados em congressos,

eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deverão ser identificados por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

A transcrição do áudio das rodadas será realizada somente pela pesquisadora; o material coletado será utilizado somente para esta pesquisa e será armazenado em local seguro sob guarda e responsabilidade da pesquisadora; os resultados serão divulgados sem a identificação dos participantes; a veiculação dos resultados se dará por meio da dissertação, de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos.

Os riscos de participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados à divulgação de dados confidenciais, interferência na rotina dos participantes e receio de repercussões eventuais. Para prevenir esses riscos e visando a proteção de sua imagem e identidade, serão providenciadas as seguintes precauções: escolha de um local privativo para realização das rodadas; atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar à confidencialidade a privacidade a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou grupo.

Um dos benefícios do estudo é que o (a) senhor (a) estará conhecendo melhor a instituição de ensino que o(a) senhor(a) faz parte. Esperamos ainda que este estudo traga informações importantes sobre as questões relativas as práticas pedagógicas adotadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Óbidos.

Além disso, a proposta apresentada proporcionará um acompanhamento pedagógico dinâmico, permitindo um diálogo mais próximo entre a família e a escola. Desta forma, o acompanhamento da vida escolar discente em via de mão dupla contribuirá para a formação acadêmica e de vida do aluno, resultando no sucesso estudantil.

O (A) senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá remuneração ou qualquer tipo de recompensa pela participação na pesquisa. Será garantida pela pesquisadora a prestação de assistência quanto aos danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela sua dignidade e integridade física e moral.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa(CEP) do IFAM das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 no prédio da reitoria do IFAM- Rua Ferreira Pena, nº 1109, n 2º andar, Centro, Manaus-AM, 69025-010, fone:(92) 3306-0060, e-mail: [cepsh.ppgi@ifam.edu.br](mailto:cepsh.ppgi@ifam.edu.br).

O comitê de ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no

desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a salvaguardar a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

É garantido ao senhor (a) o livre acesso a todas as informações sobre o estudo e em qualquer momento, durante ou posterior a pesquisa, poderá solicitar à pesquisadora esclarecimentos adicionais sobre sua participação por meio dos contatos contidos neste documento.

Este documento contém duas vias iguais, uma pertencente ao (a) senhor (a), participante da pesquisa, e outra à pesquisadora. As páginas deste Termo deverão ser rubricadas pelo (a) senhor (a) e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

*Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na  
\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade,  
RG \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF \_\_\_\_\_, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim apresentadas a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente declaro que a pesquisadora esclareceu para mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo concedendo-me o tempo necessário para que eu refletisse e tomasse minha decisão de livre e esclarecido. Estou ciente que minha participação é isenta de despesas e que posso acessar os resultados e esclarecer minhas dúvidas durante toda a pesquisa, bem como me foi assegurado o anonimato. Permito aos pesquisadores que obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.*

*Nessas condições apresentadas, concordo voluntariamente em participar deste estudo e declaro que tenho ciência que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.*

Óbidos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante da pesquisa

---

Alessandra Ribeiro Duarte  
Pesquisadora Responsável  
RG: 4792487-SSPPA  
Tel: (93) 991405108 (Inclusive ligações a cobrar)

## **APÊNDICE F – ROTEIRO DA RODADA PEDAGÓGICA COM A CATEGORIA DE PAIS/RESPONSÁVEIS**

### **RODADA 1**

Tema: A educação do meu filho me interessa sim: O que posso fazer para ajudar?

Público alvo: Pais ou responsáveis dos alunos reprovados do Curso técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio.

Objetivo: Propiciar uma autorreflexão sobre a importância do acompanhamento dos pais na aprendizagem dos filhos.

Carga Horária: 4h

**MOMENTO I** – Boas Vindas e Aplicação do questionário de Likert

**MOMENTO II**– Apresentação: Serão expostos aos pais sobre a Organização do trabalho pedagógico a luz da legislação e da literatura, apontando como este trabalho ocorre na prática cotidiana do IFPA-Campus Óbidos.

**MOMENTO III**– Apresentação: No segundo momento serão expostos os dados com indicativos de reprovações na EPTNM do Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos no período entre 2017 a 2018.

**MOMENTO IV** – Logo em seguida será desenvolvida a dinâmica: Objetivos as escola *versus* reprovação escolar.

Dinâmica: O ministrante escolhe 01 pessoa do grupo, essa pessoa representará o problema escolar: reprovação. Depois o ministrante distribui para os demais participantes 01 bexiga vazia e 1 pedaço de papel em branco. Cada integrante deverá escrever em seu papel um sonho (um objetivo dentro da escola) que almeja e colocar na bexiga vazia. Depois pessoa poderá encher e amarrar a bexiga. O ministrante coloca uma música e ordena que cada participante proteja sua bexiga da pessoa que representa o problema da escola. O objetivo dessa pessoa é destruir os sonhos, os objetivos dentro da escola. Cada um que tiver a bexiga estourada deverá ler em voz alta quais os sonhos destruídos. O participante que conseguir sair ileso, falará em voz alta quais os sonhos que não foram destruídos e como conseguiu se defender das armadilhas dos problemas educacionais.

Reflexão final: A união faz a força, mas é preciso estratégias de defesa e contra ataque. Quais as estratégias possíveis que podem gerar êxito escolar estudantil? Estamos fazendo a nossa parte enquanto escola e família? A organização do trabalho pedagógico desenvolvido no IFPA-Campus Óbidos precisa de adaptações e adequações para garantir o sucesso escolar?

**MOMENTO V**– Aplicação do questionário de Likert.

Encerramento: Serão realizados os agradecimentos e entregues brindes agradecendo a participação.

## **APÊNDICE G – ROTEIRO DA RODADA PEDAGÓGICA COM A CATEGORIA DE DISCENTES**

### **RODADA 2.**

Tema: (Re) descobrindo o sentido do estudo na perspectiva do aluno reprovado.

Publico alvo: Alunos que tenham reprovados em qualquer componente curricular do Curso Técnico de Florestas.

Objetivo: Fomentar a visão formativa do ato de estudar.

Carga Horaria: 4h

**MOMENTO I**– Aplicação do questionário de Likert.

**MOMENTO II** – Será exibido o clip musical do Cantor Gabriel Pensador: Estudo Errado.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BD4MMZJWpYU>. A reflexão se dará a cerca do sentido dos estudos para esses alunos, no qual deverão registrar os trechos mais relevantes da música para si , para posterior discursão.

Logo após, o formador trará à tona os aspectos da Organização do trabalho Pedagógico e da reprovação escolar fazendo suas considerações sobre as temáticas a partir de trechos também retirados da música: Estudo Errado. Os pontos abordados dentro das temáticas em questão estão relacionados aos itens previstos no questionário de Likert nos itens de 1 a 8.

**MOMENTO III**– Dinâmica: (re) descobertas do sentido do estudo na perspectiva do aluno reprovado.

Em círculos, cada participante escolherá um trecho da música que mais lhe chamou atenção, como critério de escolha, deverá levar em consideração aquele trecho que de alguma forma lhe faz lembrar as vivências e experiências de sua reprovação. Feitas as escolhas, iniciaremos a socialização de cada um que passarão a relatar o sentido da reprovação na sua vida. (A socialização dos participantes é livre e não obrigatória). O formador registrará essas descobertas por meio de diário de campo, analisando como se deu o processo de reprovação desse aluno e como ocorreu a participação da escola e da família nesse processo.

**MOMENTO IV**– Será exibido o vídeo motivacional disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=D8r5AvLPYuU>. (Cenas do filme: Mãos Talentosas). A partir deste vídeo os discentes serão conduzidos a uma reflexão profunda sobre a importância do envolvimento de todos os atores escolares no processo de aprendizagem.

**MOMENTO V**– Aplicação do questionário de Likert.

**MOMENTO VI** – Serão realizados os agradecimentos e entregues os brindes agradecendo a participação.

## **APÊNDICE H – ROTEIRO DA RODADA PEDAGÓGICA COM A CATEGORIA DE DOCENTES**

### **RODADA 3.**

Tema: A organização do trabalho Pedagógico e a reprovação escolar: Até que ponto somos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de nossos alunos?

Publico Alvo: Docentes que ministram aulas nos Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio de Florestas, atendendo aos critérios da pesquisa.

Objetivo: Possibilitar uma autoanálise da prática docente.

Carga horária: 4 h

**MOMENTO I** – Boas Vindas e Aplicação do questionário de Likert

**MOMENTO II** – Apresentação: Serão expostos referenciais sobre a Organização do trabalho pedagógico à luz da legislação e da literatura.

**MOMENTO III** – Apresentação: No segundo momento serão expostos os dados com indicativos de reprovações na EPTNM do Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos no período entre 2017 a 2018.

**MOMENTO III** – A partir da visualização dos dados serão propostas as seguintes discussões para o debate:

- Identificação das formas de Organização do Trabalho pedagógico no IFPA-Campus Óbidos.
- O que precisa ser melhorado no processo de Organização do trabalho pedagógico para se minimizar as incidências de alunos reprovados.
- Até que ponto somos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de nossos alunos?

**MOMENTO IV** – Aplicação do questionário de Likert.

**MOMENTO V** – Serão realizados os agradecimentos e entregues marcadores de texto agradecendo a participação.

**APÊNDICE I – FREQUÊNCIA DAS RODADAS PEDAGÓGICAS**

Categoria de Participantes: \_\_\_\_\_

Quantidade de participantes presentes: \_\_\_\_\_

Tempo de duração das Rodadas Pedagógicas: \_\_\_\_\_

Nome do participante

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	

## APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO DE LIKERT APLICADO COM TODAS AS CATEGORIAS DE PARTICIPANTES (PAIS/RESPONSÁVEIS, ALUNOS E DOCENTES).

Prezados (as) esse questionário faz parte de um projeto de pesquisa intitulado: A Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos. A pesquisa em questão tem como objetivo principal compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos. Desde já agradecemos sua participação.

Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Categoria: ( ) Pais/Responsáveis ( ) Docentes ( ) Discentes.

1- A Organização do trabalho Pedagógico realizado pelo Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos deve ser participativo e democrático e envolver os pais/ responsáveis nas decisões da escola.

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
				
Concordo	Concordo em parte	Não concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

2- A forma como o Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos organiza seu trabalho Pedagógico contribui para a redução dos índices de reprovação discente.

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
				
Concordo	Concordo em parte	Não concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

3- Para diminuir os indicativos de reprovação o **trabalho escolar** deve ser desenvolvido por todas as pessoas envolvidas nos processos de ensinoaprendizagem do aluno (pais, professores, equipe pedagógica e o próprio aluno).

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
				
Concordo	Concordo em parte	Não concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

4- A reprovação é um ato justo do ponto de vista pedagógico.



5- A reprovação escolar resolve o problema da não aprendizagem do aluno.



6- A reprovação escolar é uma das soluções para que o aluno aprenda o que deveria ter aprendido.



7- O acompanhamento Pedagógico é uma estratégia de ensino interativa que visa trabalhar diretamente no processo de aprendizagem do aluno. Esse trabalho conta com a parceria da família e escola e contribui para o sucesso escolar dos alunos.



8- A reprovação escolar acarreta impactos na formação de vida e acadêmica do aluno reprovado.



## APÊNDICE K – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A CATEGORIA DE PAIS/RESPONSÁVEIS

Prezados (as) esse questionário faz parte de um projeto de pesquisa intitulado: A Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos. A pesquisa em questão tem como objetivo principal Compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos.

Desde já agradecemos sua participação.

1 – Para que serve a reprovação Escolar?

2 – O que nós (professores, pais, equipe pedagógica) podemos fazer para conter a reprovação escolar?

3– Você notou **impactos positivos** na vida acadêmica do seu filho quando ficou reprovado? Caso sua resposta seja SIM, aponte quais foram esses impactos.

( ) Sim ( ) Não

4 – Você notou **impactos negativos** na vida acadêmica do seu filho quando ficou reprovado? Caso sua resposta seja SIM, aponte quais foram esses impactos.

( ) Sim ( ) Não

5 – Na sua opinião, quais as causas que levaram a reprovação escolar do seu filho?

6 – Você ajuda seu filho (a) nas atividades acadêmicas? Caso sua resposta seja **Sim**, relate de que maneira você auxilia seu filho.

( ) Sim ( ) Não

**APÊNDICE L – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A CATEGORIA DE DISCENTES**

Prezados (as) esse questionário faz parte de um projeto de pesquisa intitulado: A Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos. A pesquisa em questão tem como objetivo principal Compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos.

Desde já agradecemos sua participação.

1 – Para que serve a reprovação Escolar?

2 – O que nós (você, professores, pais, equipe pedagógica) podemos fazer para conter a reprovação escolar?

3 – Você notou **impactos positivos** na sua vida acadêmica quando ficou reprovado? Caso sua resposta seja SIM, aponte quais foram esses impactos.

( ) Sim ( ) Não

4 – Você notou **impactos negativos** na sua vida acadêmica quando ficou reprovado? Caso sua resposta seja SIM, aponte quais foram esses impactos.

( ) Sim ( ) Não

5 – Quais as causas que levaram a sua reprovação escolar?

6 – Qual a sua sensação ao ficar reprovado?

**APÊNDICE M – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A CATEGORIA DE DOCENTES**

Prezados (as) esse questionário faz parte de um projeto de pesquisa intitulado: A Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos. A pesquisa em questão tem como objetivo principal Compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos.

Desde já agradecemos sua participação.

1-Para que serve a reprovação Escolar?

2- O que nós (professores, pais e equipe pedagógica) podemos fazer para conter o fracasso escolar?

3- Ao reprovar um aluno, você notou **impactos positivos** na vida acadêmica desses discentes? Caso sua resposta seja SIM, aponte quais foram esses impactos.

( ) Sim ( ) Não

4- Ao reprovar um aluno, você notou **impactos negativos** na vida acadêmica desses discentes? Caso sua resposta seja SIM, aponte quais foram esses impactos.

( ) Sim ( ) Não

5- Na sua opinião, quais as causas que levam a reprovação escolar dos estudantes do Instituto Federal do Pará campus Óbidos?

6- Quais as ações tomadas quando você detecta que um aluno irá reprovar?

## APÊNDICE N – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezados (as) esse formulário faz parte do projeto de pesquisa intitulado: A Reprovação Escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Pará- Campus Óbidos. A pesquisa em questão tem como objetivo principal compreender o fenômeno da reprovação escolar a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio-EPTNM no Instituto Federal do Pará – Campus Óbidos. Você fez parte da aplicação do nosso produto educacional, na qual desenvolvemos uma Agenda Digital Escolar, agora precisamos que você avalie a eficácia do aplicativo respondendo as questões abaixo. Desde já agradecemos sua participação.

### 1- Identificação

#### **Eixo I- Categoria de Usuário**

Marque a opção abaixo de acordo com o seu perfil de usuário utilizado durante a aplicação do produto.

( ) Pai/responsável ( ) Docente ( ) Aluno

#### **Eixo II- Usabilidade do Aplicativo**

2- O aplicativo apresenta uma navegação simples e fácil?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

3- Durante o uso com o aplicativo houve problemas como travamento ou textos ilegíveis?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

4- As ferramentas disponíveis no aplicativo atenderam às suas expectativas?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

#### **Eixo III- Fortalecimento da relação família escola**

5- Você considera que o aplicativo facilita o processo de comunicação entre a escola e a família?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

6- As ferramentas disponíveis possibilitam à escola e à família acompanhar a vida acadêmica do aluno?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

7- Através das ferramentas de comunicação você conseguiu interagir com algum usuário do aplicativo?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

#### **Eixo IV- Minimização dos índices de reprovação**

8- A interatividade entre a escola e família, feitas por meio do aplicativo, pode evitar a reprovação escolar?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

9- As funcionalidades dispostas no aplicativo, com o devido acompanhamento da escola e da família, pode contribuir para o sucesso escolar do aluno?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

10- Você considera que o aplicativo tem alguma importância no trabalho da escola?

1- ( ) SIM 2- ( ) NÃO

#### **Eixo V- Sugestões para melhoria do App MADE**

11- Quais as suas sugestões para a melhoria do aplicativo MADE- Minha Agenda Digital Escolar?